



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL JATAÍ**



**UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**EDNA MARIA FERREIRA DE ALMEIDA**

**ACESSIBILIDADE URBANA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: FORMAÇÃO DE  
CONCEITOS DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM IPORÁ GOIÁS**

**JATAÍ (GO)**

**2017**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     **Dissertação**     **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

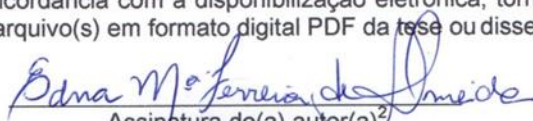
Nome completo do autor: Edna Maria Ferreira de Almeida

Título do trabalho: Acessibilidade Urbana no ensino de Geografia: formação de conceitos de alunos do Ensino Médio em Iporá Goiás


**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  **SIM**     **NÃO**<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 26/09/2017

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

**EDNA MARIA FERREIRA DE ALMEIDA**

**ACESSIBILIDADE URBANA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: FORMAÇÃO DE  
CONCEITOS DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM IPORÁ GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, sob a orientação da Profa. Dra. Lana de Souza Cavalcanti, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Geografia, na linha de pesquisa Organização e gestão do espaço rural e urbano do Cerrado brasileiro.

**Área de concentração:** Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Almeida, Edna Maria Ferreira de  
Acessibilidade Urbana no ensino de Geografia: formação de  
conceitos de alunos do Ensino Médio em Iporá Goiás [manuscrito] /  
Edna Maria Ferreira de Almeida. - .  
125 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Lana de Souza Cavalcanti.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade  
Acadêmica Especial de Estudos Geográficos, Jataí, Programa de Pós  
Graduação em Geografia, Jataí, .  
Bibliografia. Anexos. Apêndice.  
Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, lista de figuras.

1. Acessibilidade urbana. 2. Ensino de Geografia. 3. Cidadania. I.  
Cavalcanti, Lana de Souza , orient. II. Título.

CDU 911



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL JATAÍ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
LINHA DE PESQUISA: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO RURAL E URBANO DO CERRADO  
BRASILEIRO

**ATA DA REUNIÃO DA BANCA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE EDNA MARIA FERREIRA DE ALMEIDA.** - Aos vinte e nove dias do mês de Agosto de 2017, às 09 horas da manhã, no Auditório do Prédio da Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí, Estado de Goiás, iniciaram-se os trabalhos referentes à Defesa Pública de Dissertação de Mestrado da discente Edna Maria Ferreira de Almeida, com o trabalho intitulado: **“ACESSIBILIDADE URBANA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: Formação de conceitos de alunos do Ensino Médio em Iporá-Goiás”**. A Banca Examinadora, constituída pelos membros Doutores: **Lana de Souza Cavalcanti** (Orientadora), **Miriam Aparecida Bueno** (Membro externo) e **Suzana Ribeiro Lima** (Membro interno), considerou a candidata **EDNA MARIA FERREIRA DE ALMEIDA, aprovada**.

Foi concedido um prazo de 30 dias para a candidata efetuar as correções sugeridas pela Comissão Examinadora e apresentar o trabalho em sua redação definitiva. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão.

*Lana de S. Cavalcanti*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lana de Souza Cavalcanti  
Presidente da Banca/Orientadora (UFG/REG/IESA)

*Miriam Bueno*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Aparecida Bueno  
Membro externo (UFG/REG/IESA)

*Suzana Ribeiro Lima*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzana Ribeiro Lima  
Membro interno (UFG/REJ)

Dedico  
A Deus.  
E a todos meus familiares.

## AGRADECIMENTO

Antes de tudo, agradeço Deus pelo dom da vida e por permitir-me concluir esta etapa de minha vida. Agradeço minha família pelo incentivo, apontando os caminhos e confiando em minhas escolhas. Ao meu irmão, Edson, sempre ao meu lado em todos os momentos que precisei, acompanhando-me em inúmeras viagens de Iporá a Jataí.

Aos programas de Pós-Graduação em Geografia do campus Jataí por contribuir com os estudos e aperfeiçoamento do conhecimento acadêmico e ao LEPEG-IESA, que abriu as portas para que eu pudesse participar e pesquisar no NUPEC, possibilitando assim um aprofundamento nos estudos, o que contribuiu para o meu enriquecimento e reflexão sobre minha prática docente.

À professora Doutora Lana de Souza Cavalcanti, que me orientou e, além de me orientar, sempre foi muito compreensiva e humana nos momentos difíceis da minha vida.

À Suzana Ribeiro, uma pessoa que Deus colocou na minha vida durante o mestrado e que também me acompanhou nesta jornada, sempre me dando apoio, força nos momentos mais difíceis, minha eterna gratidão por tudo. Aos Professores Dr. Dimas Moraes Peixinho e Dra. Vera Salazar, que são exemplos de professores a serem seguidos.

À Diretora (Maura Antônia de Souza) e à Coordenadora Pedagógica (Maria Piedade Feliciano) do colégio Exato, que me proporcionaram a realização da pesquisa, sempre me apoiando durante o Projeto de Intervenção Pedagógica.

Aos alunos envolvidos nessa pesquisa, que foram atenciosos, curiosos e parceiros na construção de cada atividade proposta. Sem vocês esse trabalho não seria possível.

À Juliana Prado, que foi um presente de Deus na minha vida, sempre teve o cuidado e a preocupação de me acolher em sua casa. Às amigas Fernanda Ramalho, Elisa, Alessandra Rocha e Victor, pela amizade que o mestrado me proporcionou.

A gente quer viver pleno direito,  
A gente quer viver todo respeito,  
A gente quer viver uma nação,  
A gente quer é ser um cidadão

Gonzaguinha



## RESUMO

O ensino de Geografia contribui na formação do cidadão, levando o aluno a refletir sobre seus direitos e deveres na sociedade da qual faz parte, instigando o mesmo a pensar em seu papel para o exercício da cidadania. Todos os cidadãos possuem direitos iguais perante a Constituição que precisam ser garantidos. Diante disso, a acessibilidade como um dos direitos conquistados por lei e tendo relação com o espaço se torna um tema essencial sobre o qual se deve refletir e discutir. A acessibilidade é o conjunto de adaptações do ambiente físico que resulta na possibilidade de utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos, como afirma a Lei nº 10.098/2000, permitindo ao cidadão viver com dignidade no espaço da cidade. A presente pesquisa ressalta a importância de discutir a temática sobre cidadania nas salas de aula a partir da acessibilidade urbana, destacando que a acessibilidade está relacionada diretamente ao espaço. Sendo assim, por que não trabalhar a mesma nas aulas de Geografia? Nesse contexto de reflexão, o objetivo geral desta pesquisa foi desenvolver o trabalho docente para a formação de conceitos dos alunos de Ensino Médio sobre acessibilidade urbana na cidade de Iporá-Goiás, levando em conta sua prática cidadã cotidiana. Os objetivos específicos foram: identificar as principais contribuições teóricas e normativas atuais sobre acessibilidade urbana; avaliar a atual situação da acessibilidade urbana na cidade de Iporá Goiás com base na legislação e orientação de planejamento; investigar, junto com os alunos, as condições de acessibilidade no centro urbano da cidade de Iporá-GO, segundo a delimitação da pesquisa; experimentar atividades de ensino e aprendizagem com os alunos sobre o tema da acessibilidade urbana, utilizando o projeto de intervenção pedagógica com o tema em pauta; analisar as concepções dos alunos sobre acessibilidade urbana após o trabalho; apresentar resultados do trabalho que contribuíram com a abordagem da acessibilidade no ensino de Geografia, juntamente com os alunos. Para o desenvolvimento do trabalho foi adotada a pesquisa-ação, que é uma ferramenta metodológica com potencial de utilização em pesquisas de abordagem qualitativa, e que possibilita a identificação, interpretação e análise do problema dentro de um contexto social. Para atingir o objetivo proposto foi estabelecido o caminho metodológico, sendo o mesmo constituído pelos seguintes passos: pesquisa teórica, documental e de campo (realizada pelos alunos envolvidos no projeto) e realização do Projeto de Intervenção Pedagógica na escola campo. Os resultados alcançados com o desenvolvimento do trabalho oportunizaram aos alunos refletirem sobre sua prática cidadã e conseqüentemente ao professor repensar sua prática docente, enfocando sempre a perspectiva de formar o aluno para vida.

**Palavras-chave:** Acessibilidade urbana. Ensino de Geografia. Cidadania.

## ABSTRACT

The teaching of Geography contributes to the formation of the citizen, leading the student to reflect on his rights and duties in the society of which he is a part, instigating the same to think about his role for the exercise of citizenship. All citizens have equal rights to the constitution that need to be guaranteed. Given this, accessibility as one of the rights conquered by law and having relation with space becomes an essential theme on which to reflect and discuss. Accessibility is the set of adaptations of the physical environment that results in the possibility of safe and autonomous use of buildings, furniture and urban equipment, as stated in Law 10.098 / 2000, allowing the city to live with dignity in the city. This research highlights the importance of discussing the issue of citizenship in classrooms based on urban accessibility, pointing out that accessibility is directly related to space. So, why not work the same in Geography classes? The objective of this research was to develop teaching work for the formation of high school students' concepts about urban accessibility in the city of Iporá-Goiás, taking into account their everyday citizen practices. The specific objectives were: to identify the main theoretical and normative contributions on urban accessibility; To evaluate the current situation of urban accessibility in the city of Iporá Goiás, based on legislation and planning guidance; To investigate, together with the students, the accessibility conditions in the urban center of the Town of Iporá-GO, according to the delimitation of the research; To experiment teaching-learning activities with the students on the theme of urban accessibility, using the project of pedagogical intervention with the theme in question; Analyze students' conceptions after work; Present results of the work that contributed to the approach of accessibility in Geography teaching, together With the students. For the development of the work, action research was adopted, which is a methodological tool with potential for use in qualitative research, and which enables the identification, interpretation and analysis of the problem within a social context. In order to reach the proposed objective, the methodological path was established, being the following steps: theoretical research, documentary, field research (carried out by the students involved in the project) and the Pedagogical Intervention Project developed in the field school. The results obtained with the development of the work allowed the students to reflect on their citizen practice and consequently the teacher to rethink their teaching practice, always focusing on the perspective of forming a student for life.

**Keywords:** Urban accessibility. Teaching Geography. Citizenship.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OCEN – Orientações Curriculares para o Ensino Médio

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Mapas

Mapa 1 – Localização do município de Iporá GO.....	18
Mapa 2 – Localização do colégio Exato.....	61
Mapa 3 – Localização da área de estudo .....	75

### Quadros

Quadro 1 – Competências e habilidades para a Geografia no Ensino Médio.....	32
Quadro 2 – Definição das doenças.....	45
Quadro 3 – Tipos de deficiências declaradas.....	54
Quadro 4 – Deficiências por região do Brasil.....	55
Quadro 5 – Situação da acessibilidade no âmbito nacional.....	56
Quadro 6 – 1º ano do Ensino Médio.....	63
Quadro 7 - 2º ano do Ensino Médio.....	63
Quadro 8 - 2º ano do Ensino Médio.....	64

### Gráficos

Gráfico 1 – Meio de transporte utilizado pelos alunos para ir à escola.....	68
Gráfico 2 – Principal motivo de deslocamento pela cidade de Iporá.....	69
Gráfico 03 – Dificuldade encontrada nas ruas da cidade durante passeio público.....	70
Gráfico 4 – Acessibilidade urbana de Iporá.....	71

### Figuras

Figura 1 – Modelo de calçada acessível.....	77
Figura 2 - Calçada com inclinação ideal.....	78
Figura 3 - Imagem aérea da cidade de Iporá.....	79

## Fotografias

Foto1- Espaço da escola pesquisada.....	72
Foto 2 - Av.24 de Outubro.....	80
Foto 3- Rua Lázaro Vieira.....	81
Foto 4- Av. Pará e Rua Goiânia.....	81
Foto 5 – Av. XV de Novembro.....	82
Foto 6 – Av. Goiás e Rua Goiânia.....	82
Foto 7 – Av. Goiás e Av. Pará.....	83
Foto 8- Rua Goiânia e Av. Pio XII.....	83
Foto 9 – Av. Pio XII e Rua Goiânia.....	84
Foto 10 – Rua Esmerindo Pereira e av. Pio XII.....	84
Foto 11 – Rua Esmerindo Pereira.....	85
Foto 12 – Av. Pará e Pio XII.....	85
Foto 13 - Rua Esmerindo Pereira.....	86
Foto 14 – Rua Lázaro Vieira e Rua Esmerindo Pereira.....	86
Foto15 - Rua Esmerindo Pereira.....	89

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	14
2- PRÁTICAS COTIDIANAS NA GEOGRAFIA ESCOLAR .....	22
2.1 A prática docente no Ensino Médio.....	22
2.2 Educar geograficamente para a vida cotidiana cidadã .....	27
2.3 Ensino de cidade na Geografia.....	33
2.4 Acessibilidade urbana e ensino de Geografia: a construção da cidadania.....	38
3- POLÍTICAS BRASILEIRAS VOLTADAS PARA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA.....	44
3.1 As políticas públicas voltadas à acessibilidade e mobilidade urbana.....	44
3.2 Acessibilidade e o papel dos municípios.....	51
3.3 O papel da cidadania numa proposta de acessibilidade urbana para pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida.....	54
4- A FORMAÇÃO DO CIDADÃO E A ACESSIBILIDADE URBANA.....	58
4.1 Uma experiência de participação cidadã, com foco na acessibilidade urbana .....	58
4.2 Contexto das experiências e a Proposta de Intervenção Pedagógica.....	65
4.3 Espaço urbano de Iporá e a Acessibilidade: trabalho de campo realizado pelos alunos	74
4.4 Formação de conceitos sobre acessibilidade urbana: momento da Síntese .....	87
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	97

## 1-INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia possui papel fundamental na formação do cidadão, pois leva o aluno à reflexão sobre sua participação na sociedade da qual faz parte. Nessa perspectiva de ensino, Cavalcanti (2012, p.115) afirma que a “formação dos jovens tem papel relevante no destino da sociedade. É necessário que os professores considerem que seus alunos (jovens) serão a população adulta do país nos próximos anos”. A observação da autora nos incita a pensar na pertinência do ensino de Geografia para a formação de jovens escolares, pois eles poderão contribuir para a construção de uma sociedade igualitária, bem como reivindicar por isso, exigindo o direito à cidade para todos os cidadãos.

Para que se tenha verdadeiramente a possibilidade de exercer a cidadania, uma das dimensões essenciais é a garantia da acessibilidade. Todas as pessoas possuem direitos iguais perante a Constituição Federal, assim, as pessoas com deficiência física e os que possuem mobilidade reduzida têm direito à acessibilidade urbana e, conseqüentemente, ao espaço da cidade, exercendo, desse modo, sua cidadania.

A acessibilidade urbana é o conjunto de adaptações do ambiente físico que resulta na possibilidade de utilização de edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos, com segurança e autonomia, como afirma a Lei nº 10.098/2000, permitindo ao cidadão viver dignamente, exercendo o direito à cidade. A acessibilidade urbana deve acontecer não somente para as pessoas com deficiência física, mas também para aquelas que possuem mobilidade reduzida e todas que vivem na cidade, pois qualquer tipo de impedimento de acesso ao espaço o torna inacessível.

Este tema tem sido discutido em diferentes espaços, uma vez que oportuniza o direito à cidade, diante disso, torna-se cada vez mais necessário refletir sobre ele. Para tanto, necessário se faz conhecer a legislação, saber quais os caminhos para garantir a acessibilidade e possibilitar que mais pessoas possam vivenciá-la e percebam que todos têm direito ao acesso e, conseqüentemente, ao espaço urbano.

Para que o acesso à cidade seja garantido, sabemos que há necessidade de políticas públicas de planejamento urbano que contemplem, entre outros elementos, a acessibilidade, além da sensibilização da população que habita a cidade.

Com base nisso, realizamos a pesquisa com a temática acessibilidade urbana e o ensino de Geografia focando a formação de conceitos de alunos do Ensino Médio. Acreditamos que a pesquisa possui uma relevância social e científica. A relevância social se

dá pelo fato de ser uma dimensão que está diretamente ligada à condição de vida da população de todas as cidades e, especificamente, da cidade de Iporá-GO. A relevância científica justifica-se pela importância de se proceder a uma análise geográfica do espaço urbano da cidade de Iporá-GO, considerando-se essa questão específica que tem sido deixada de lado pela comunidade e, em especial, pelo ensino de Geografia na escola.

Outra relevância está ligada ao fato de a pesquisadora ser professora de Geografia na Educação Básica, trabalhar com jovens, e, diante disso, ter percebido que a acessibilidade urbana, apesar de ser uma temática relevante na prática cidadã, não é trabalhada ou é pouco trabalhada na escola.

Pela experiência docente da pesquisadora, podemos afirmar que o ensino de Geografia não aborda essa temática, tanto em Iporá quanto em outras cidades. Diante disso, cabe perguntar: esse tema não é assunto da Geografia? Constatamos que a acessibilidade trata essencialmente do espaço e este é uma das categorias de análise da Geografia. Ainda sim, esse tema não é pertinente à Educação Geográfica? Partindo desses questionamentos destacamos a problemática dessa pesquisa, ou seja, por que essa temática não é trabalhada no espaço escolar?

A acessibilidade se dá ao nos deslocarmos em um espaço, estando relacionada diretamente às práticas espaciais, portanto, a mesma está ligada, de algum modo, à Geografia. Desta feita, é pertinente perguntar: Por que a acessibilidade não é trabalhada na Geografia Escolar na cidade de Iporá e em outras cidades, e também não está presente em outros documentos oficiais, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)? Como abordar esse tema no ensino de Geografia a partir do ponto de vista da aprendizagem dos alunos? Como o ensino na escola pode contribuir para os alunos construírem as concepções de cidadania a partir da acessibilidade urbana? Como está a atual situação da acessibilidade urbana em Iporá a partir da análise dos alunos? Com base nas observações dos alunos, as pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida e as demais estão tendo o direito à cidade? Objetivando refletir sobre tais questionamentos, emergiu o objetivo geral desta pesquisa, que foi desenvolver o trabalho docente para a formação de conceitos pelos alunos de Ensino Médio sobre acessibilidade urbana na cidade de Iporá/Goiás.

Os objetivos específicos foram: identificar as principais contribuições teóricas e normativas atuais sobre acessibilidade urbana; avaliar a atual situação da acessibilidade urbana na cidade de Iporá Goiás, com base na legislação e orientação de planejamento; investigar, junto com os alunos, as condições de acessibilidade no centro urbano da cidade de



Iporá/GO, segundo a delimitação da pesquisa; experimentar atividades de ensino e aprendizagem com os alunos sobre o tema da acessibilidade urbana, utilizando o projeto de intervenção pedagógica com o assunto em pauta; analisar as concepções dos alunos sobre acessibilidade urbana após o trabalho; e apresentar resultados do trabalho que contribuam com a abordagem da acessibilidade no ensino de Geografia, juntamente com os alunos. Para alcançar os objetivos pretendidos foram desenvolvidas quatro etapas metodológicas, sendo elas:

**Primeira Etapa:** Revisão Bibliográfica.

Foi realizada uma análise das principais abordagens sobre Educação e ensino, ensino de Geografia e cidadania, por meio dos autores: Callai (2015), Carlos (2015), Castellar e Calvalcanti (2002, 2012, 2013), Damiani (2015), Libâneo (1994), dentre outros. Para a abordagem sobre acessibilidade urbana e o direito à cidade foram utilizadas as contribuições de: Carlos (1992), Resende (2004), Gomes (2006), Lefebvre (2001), Santos (2014), Souza (2003), entre outros.

**Segunda Etapa:** Pesquisa Documental.

A pesquisa documental contribuiu com a investigação científica a partir da análise de documentos oficiais, possibilitando a compreensão dos mesmos. Godoy (1995) afirma que a pesquisa documental também é um dos caminhos percorridos pela pesquisa, trazendo contribuições importantes para alguns temas, pois os documentos são importantes fontes de dados para análise no estudo.

Para Godoy (1995, p. 21), “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental.”

Foram utilizadas informações e dados oficiais sobre acessibilidade urbana, informações estas pesquisadas em páginas eletrônicas de órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Planejamento Urbano e Obras da Cidade, também foram verificadas no Plano Diretor as políticas públicas que contemplam a acessibilidade urbana. Além destes, foram pesquisados os PCN de Geografia e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

**Terceira Etapa:** Coleta de Dados/Projeto de intervenção pedagógica.

A escolha da temática do projeto foi pensada a partir da experiência da pesquisadora adquirida enquanto professora de Geografia tanto em escolas públicas quanto privadas e, sobretudo, a experiência com a escola pesquisada. Com os anos de trabalho na mesma,

notamos a necessidade de desenvolver um projeto que contribuísse com a construção de conceitos pelos alunos sobre acessibilidade urbana e que o desenvolvimento desse conceito possibilitasse a formação cidadã dos mesmos. Pensando nessa experiência, entendemos que seria melhor trabalhar com os alunos de Ensino Médio, uma vez que possuem maior conhecimento e experiência da cidade.

Com base nisso, foi desenvolvido na escola campo o Projeto de Intervenção Pedagógica com os alunos de Ensino Médio.

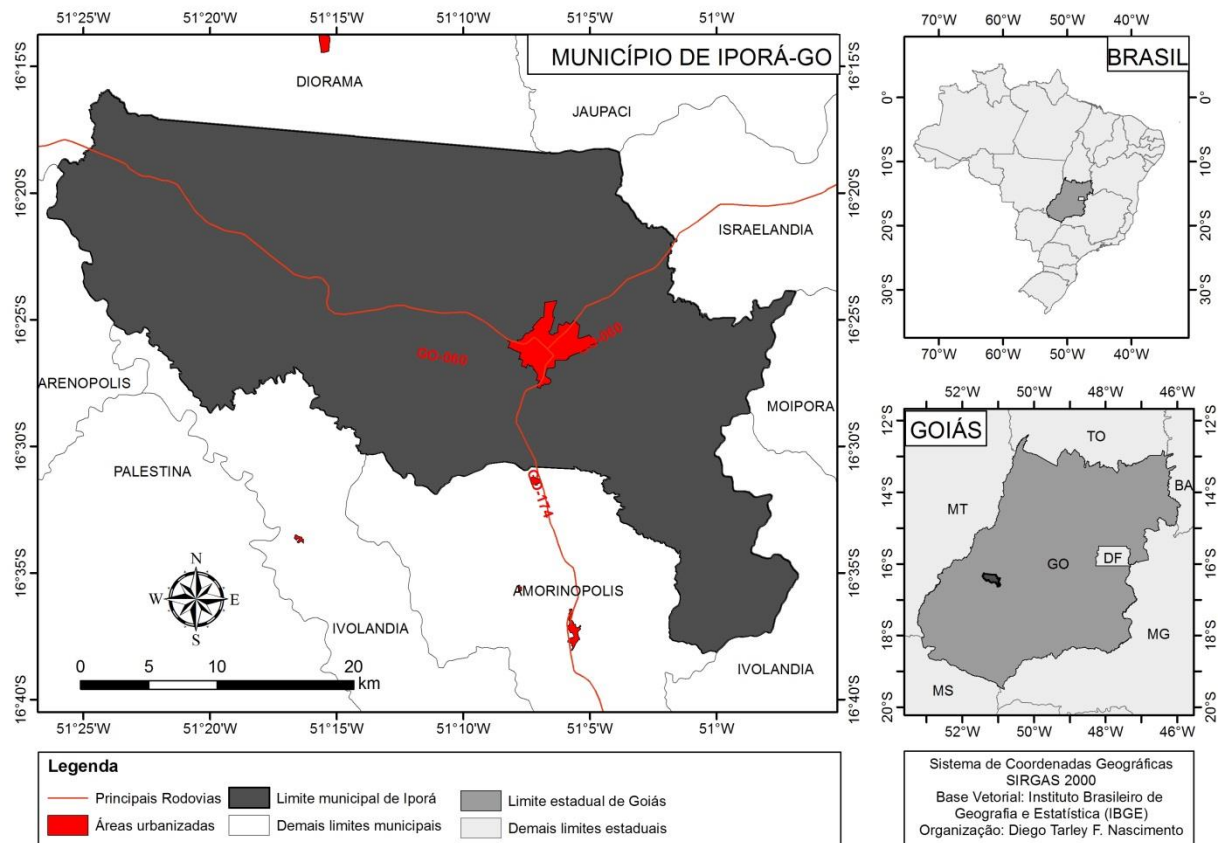
Dessa forma, acreditamos que o desenvolvimento do projeto contribuiu, direta ou indiretamente, com as ações dos estudantes na sociedade, principalmente quando intervirem no ambiente onde irão atuar no futuro. Afinal, quando o aluno possui conhecimento sobre determinado assunto, isso pode direcionar suas práticas, tornando-as reflexivas, interferindo em suas ações no cotidiano enquanto cidadãos. O projeto de intervenção pedagógica, intitulado *Construindo cidadania por meio do estudo da acessibilidade urbana na cidade de Iporá-GO*, foi realizado entre os meses de junho a outubro de 2016.

#### **Quarta Etapa: Análise e Interpretação de Dados.**

Como dito anteriormente, esta pesquisa foi realizada no município de Iporá-GO com alunos do Ensino Médio do Colégio Exato. Realizamos o projeto com o tema *Construindo cidadania através da acessibilidade urbana na cidade de Iporá-GO*. Nesta etapa, analisamos o projeto realizado na escola.

Realizamos a pesquisa no município de Iporá, que está localizado na mesorregião denominada Centro-Oeste Goiano. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município conta com uma população de 32.218 (IBGE, 2016). Iporá é considerada “polo” no contexto da microrregião em que se insere, por concentrar regionais de diversos órgãos federais, estaduais e oferecer uma rede de comércios e serviços que atendem não só à demanda local, como também aos demais municípios pertencentes à microrregião. A seguir, apresentamos o mapa da localização do município de Iporá.

Mapa 1- Mapa de localização do município de Iporá- GO- 2017



Fonte: SIEG (2014) e prefeitura de Iporá. Organização: Diego Tarley F Nascimento (2017)

Para o desenvolvimento das etapas das etapas com o Projeto de Intervenção foi adotada a abordagem qualitativa, sendo que a mesma tem sido um dos caminhos da ciência geográfica e também das pesquisas focadas em educação. Para Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa tem sua fonte de dados no ambiente natural, destacando o pesquisador como seu principal instrumento.

Nesta pesquisa, a preocupação com o processo se tornou maior do que com o produto. A pesquisa-ação, que é uma ferramenta metodológica com potencial de utilização em pesquisas qualitativas, oportuniza a identificação, interpretação e análise do problema dentro de um contexto social. Para Engel (2000), a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática, desenvolvendo assim o conhecimento e a compreensão como parte da prática.

No ensino, a pesquisa-ação enfatiza as ações humanas que podem ser percebidas pelo professor, sendo que a problemática é interpretada levando em consideração as opiniões das pessoas envolvidas, como professores, alunos e diretores.

Thiolent (2011) considera a pesquisa-ação como um método que concebe e organiza uma pesquisa social de finalidade prática que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores em/na situação observada. Para exemplificar esta afirmação, o autor explica que a metodologia representa uma “bússola” esclarecendo as decisões dos pesquisadores por meio de alguns princípios de cientificidade (THIOLLENT, 2011, p. 32). A pesquisa qualitativa contribui com o trabalho no sentido do mesmo estar voltado aos estudos dos sujeitos, entendendo e analisando seu dia a dia, ou seja, suas práticas cotidianas. Os resultados alcançados com o desenvolvimento da pesquisa possibilitaram aos alunos uma reflexão sobre cidadania a partir da discussão e análise da acessibilidade urbana. Estes resultados foram divulgados ao poder público local com o intuito de auxiliá-lo na reflexão para a tomada de decisões no que concerne à adoção de medidas voltadas ao planejamento e à implementação de políticas públicas que garantam o que está previsto na legislação referente ao tema.

O presente trabalho está estruturado em quatro seções, a partir da introdução. A primeira seção contém informações sobre o desenvolvimento da pesquisa, como problemática, justificativa, questões de pesquisa, objetivos, metodologia e estrutura das seções.

A elaboração da segunda seção teve como finalidade discutir sobre a importância da prática cotidiana na Geografia Escolar, o ensino de cidade e a acessibilidade urbana, instaurando o debate de que o ensino de Geografia serve para ajudar a pessoa a (con)viver na sociedade em que está inserida. O primeiro tópico da segunda seção, **Prática docente no Ensino Médio**, destaca a prática docente da pesquisadora, expõe sobre o ensinar Geografia, os desafios e as principais demandas do ensino de Geografia.

O segundo tópico da segunda seção, **Educar geograficamente para a vida cotidiana**, reportou-se à ideia de que para a Geografia ser mais significativa é necessário que considere o aluno, as suas demandas e a sua vida cotidiana, sendo este um dos princípios da Geografia Escolar atualmente. Neste tópico, refletimos sobre alguns questionamentos: Para que serve a Geografia? Qual a relevância da Geografia? De que forma esta contribuirá, ou não, com a formação do aluno enquanto cidadão? Trabalhamos o “Ensino de cidade na Geografia”, contemplando algumas reflexões a respeito do que a Geografia tem discutido atualmente sobre o tema, o que é sugerido nos PCNs, em que momento a acessibilidade é colocada na Geografia urbana e como ela aparece. Além disso, discutimos sobre quais são as possibilidades de estudar a vida cotidiana, partindo da ideia de trabalhar o cotidiano do aluno,

as escalas. Propomos a reflexão: Como está estruturada a Geografia urbana no ensino, levando em conta a mobilidade e a acessibilidade urbana da cidade?

O tópico **Acessibilidade urbana e Ensino de Geografia: a construção da cidadania** abordou o ensino de cidade a partir da acessibilidade urbana como tema relevante, buscando alternativas para trabalhar o mesmo em sala de aula.

A terceira seção referiu-se à reflexão sobre acessibilidade urbana, com o título: **Política brasileira voltada para acessibilidade e mobilidade urbana**, e os seguintes tópicos:

**As políticas públicas voltadas à acessibilidade e mobilidade urbana: o que defendem essas políticas?** O que dizem as leis sobre a acessibilidade.

**Acessibilidade e o papel dos municípios:** para que a política aconteça, o cidadão tem um papel importante em relação ao planejamento e à gestão. O intuito foi saber como tem sido essa participação e a colaboração dos municípios, abordando as responsabilidades e como se dá essa ação.

**O papel da cidadania numa proposta de acessibilidade urbana: o papel do cidadão na inserção dessas políticas.** Para que o cidadão possa usufruir melhor dos espaços e participar da gestão da cidade é necessário ter conhecimento, e na escola pode-se construir esse conhecimento, aprender a pensar e a olhar a cidade, aprender a participar, a refletir sobre como está sendo realizado o ensino de Geografia em Iporá.

A quarta seção, com título **A formação cidadã e a acessibilidade urbana**, analisou o projeto de intervenção pedagógica, explicitando uma participação no contexto das experiências (aluno, escola), a atual situação da acessibilidade urbana em Iporá, a formação de conceitos sobre acessibilidade por alunos do Ensino Médio em Iporá - Goiás e sobre a acessibilidade urbana e resultados.

Nesta etapa da seção realizamos uma reflexão sobre a acessibilidade urbana em Iporá, buscando identificar quais as relações dos alunos com este tema e evidenciar se a cidade estava ou não preparada para garantir a acessibilidade urbana, destacando-se nesse aspecto a acessibilidade para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, a partir da concepção dos alunos do Ensino Médio.

Nesse sentido, o presente trabalho oportunizou uma reflexão sobre os elementos ensino de Geografia, acessibilidade urbana e cidadania. E, por fim, com as considerações obtidas com a investigação esperamos contribuir com o trabalho dos professores de Geografia que estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Almejamos que esse profissional seja levado a refletir sobre suas práticas docentes, buscando novas formas de trabalhar os conteúdos de Geografia e se preocupando não somente com o conteúdo trabalhado, mas também com a formação para a cidadania e, conseqüentemente, com a formação do aluno para vida.

## **2 - PRÁTICA COTIDIANA NA GEOGRAFIA ESCOLAR**

Este trabalho parte do entendimento de que a Geografia Escolar tem o objetivo de educar para a vida cotidiana, com o pressuposto de que o conhecimento por ela veiculado serve para ajudar a pessoa a viver e a conviver melhor na sociedade da qual faz parte. Diante disso, torna-se essencial saber: como esta disciplina é trabalhada em sala de aula; o que o currículo tem definido para que a Geografia seja mais significativa; qual o conhecimento do aluno no processo de ensino e de aprendizagem; quais as demandas do aluno, da vida cotidiana, sendo este um dos princípios da Geografia Escolar.

A Geografia, antes de tudo e como já foi dito, tem como uma de suas demandas discutir sobre a vida cotidiana, e para que isso ocorra é preciso abordar os conteúdos em diferentes escalas, sempre levando em consideração o cotidiano do aluno, permitindo ao mesmo dialogar com a realidade vivenciada. Pensando nos conteúdos que contemplam o dia a dia do aluno temos como exemplo os problemas urbanos que aparecem no livro didático e no currículo.

Nesta seção serão apresentados argumentos a favor de um posicionamento sobre os seguintes questionamentos: Para que serve a Geografia? Qual a relevância da Geografia na vida cotidiana do aluno? Como a Geografia está sendo trabalhada e de que forma esta irá contribuir com a formação do aluno enquanto cidadão?

### **2.1 A prática docente no Ensino Médio**

A sala de aula é um lugar privilegiado no qual o professor atua, tem possibilidade de executar o que sabe e ao mesmo tempo de enriquecer sua prática docente. Nós, professores, temos o desafio de pensar novas formas de ensinar, almejar resultados significativos para os alunos e nos constituir como formadores de cidadãos.

O professor é um mediador de saberes que possibilita a formação de jovens para viverem melhor em sociedade. Desde quando esta pesquisadora iniciou sua carreira docente, há oito anos, sempre teve a preocupação em perceber e entender a dinâmica da escola e da sala de aula, refletindo sobre sua ação e repensando as atitudes e posturas enquanto professora.

No decorrer de anos de experiência docente, foram surgindo inúmeras inquietações a respeito da formação cidadã e sobre como trabalhar o conteúdo de Geografia de uma forma que fosse mais significativa para o aluno.

Dentre essas inquietações, uma partiu do fato de ser professora de Geografia e perceber que a acessibilidade urbana é uma temática discutida, porém, não trabalhada nas aulas de Geografia, nem nas escolas de modo geral. Diante disso, podemos afirmar que a acessibilidade acontece quando nos deslocamos em um espaço, estando à mesma relacionada às práticas espaciais de forma geral, e, de certa forma, à Geografia. Assim, se o espaço é uma categoria de análise dessa ciência, porque não estudar a acessibilidade urbana nas aulas de Geografia possibilitando ao aluno a construção da cidadania a partir dessa acessibilidade?

Outra inquietação é a experiência de acessibilidade urbana que tivemos desde a graduação, mas sempre voltada para o ponto de vista do planejamento urbano, e a partir disso percebemos que muitas vezes o problema de acessibilidade nem sempre estava associado ao planejamento urbano, ou à gestão da cidade, pois há situações em que existe uma ação do poder público local, mas a postura do cidadão não é de responsabilidade quanto à acessibilidade do espaço, obstruindo a mesma.

Essas inquietações incitaram a pesquisadora a pensar sobre o que estava acontecendo. Porque o cidadão se comporta de tal maneira? Será que esse cidadão está de fato exercendo sua cidadania e pensando em todos? E o papel da escola enquanto espaço de formação e sensibilização cidadã? Como a escola e o ensino de Geografia podem contribuir para que nossos alunos se tornem cidadãos sensibilizados em seus atos e com uma postura cidadã, e que realizem ações que envolvam um espaço para todos?

Partindo dessas inquietações, surgiu a ideia de trabalhar cidadania nas aulas de Geografia a partir da acessibilidade urbana. Nossa prática docente nos leva a afirmar que o ensino de Geografia é essencial para a formação cidadã. É necessário articular os fatos cotidianos com o conteúdo trabalhado em sala de aula. Durante essa trajetória foram inúmeras as angústias e muitos os desafios enfrentados e vivenciados desde o início de carreira docente até os dias atuais.

Um dos primeiros desafios encontrados no início da carreira da pesquisadora está relacionado ao fato de inúmeros alunos não gostarem da disciplina Geografia e acreditarem que a mesma não tem importância no dia a dia. Observamos que muitos alunos estavam acostumados com um ensino marcado apenas pelo uso do livro didático e aulas expositivas, por isso, muitos deles não se envolviam com o conteúdo trabalhado e assim se iniciavam e se



encerravam os bimestres letivos. Mas, diante disso, observamos também que havia professores que se preocupavam e faziam a diferença, e os alunos que passavam por esses professores tinham outra visão em relação à disciplina Geografia.

E, diante desse desafio, questionamos: como motivar os alunos a estudarem e entenderem Geografia? Como compreender a influência dessa disciplina em suas vidas? Enfim, indagamos sobre como desenvolver uma prática docente que concebesse um elo entre o conteúdo e o que está no cotidiano do aluno.

Esses se constituem como grandes desafios ao se ensinar Geografia. Sobre isso, destacamos Pontuschka (2007), que afirma:

A Geografia contemporânea tem privilegiado o saber sobre o espaço geográfico em suas diferentes escalas de análise. Enquanto disciplina escolar deve propiciar ao aluno a leitura e a compreensão do espaço geográfico como uma construção histórico-social, fruto das relações estabelecidas entre sociedade e natureza (PONTUSCHKA, 2007, p.264).

É necessário sempre refletirmos sobre nossa prática, tentar envolver o aluno com o conteúdo trabalhado em sala de aula, levando-o a pensar a importância do conteúdo para sua vida, para seu dia a dia. Para que isso aconteça os professores precisam ser criativos no momento de planejar as aulas, e pensar não somente no conteúdo que está na matriz curricular, mas no significado que este vai ter para os alunos. Talvez assim consigamos formar pessoas para a vida, e conseqüentemente para o exercício da cidadania.

Nesta ótica de ser criativo e refletir sobre o fazer pedagógico, Castrogiovanni (2011) afirma:

É fundamental um professor de Geografia saber Geografia, teoricamente, metodologicamente e epistemologicamente. É impossível um professor não ser criativo num mundo onde a diferença faz diferença e a busca pelo ato criativo inicia-se na preparação de questionamentos sobre a própria existência do fazer pedagógico (CASTROGIOVANNI, 2011, p.65).

Faz-se necessário que o professor pense no fazer pedagógico, ou seja, sobre como podemos contribuir com a formação cidadã dos nossos alunos. Precisamos refletir também sobre o cotidiano do aluno, levando em conta suas práticas espaciais.

Devemos nos preocupar não somente com o cumprimento dos conteúdos que estão inseridos no currículo, mas também com a importância de uma aprendizagem significativa, ou seja, com a forma como o conteúdo vai contribuir com formação cidadã dos alunos.

Os professores precisam sempre refletir sobre sua prática, isto é, sobre o que ensinar e como ensinar. Acreditamos que o ensino na escola é de suma importância, pois assumimos o papel de mediadores do conhecimento e contribuimos com a formação cidadã, pois é na sala de aula, ou seja, no espaço escolar de modo geral que temos a oportunidade de contribuir com a formação e a conscientização de nossos alunos, que serão os adultos no futuro e participarão ativamente da sociedade. A respeito da disciplina de Geografia, Callai (2014) destaca que:

Estudar é compreender o lugar, em Geografia, significa entender o que acontece no espaço onde se vive para além das suas condições naturais ou humanas. Muitas vezes, as explicações podem estar fora, sendo necessário buscar motivos tantos internos quanto externos para se compreender o que acontece em cada lugar (CALLAI, 2014, p.72).

Ensinar, em especial a Geografia, leva-nos a pensar na gama de possibilidades que temos, haja vista que essa disciplina possibilita desenvolver nos jovens a capacidade de observar, analisar e refletir sobre o espaço geográfico, ou seja, o mundo em que vivemos. Por isso, muitas vezes é preciso buscar incentivos internos e externos para compreender o que acontece no lugar do qual o aluno faz parte.

Destacamos aqui que para transformar o ensino e a aprendizagem em algo prazeroso não é preciso somente conteúdos e propostas inseridas nos livros didáticos, mas, também, colocar os alunos em contato com o que está próximo, associando os conteúdos trabalhados em sala ao cotidiano dos mesmos.

É importante que nós, professores, estejamos constantemente repensando nossa prática docente e nosso papel na sociedade. Esse exercício de reflexão nos leva a pensar sobre a adoção de novas estratégias de ensino e a utilização de vários recursos como: internet, fotografias, imagens de satélites, jornais, revistas, vídeos, mapas entre outros.

Compreendemos que o professor necessita refletir sobre as expectativas e perspectivas e sobre novas formas de pensar sua prática, além de repensar seu papel na sociedade enquanto docente. Para que isso aconteça temos que ter uma olhar diferenciado sobre a prática pedagógica. Sabemos que há inúmeras transformações sociais, tanto econômicas quanto sociais, políticas e culturais; essas mudanças que vivenciamos diariamente nos levam a refletir sobre competências novas. Com isso, a nossa prática deve ser dinâmica, preparando os alunos para a realidade que os cerca e permitindo o crescimento pessoal dos mesmos, de modo que se constituam como cidadãos autônomos que vão atuar de forma responsável na sociedade.

Dentre inúmeros desafios, um deles é a falta de infraestrutura, materiais e recursos financeiros. Conforme nossa experiência como docente, um dos grandes problemas que atinge principalmente as escolas públicas<sup>1</sup> é a falta de recursos financeiros, o que acaba muitas vezes comprometendo o planejamento das aulas. Várias vezes são muitas as burocracias para a realização de uma aula campo, por exemplo, além disso, por vezes os recursos (aparelho de tv, computadores, aparelho de projeção de imagem - *data-show*) da escola estão estragados e, portanto, impossibilitados de serem usados.

Outro problema está relacionado também à falta de tempo do professor para planejar suas aulas, haja vista que muitos docentes da Educação Básica trabalham com carga horária máxima e aulas nos três períodos, o que compromete a dedicação máxima a todas as turmas, como acompanhar o rendimento e o desenvolvimento de cada aluno.

Um olhar importante a ser ressaltado também é sobre os conteúdos de cidade, pois esses saberes possuem uma rica importância social, uma vez que permitem um ensino condizente com as necessidades sociais que estão na escola. Devemos analisar sobre a construção desses saberes, como são trabalhados na escola e como têm contribuído para a formação cidadã. Nessa perspectiva, Callai (2014) afirma:

A cidade, como um lugar de concentração da população, é o espaço, vida de regra, onde as relações humanas acontecem de maneira mais acentuada, mais intensa, mais complexa. Pode-se dizer que tudo está mais aproximado. Sendo o resultado da urbanização, a cidade representa antes de mais nada os laços que ligam as várias pessoas que compartilham um mesmo território para morar, para trabalhar, para satisfazer suas necessidades de sobrevivência. Esse compartilhar passa a exigir regras de conduta para convívio (CALLAI, 2014, p.108).

A autora ressalta a importância desse conteúdo na vida do aluno, nesse sentido, entendemos que os professores devem refletir sobre a relevância do mesmo em suas aulas.

Há a necessidade da Geografia e, principalmente, do conteúdo cidade serem mais vistos e vividos, destacando a importância do próprio espaço do aluno e suas experiências vividas. Desse modo, precisamos pensar não somente na atitude pedagógica ou na questão didática, mas sobre a profissão, a carreira e as condições de trabalhos no contexto atual.

A partir de esse olhar e de nossa experiência docente, adquirimos em sala de aula um olhar mais inovador que visa despertar o entusiasmo dos alunos, instigando-os a se tornarem pessoas autônomas.

---

<sup>1</sup> Embora a pesquisadora tenha realizado a pesquisa em uma escola privada, a mesma pensa na relevância do tema para a escola pública, ou seja, todas as escolas, considerando os problemas da escola pública também.

## 2.2 Educar geograficamente para a vida cotidiana cidadã

O ensino de Geografia contribui para a formação cidadã dos jovens, pois leva o aluno à compreensão do lugar em que vive, oportunizando ao mesmo a sensibilização sobre seus direitos e deveres enquanto participante do espaço vivido. Como dito anteriormente, destacamos um entendimento geográfico que visa à participação ativa do aluno na sociedade, oferecendo-lhe a possibilidade de aplicar na prática o conhecimento adquirido em sala de aula. Segundo Cavalcanti (2012),

O ensino de Geografia contribui para a formação da cidadania por meio da prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que implicam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas (CAVALCANTI, 2012, p.81).

Para a autora, o ensino de Geografia possui papel importante na construção do conhecimento, pois, ao construir e reconstruir conhecimentos os jovens podem compreender melhor o mundo em que vivem. Assim, o conhecimento geográfico contribui para formação de jovens que refletem sobre suas ações como participantes do meio em que estão inseridos, com o compromisso de se envolverem inclusive com as questões da cidade onde convivem.

Nesse sentido, a Geografia possui grande relevância social, pois está sempre abordando a espacialidade presente, direta ou indiretamente, no cotidiano do estudante, e, por isso, os conteúdos devem ser trabalhados objetivando-se o desenvolvimento do pensamento espacial dos alunos, tendo como referência seu cotidiano vivenciado.

Como mencionado anteriormente, e reforçamos essa afirmativa, no Ensino de Geografia uma ação essencial da atividade do professor é a atenção em relação à vida e ao cotidiano do aluno. Para que o conhecimento possa ser construído devemos partir do espaço vivido do aluno.

Dessa forma, é relevante que o professor tenha a preocupação não somente com o conteúdo trabalhado em sala de aula, mas também com suas ações que contribuem para a formação cidadã do aluno, tornando-o crítico e participante na resolução dos problemas vivenciados no dia a dia.

É na escola que é oportunizada a construção do conhecimento que contribuirá para que o aluno possa inserir-se como cidadão. Nesse sentido, a escola possui papel importante na

formação do aluno, e o ensino de Geografia possibilita ao mesmo conhecer o espaço geográfico, oportunizando a ele refletir sobre suas ações que envolvem a tomada de decisões relativas ao próprio espaço.

Reforçando o papel da escola e dos professores, Callai (2015) ressalta que:

Se a escola é o lugar onde as crianças e os jovens devem ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, nós professores precisamos compreender o que e por que estamos querendo ensinar um ou outro tema. Dai que a Geografia, por meio das competências e habilidades que podem ser desenvolvidas, seja um conjunto de saberes que pode levar o aluno a construir a sua cidadania (CALLAI, 2015, p. 214).

Para Callai (2015), a escola é o espaço de acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e esse conhecimento é primordial e deve ser acessível aos jovens e às crianças. Assim, os professores devem fazer uma reflexão no sentido de compreenderem o porquê de ensinarem determinados conteúdos, como exemplo: Qual a importância, para o aluno, trabalhar um conteúdo relativo à cidade ou ao espaço urbano? De que forma esse conteúdo pode contribuir para a formação de sua autonomia enquanto participante da cidade?

Torna-se relevante que o professor procure ensinar para a vida, proporcionando ao aluno a oportunidade de desenvolvimento do olhar geográfico com possibilidade de leitura da realidade, e, de certa forma, formando-o para a vida coletivamente, para o envolvimento nas questões inerentes à cidade e seu espaço de vivência.

Dialogando sobre o ensino de Geografia e a vida cotidiana do aluno, Cavalcanti (2013) afirma:

O ensino de Geografia deve visar ao desenvolvimento da capacidade de apreensão da realidade do ponto de vista da sua espacialidade. Isso porque se tem a convicção de que a prática da cidadania, sobretudo nesta virada do século, requer uma consciência espacial. Do simples deslocamento diário dos indivíduos até o posicionamento necessário sobre, por exemplo, as grandes questões globais, as atividades diárias atuais requerem do cidadão a consciência da espacialidade inerente aos fenômenos, fatos e acontecimentos de que participa (CAVALCANTI, 2013, p.157).

A autora destaca que o ensino desenvolve no aluno a compreensão do espaço no qual vive, possibilitando ao mesmo entender a realidade local e exercer reflexões sobre as diversas situações encontradas, como, por exemplo, ao circular pela cidade, pelo bairro onde mora. Tais ações efetuadas pelo aluno permitirão ao mesmo viver situações e conseguir, com autonomia, problematizar inúmeras questões de diversas ordens, sendo elas: culturais, sociais, políticas, entre outras.

Nessa reflexão, o ensino de Geografia deve contribuir para a prática de cidadania do aluno, e, para o desenvolvimento da mesma, a escola possui o papel de auxiliá-lo, oportunizando-lhe a reflexão sobre suas ações, ou seja, deve preparar o educando para viver melhor em sociedade.

Ressaltamos a relevância da Geografia em promover o entendimento do espaço onde se vive, educando as pessoas no âmbito social, político e econômico. Sobre a prática educativa, Libâneo (1994) reconhece que:

A educação, ou seja, a prática educativa é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de sua capacidade ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social (LIBÂNEO, 1994, p.16).

Libâneo (1994) ressalta a necessidade de educar jovens numa perspectiva da realidade social, levando-os a se tornarem ativos na produção e transformação da sociedade. Para Cavalcanti (2012), a escola é o lugar de encontro de culturas, saberes, saberes científicos e saberes cotidianos e esses saberes estão presentes no espaço escolar. Sendo assim, ensinar Geografia é propor a interação dos alunos e permitir a discussão em sala de aula, levando em consideração os diferentes saberes.

Ao considerar as diferentes culturas presentes na escola, seja na sala de aula ou em qualquer outro espaço escolar, a partir da vivência dos alunos, é concebido o conhecimento, pois ao se locomoverem pela escola levam consigo experiências vivenciadas no bairro onde vivem, nas áreas de lazer. Assim, produzem espaço e constroem lugares, tendo a oportunidade de compartilhar espacialidades cotidianas em seu mundo vivido.

Ao vivenciarem essa geografia cotidiana os alunos produzem conhecimentos, criam conceitos sobre o que é produzido, e esses, formalizados na escola, tornam-se conhecimentos geográficos significativos.

Nesse sentido, a prática cotidiana dos alunos, seja em salas convencionais ou em espaços abertos compartilhados, propiciará a construção de conhecimentos significativos, e à escola e ao professor cabe trabalhar com esse conhecimento, ampliando e contribuindo, dessa maneira, com a qualidade das ações e práticas dos alunos, pensando numa reflexão crítica.

Desse modo, a escola possui papel relevante na busca de maneiras para o aluno se reconhecer como cidadão, necessitando de conhecimentos diversificados que interajam com

diferentes saberes, proporcionando ao mesmo agir de forma consciente e crítica para a vida em sociedade.

Nesse contexto, ressaltamos a importância da troca de experiência do aluno no espaço escolar, pois há uma gama de diversidades, principalmente culturais, que trazem consigo saberes. Esses saberes de certa forma contribuem para o processo de ensino e aprendizagem. Daí o destaque à valorização cultural e ao conhecimento que cada aluno traz consigo.

Partindo da ideia de pensar uma educação que contribua com a cidadania nos últimos vinte anos, é destacada a importância da regulamentação da educação no Brasil. Com esse propósito, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), sendo essa a legislação que rege o sistema educacional, tanto público quanto privado, nas esferas da educação básica e ensino superior, reafirmando o direito à educação, contemplado pela Constituição Federal. A LDB (1996) destaca a importância de formar o cidadão, quando, no Art. 2, determina: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Com base nos princípios da LDB (1996), o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu propostas pedagógicas conhecidas como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2006). Esses parâmetros orientam professores a trabalharem uma abordagem voltada para a construção de uma reflexão sobre o exercício da cidadania.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNs, 2006) de Geografia ressalta-se que:

A importância da Geografia no ensino médio está relacionada com as múltiplas possibilidades de ampliação dos conceitos da ciência geográfica, além de orientar a formação de um cidadão no sentido de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, reconhecendo as contradições e os conflitos existentes no mundo. Nesse sentido, um dos objetivos da Geografia no ensino médio é a organização de conteúdos que permitam ao aluno realizar aprendizagens significativas (BRASIL, 2006, 44).

Nesta concepção, é enfatizado o papel da Geografia para a formação do cidadão na perspectiva de ensinar a conhecer as questões existentes no mundo, com vista a uma aprendizagem significativa, instigando o indivíduo a pensar sobre as contradições e os inúmeros conflitos existentes no mundo e no espaço do qual ele faz parte.

Sendo assim, essa disciplina pode contribuir para a aprendizagem que fará o educando pensar e refletir sobre suas ações, intervindo na proposição de ideias e soluções e mudando, assim, sua forma de pensar e agir no mundo. Diante disso, para a Geografia se tornar significativa, há a necessidade de considerar o aluno e sua vida cotidiana, enfocando as problemáticas da disciplina e relacionando-as ao dia a dia do mesmo, tornando-se um ensino condizente com as demandas atuais, numa perspectiva que enfatiza a necessidade de considerar os conhecimentos prévios do aluno e o meio geográfico em que ele está inserido.

Podemos examinar com atenção que as orientações para o Ensino de Geografia há vinte anos apontam para a necessidade de desenvolver nos alunos suas competências e habilidades no sentido de permitir aos mesmos compararem, analisarem, relacionarem conceitos, ou até mesmo fatos, sendo um processo necessário para a construção e desenvolvimento do saber.

No que se refere à construção do conhecimento, uma das propostas da LDB (1996) com relação ao Ensino Médio é o destaque ao caráter de formação do aluno, objetivando a formação para a compreensão de mundo, para viver e conviver nele de forma mais adequada, orientando para a necessidade de o ensino oportunizar aos educandos habilidades intelectuais, tais como: capacidade de problematizarem, de resolverem problemas, de tomarem decisões e, sobretudo, de serem flexíveis para continuarem a aprender.

As recomendações, portanto, estão voltadas para o desenvolvimento de habilidades, de competências e valores e não somente para conteúdos; destacamos que os conteúdos devem ser concebidos como meios e não como fins em si mesmos.

As competências e habilidades relacionadas às atividades da disciplina Geografia são descritas no Quadro 1 a seguir, dispostas em uma sequência que vai dos conceitos básicos para o entendimento do espaço geográfico como objeto da Geografia às linguagens e às dimensões do espaço mundial.



Quadro 1 – Competências e habilidades para a Geografia no Ensino Médio, Brasil 2016

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de operar com os conceitos básicos da Geografia para análise e representação do espaço em suas múltiplas escalas. Capacidade de articulação dos conceitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular os conceitos da Geografia com a observação, descrição, organização de dados e informações do espaço geográfico considerando as escalas de análise.</li> <li>• Reconhecer as dimensões de tempo e espaço na análise geográfica.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o espaço geográfico a partir das múltiplas interações entre sociedade e natureza.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar os espaços considerando a influência dos eventos da natureza e da sociedade.</li> <li>• Observar a possibilidade de predomínio de um ou de outro tipo de origem do evento.</li> <li>• Verificar a inter-relação dos processos sociais e naturais na produção e organização do espaço geográfico em suas diversas escalas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Domínio de linguagens próprias à análise geográfica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar os fenômenos geográficos expressos em diferentes linguagens.</li> <li>• Utilizar mapas e gráficos resultantes de diferentes tecnologias.</li> <li>• Reconhecer variadas formas de representação do espaço: cartográfica e tratamentos gráficos, matemáticos, estatísticos e iconográficos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de compreender os fenômenos locais, regionais e mundiais expressos por suas territorialidades, considerando as dimensões de espaço e tempo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o papel das sociedades no processo de produção do espaço, do território, da paisagem e do lugar.</li> <li>• Compreender a importância do elemento cultural, respeitar a diversidade étnica e desenvolver a solidariedade.</li> <li>• Capacidade de diagnosticar e interpretar os problemas sociais e ambientais da sociedade contemporânea.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular o desenvolvimento do espírito crítico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de identificar as contradições que se manifestam espacialmente, decorrentes dos processos produtivos e de consumo.</li> </ul>

Fonte: PCN-Ensino Médio (2006). Organizado pela autora (2016).

Castellar (2014) apresenta uma reflexão sobre os PCNs de Geografia na qual afirma que estudar Geografia implica pensar o espaço e desenvolver um raciocínio espacial, podendo, dessa forma, compreender o espaço e sua complexidade.

Desse modo, o espaço possui sua complexidade, e estudando Geografia o aluno é conduzido a ter um raciocínio que traz consigo a compreensão de sua espacialidade, sendo que o mesmo possuirá condições importantes no que se refere a pensar o espaço. Assim, um papel importante da Geografia é o de desenvolver no aluno um pensamento autônomo.

Diante disso, Cavalcanti (2002 p.35) afirma que:

Admitindo-se que o objetivo do ensino de Geografia é o de desenvolver o pensamento autônomo a partir da internacionalização do raciocínio geográfico, tem-se considerado importante organizar os conteúdos de ensino com base em conceitos básicos e relevantes, necessários a apreensão do espaço geográfico.

A autora reforça que o ensino de Geografia possibilita o desenvolvimento de um pensamento autônomo, com o qual o aluno poderá agir no espaço geográfico com autonomia, como sujeito crítico, e que influenciará nas ações e posturas a serem tomadas no cotidiano enquanto cidadão. A autora destaca a importância de pensar e organizar os conteúdos de ensino em Geografia voltados para a apreensão do espaço geográfico do qual o aluno faz parte.

Desta feita, educar para a vida cotidiana deve ser um dos objetivos do ensino de Geografia. O tópico a seguir traz uma reflexão no que tange à importância do ensino de cidade na Geografia, destacando sua contribuição para a formação cidadã do aluno, pois o ensino de cidade faz parte do cotidiano dos alunos.

### **2.3 Ensino de cidade na Geografia**

A cidadania está inserida nos direitos e deveres exercidos por uma pessoa que vive em sociedade, referindo-se ao poder, nível de intervenção elencado ao desfrutar do espaço no qual esteja inserido, posicionando-se com participação e transformação. Destacamos aqui que a cidadania, mesmo estando pautada em direitos e deveres, está associada também ao direito coletivo, haja vista que as pessoas estão inseridas na sociedade e desfrutam do espaço de forma coletiva.

Observamos a cidadania a partir de uma perspectiva de conquista, de direito e de luta de todos. Isso leva o cidadão a pensar não somente de forma individual, mas no grupo, no coletivo. Cidadão é aquele que não pensa somente no desfrutar dos direitos e exercer seus deveres em uma sociedade, mas pensa no próximo, no bem estar social de todos.

O termo cidadania se originou do latim *civitas*, que significa cidade, nome dado àquele que mora na cidade. Ressaltamos aqui que atualmente esse termo vai além do espaço urbano, podendo ser incluído também o espaço rural, como afirma Milton Santos (2014).

Portanto, optamos por trabalhar a cidadania na perspectiva daqueles que fazem parte da cidade, que habitam coletivamente na cidade.

De acordo com Cavalcanti (2008, p.85):

A ideia de uma cidadania ativa que cria seus direitos ao longo da história e a depender da organização social e da composição de poder nessa organização, permite pensar criticamente os tipos de direitos mais convencionalmente atribuídos à composição da cidadania (civis, políticos e sociais), buscando ampliar essa composição por meio de demandas sociais democráticas e contextualizadas [...].

Podemos notar que a cidadania está associada a uma série de direitos destacando-se o direito de ir e vir, ao espaço, à educação e, de certa forma, ao acesso à cidade. A cidadania possibilita uma vida com mais igualdade e democracia, sem preconceitos, discriminação e com boa qualidade de vida. No que se refere a direitos todos somos cidadãos, mas sabemos que muitos possuem o direito, mas não têm condições de exercê-lo.

Para Santos (2014, p. 20):

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez nesse sentido, que se acostuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e seus limites como uma situação social, jurídica e política.

O autor reforça a importância de ver a cidadania como conquista; nesse sentido, a cidadania está associada à própria situação social, jurídica e até mesmo política, em que a conquista se deu através de lutas pelo direito de reclamar, reivindicar e ser ouvido.

Quanto ao uso do espaço da cidade pelo cidadão este acontece de forma diferenciada, daí o elo entre cidade e cidadania. No entanto, o cidadão participa da produção desse espaço. Por isso, destacamos aqui a importância do conteúdo de cidade nas aulas de Geografia, pois o mesmo contribui com a reflexão do aluno e sua condição de cidadão que vive na cidade.

O conteúdo de cidade tem sido fundamental na construção e formação da reflexão sobre o acesso à cidadania, pois essa temática contribui para a formação cidadã, e através da mesma os conteúdos podem ser trabalhados relacionando a realidade vivida do aluno, permitindo ao mesmo pensar sobre o lugar em que vive e, nessa perspectiva, ser estimulado a propor mudanças no espaço.

Cavalcanti (2002, p. 16-17) afirma que:

Os temas da cidade e do urbano são conteúdos educativos que propiciam aos alunos possibilidades de confronto entre as diferentes imagens da cidade, as cotidianas e as científicas. O tratamento desses temas permite ao professor explorar concepções, valores, comportamentos dos alunos em relação ao espaço vivido, além de permitir também analisar a gestão da cidade a partir da experiência dos alunos; permite ainda trabalhar com o objetivo de se garantir o direito à cidade.

Essa temática destacada pela autora possui papel educativo, possibilitando ao aluno a compreensão de mundo e, conseqüentemente, a comparação entre os espaços da cidade na qual ele está inserido, favorecendo ao mesmo, enquanto cidadão, envolver-se nas questões relacionadas à cidade e até mesmo à gestão desta.

Os temas cidade e urbano possibilitam ao professor trabalhar os conteúdos educativos relacionados às experiências espaciais do aluno, haja vista que toda realidade vivida no espaço pode estar associada ao conteúdo trabalhado em sala de aula, fazendo com que essa sala se torne espaço de diálogo, contribuindo com a formação cidadã dos estudantes.

Por intermédio desta temática, torna-se possível organizar estudos em que os alunos pesquisam e comparam, como, por exemplo, as paisagens da cidade que mostram os diferentes modos de vida, sempre destacando que o espaço urbano não deve ser considerado sem a presença dos sujeitos.

Outro fator também importante que pode ser considerado é o modo de vida de seus habitantes, pois esse fator também caracteriza a cidade. O estudo desses modos de vida proporciona aos alunos a compreensão do desenvolvimento da sociedade.

O professor pode explorar valores e experiências vividas relacionadas à prática cotidiana de cada aluno, proporcionando aos mesmos maturidade suficiente para lutarem e se envolverem ativamente com elementos da gestão da cidade, e assim lutarem pelo direito à cidade, buscando uma organização de sociedade mais justa e democrática.

A cidade, enquanto conteúdo escolar, permite ao aluno vivenciar e integrar cada elemento constituinte do espaço urbano, estimulando-o a se envolver na tomada de decisões que está relacionada, muitas vezes, ao planejamento urbano, tornando-o participante ativo na gestão de seu espaço e cidadão que debate rumos possíveis para o lugar em que vive.

Ou seja, o simples fato de se deslocar pela cidade e notar um espaço que não possui acessibilidade, por exemplo, pela ausência de determinadas faixas em pontos, entre outros aspectos, instiga o aluno a um comportamento e uma atitude que o levarão a refletir sobre um

espaço da cidade não só para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, mas para todos.

Cavalcanti (2002, p.40) aponta que “o tema cidade é crucial na formação da cidadania. A vida urbana é hoje uma experiência mundial, pois ainda quando se considera eu, o urbano vai além de uma localização, pois é um modo de vida que extrapola fisicamente a cidade”.

Outra questão que se faz presente são as trocas sociais e culturais que são essenciais na formação do educando, e esses elementos estão impregnados no espaço urbano e são importantíssimos no cotidiano das pessoas. As práticas de organização e gestão da cidade e os resultados dessas práticas cotidianas também são formadores da cidadania, sendo que a cidade e o ensino de Geografia se fazem necessários à compreensão e também as políticas públicas educacionais, inclusive aquelas que se referem ao conhecimento da cidade.

Nesse contexto, apresentamos o conceito de cidade. Para Carlos (2015, p.85),

a cidade é antes de mais nada trabalho objetivado, materializado, fruto do processo de produção realizado ao longo de uma série de gerações, que aparece por meio da relação entre o construído e o não construído, de um lado e de outro, o movimento tanto no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias quanto aquele referente às marcas que representam momentos históricos diferentes, produzidos na articulação entre o novo e o velho.

Como afirma Carlos (2015), a cidade é trabalho materializado, que surge através da relação entre o construído e o não construído, num movimento de produção envolvendo deslocamento de mercadorias e pessoas, sendo realizado ao longo dos anos. Nesse sentido, a cidade é o lugar onde o indivíduo (con)vive cotidianamente e fortalece a cada dia o sentimento de pertencimento, de conhecer como ele tem sido reconhecido, o que tem influenciado. Desse modo, o conhecimento que o aluno possui sobre o lugar a que pertence auxilia no processo de ensino-aprendizagem.

Ainda sobre a cidadania, que requer que o sujeito esteja envolvido com o espaço da cidade, Cavalcanti (2012) afirma que: “A prática da cidadania inclui a competência para fazer a leitura da cidade. Ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade; é exercer o direito a criar seu direito à cidade, é cumprir o dever de garantir o direito coletivo à cidade” (CAVALCANTI 2012, p.74).

A prática cidadã possibilita ao educando realizar uma leitura do espaço da cidade, pois ser cidadão está muito além de apenas residir na cidade, envolve, também, exercer o direito de morar, produzir e desfrutar de todos os benefícios que a cidade oferece, tendo,

inclusive, o direito à mobilidade urbana. Desse modo, a prática da cidadania pressupõe a garantia concreta do direito à cidade para que o cidadão possa usufruir do espaço com dignidade e participar da vida coletiva.

Cavalcanti (2012) salienta a importância de a cidade ser vista como espaço educativo. Nesse sentido, sua estrutura pode educar seus habitantes, conduzindo-os a uma vida solidária, educando, assim, para viver em coletividade, respeitando os direitos das pessoas e pensando no bem estar de todos cidadãos que vivem neste espaço. A cidade também é um conteúdo apreendido pelos seus habitantes. As possíveis leituras mais abrangentes da cidade dependem de uma boa formação cidadã.

A autora enfatiza a cidade como educadora, porque sua organização é essencialmente espacial e todos os percursos que são percorridos durante a locomoção por suas ruas, por exemplo, a visualização da paisagem, constituem-se como algo que precisa ser interpretado e apreendido. Diante disso, realizar a leitura da cidade significa ir além da aparência ou das dimensões físicas, pois envolve elementos relacionados a processos históricos, culturais e socioespaciais.

Cavalcanti (2012, p.81) afirma que o “[...] exercício da cidadania na sociedade atual, por sua vez, requer uma concepção, uma experiência, uma prática, comportamentos, hábitos, ações concretas de cidade”. Nesse contexto, é reforçado que para o exercício da cidadania se faz necessária a conscientização da pessoa sobre o espaço associado à vida cotidiana, ou seja, o indivíduo, até mesmo pelo fato de se deslocar pela cidade, pode encontrar questões que exigem uma reflexão e a tomada de decisões.

Com base nas ideias discutidas, reforçamos a relevância de se trabalhar a cidade nas aulas de Geografia, pois as temáticas a ela relacionadas levam o aluno a pensar e a refletir sobre o espaço no qual está inserido, ou seja, conduz o educando a pensar na forma de agir e instiga-o a lutar pelo direito à cidade.

Desse modo, afirmamos que estudar a cidade inclui também, entre tantos outros temas, a discussão sobre a acessibilidade e a mobilidade urbana, partindo da preocupação com os que precisam se locomover por este espaço, independentemente de possuírem alguma deficiência ou não. Destacamos que o cidadão que adquire essa educação de pensar no coletivo executa ações que vêm ao encontro de todos que estão inseridos na cidade.

No tópico a seguir é discutida a acessibilidade urbana e o ensino de Geografia relacionado à construção da cidadania, ou seja, ser cidadão a partir da reflexão sobre acessibilidade urbana.

## 2.4 Acessibilidade urbana e ensino de Geografia: a construção da cidadania

A acessibilidade urbana torna-se destaque na discussão da construção da cidadania, portanto, esta se dá ao se deslocar pelo espaço, especialmente o público.

Diante disso, surge a necessidade de se debater sobre cidadania nas aulas de Geografia a partir da acessibilidade urbana, de modo a tornar o educando mais reflexivo e solidário, com ações relacionadas ao próximo. A formação e a construção da cidadania envolvem também a participação da escola nesse processo. Trabalhar este tema na escola é relevante, pois leva o cidadão a repensar, muitas vezes, suas ações e atitudes diante de determinadas situações que são encontradas na cidade.

Cavalcanti (2012, p.46) defende que “[...] formar cidadão é um projeto que tem como centro a participação política e coletiva das pessoas nos destinos da sociedade e da cidade. Essa participação está ligada à democracia participativa, ao pertencimento à sociedade”. Nesta perspectiva, presume-se um elo entre o espaço geográfico e a formação cidadã, e por isso a escola possui papel fundamental no desenvolvimento da cidadania, sempre levando em conta a vida cotidiana dos alunos.

Pensando na cidade, Carlos (2015,p. 86) reforça:

Logo, quando pensamos a cidade como o construído nos enganamos, pois a cidade é antes de mais nada trabalho humano materializado em casas, prédios, praças, viadutos. É o trabalho social que produz a cidade enquanto espaço da vida urbana, dos contatos imediatos do dia a dia (CARLOS 2015, p.86).

A cidade é produzida pelo trabalho humano, sendo o espaço de contato entre os cidadãos, onde as pessoas vivenciam no seu dia a dia toda essa dinâmica espacial.

Como a autora alerta, enganamo-nos quando pensamos a cidade como resultado do trabalho humano materializado somente como casas, prédios. O trabalho humano produz a cidade numa perspectiva de espaço da vida urbana, instigando cada cidadão a viver com dignidade neste espaço e, ao mesmo tempo, a participar e a lutar pelo mesmo, exercendo sua cidadania. Para Carlos (2015, p. 88), “A [...] luta emerge da consciência do cidadão como manifestação pelo direito a cidade e cidadania”.

Carlos (2015) destaca que a luta pelo direito à cidade surge da consciência do cidadão enquanto participante da sociedade, pois este é despertado a exercer sua cidadania, tornando-se ativo nas intervenções necessárias que garantem seus direitos. Sabemos que inúmeras

peças vivem o espaço no dia a dia, e os que obtêm uma sensibilidade sobre seus direitos e deveres são levados a manifestarem seu interesse pelo direito à cidade e à cidadania.

Resende (2004, p. 23) afirma que:

As cidades são construídas, produzidas e reproduzidas diariamente, mediante a somatória de vários fatores e agentes. Um desses fatores é a constante luta, mesmo que não percebida explicitamente, das pessoas que vivem no lugar, pela sua utilização como condições e meio de sobrevivência, ou seja, o espaço urbano é resultado da própria sociedade.

Resende (2004) destaca que as cidades são compostas por uma gama de fatores e agentes, sendo produzidas e reproduzidas a partir da somatória desses fatores. Desse modo, há uma forte luta das pessoas que vivem e utilizam este espaço, ou seja, as pessoas buscam a utilização do espaço da cidade como forma de sobrevivência.

Sendo assim, a acessibilidade é direito de todos, mas em especial das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e há a necessidade de a sociedade se sensibilizar que a pessoa com deficiência possui seus direitos reconhecidos por lei, e estes precisam ser garantidos na prática. Uma forma de estimular o cidadão a reconhecer o direito dos outros é educar a própria juventude que está na escola. Nessa reflexão, os jovens se tornam peça fundamental nessa discussão, pois serão adultos futuramente e está em suas mãos a execução de ações importantes sobre o direito do próximo e o direito à cidade. Nessa perspectiva, Cassab (2015) afirma que:

A juventude produz e é igualmente condicionada pela forma em que esse espaço é socialmente produzido e organizado. Isso implica a necessidade de se abordar o movimento dos jovens, que se dá a partir de suas ações, mobilidade, de suas falas e gestos, da relação que estabelecem com os bairros e com a cidade, dos usos que instituem com e no espaço urbano e com a cidade (CASSAB, 2015, p. 139).

A autora (2015) destaca a inserção no espaço da cidade, pois a forma como este espaço está organizado se reflete na postura da juventude que a ele pertence. Surge, assim, a necessidade de se levar em conta a relação que o jovem possui com o bairro onde mora, com a cidade da qual faz parte, com o estado, com o país e, conseqüentemente, com o mundo.

Essas relações levam o educando a viver exercendo a cidadania de forma efetiva no cotidiano e a lutar pelos seus direitos e dos demais que também fazem parte do mesmo espaço.



Nesta perspectiva cidadã, Damiani (2015, p. 52) afirma que o “[...] cidadão se definiria como tal, quando vivesse a condição de seu espaço enquanto espaço social, reconhecendo sua produção e se reconhecendo nela”. A autora destaca a necessidade de o cidadão se sentir pertencente ao espaço, vivendo e participando coletivamente e ativamente de sua produção. Assim, quando o cidadão se sente pertencente ao espaço do qual faz parte, é levado a lutar e a reivindicar melhorias no mesmo, exercendo, dessa maneira, ações mobilizadoras de cidadania.

Desse modo, o aluno deve ser motivado e educado a também se sentir pertencente ao espaço em que vive. E é necessário que seja formado para exercer sua cidadania e tenha condições de pensar e analisar o espaço e consiga perceber-se como participante e pertencente a este.

A prática da cidadania oportuniza, independentemente de gênero, raça, cor, etnia, crença religiosa, classe social e condições físicas, uma vida de igualdade.

Nesse sentido, destacar a acessibilidade urbana como uma condição de exercício da cidadania, pelo fato de as pessoas terem o direito de se deslocarem pela cidade sem nenhuma restrição, terem direitos iguais, independentemente de suas condições, é necessário para a efetivação da mesma. Em suma, a cidadania é o direito de ter uma vida digna, respeitando-se tanto os direitos civis, quanto políticos e sociais no sentido mais amplo, como compartilhar de decisões relacionadas ao espaço em que se está inserido.

Enquanto pessoas estão alheias às necessidades consideradas básicas para se sobreviver na sociedade, “[...] teremos que conviver com um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2014, p.60). Nessa perspectiva, não se pode falar de cidadania, como afirma Santos (2014), não se pode falar em espaço do cidadão, uma vez que o cidadão, não tendo participação e acesso a todos seus direitos constituídos por lei, torna-se um indivíduo inserido no espaço, porém, sem exercer cidadania.

Importante ressaltar que para a pessoa intervir no espaço em que está inserida é necessária uma sensibilização da mesma e uma prática ativa como cidadão na sociedade. Sendo assim, a escola contribui para que os alunos se sintam pertencentes à sociedade, e o ensino de Geografia contribui para a sensibilização desses jovens, pois os mesmos poderão participar da construção de uma sociedade igualitária e aprender a refletir sobre seus atos.

Cavalcanti (2012) afirma que cidadão é aquele que pode exercer o seu direito a ter direitos, sendo assim, deve participar da discussão e da criação de novos direitos, direitos esses civis, políticos e sociais. A pessoa que possui conhecimento sobre seus direitos e

deveres tem maiores condições de exercício pleno da cidadania. Os direitos e deveres podem estar relacionados à liberdade de ir e vir, e até mesmo ao respeito dos espaços do indivíduo, que pode ou não possuir mobilidade reduzida.

Quando nos referimos a respeitar o espaço das outras pessoas, podemos nos reportar ao direito da pessoa com deficiência física, que obtém o direito à cidade e conseqüentemente o direito de ir e vir, necessitando assim de um espaço que contemple a acessibilidade urbana. “O exercício de cidadania pode ser pensado como uma questão do direito à cidade e ao domínio coletivo do espaço da cidade” (CAVALCANTI, 2012, p. 87).

Desse modo, quando o aluno pensa no direito à cidade e ao coletivo, ele poderá entender cidadania a partir da acessibilidade urbana, tornando-se mais consciente e eficiente na proposição de mudanças que visem à melhoria da cidade para todos os cidadãos.

Assim, o cidadão possui direito à cidade, direito de viver na mesma e usufruir dela de forma igualitária. Portanto, todas as pessoas, e especialmente as com deficiência física, na condição de cidadãos, possuem direitos de circularem pela cidade sem nenhuma barreira, sejam elas arquitetônicas, sociais ou atitudinais.

As barreiras arquitetônicas são proporcionadas pela falta de infraestrutura nos espaços urbanos, sendo calçadas danificadas, rampas sem acessibilidade, entre outras, impedindo que a pessoa possa se locomover pela cidade sem transtornos. Nesse contexto, podemos destacar a própria arquitetura urbana das cidades brasileiras, que na maioria dos casos não está preparada para possibilitar a locomoção das pessoas, e em especial da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Já as barreiras sociais estão associadas a ações que se costumam ver na sociedade. Apesar de alguns avanços em sentido contrário predominam ainda as atitudes que muitos preferem ter, deixando a pessoa sem acesso a determinadas instituições. Importante ressaltar que a deficiência, de forma alguma, incapacita a pessoa. Na maioria das vezes o que incapacita é o próprio preconceito que ainda existe na sociedade.

Por fim, as barreiras atitudinais estão relacionadas ao preconceito existente, esse dificulta que a pessoa se integre de forma social, e muitas vezes esta pessoa com deficiência é vista como “incapaz”, com inúmeros obstáculos a serem vencidos que a impedem de ter uma vida normal em sociedade.

Para Lefbvre (2001), o direito à cidade afirma-se como apelo, como uma exigência, já que existem necessidades por parte do cidadão de viver em sociedade, exercendo seus direitos e deveres. Sabemos que quando se pensa o espaço da cidade, pensa-se no sentido de um lugar

justo a todos que estejam ali inseridos. Dessa maneira, um espaço que não contempla a acessibilidade deixa o cidadão excluído do seu direito, sendo que esse direito está ligado à possibilidade de se deslocar pela cidade.

Os serviços públicos essenciais como saúde, educação e lazer são direitos garantidos pela Constituição. O acesso aos mesmos está ligado à oportunidade de as pessoas chegarem a esses locais, sendo necessário se deslocarem, seja até a escola, o hospital, o cinema etc. O debate sobre acessibilidade urbana, nesse sentido, versa sobre a garantia de condições de utilização dos serviços, como também sobre os obstáculos presentes na utilização.

Para Gomes (2006), o próprio conceito de cidadania carrega em si uma matriz territorial, pois possui um componente espacial em sua base. Tal conceito evidencia uma preocupação em relação à justiça social ou à justiça na cidade para permitir ao cidadão usufruir desse espaço de forma igualitária, levando em conta a ideia de que qualquer pessoa que habita a cidade tem o direito de usufruir de seus espaços públicos, independentemente de suas condições concretas.

Ainda de acordo com Gomes (2006, p.162), “[...] o espaço público é o lugar, a praça, a rua, o shopping, qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculo à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. Logo, todos os espaços públicos devem oferecer condições de utilização pelo cidadão. Para o autor, o acesso aos espaços públicos deve, obrigatoriamente, contemplar a acessibilidade e a mobilidade, respeitando as diferenças de cada pessoa, como, por exemplo, as pessoas com deficiência física.

Quando a pessoa é impossibilitada de ter acesso e usufruir de determinados espaços públicos, ela não está participando ativa e democraticamente da cidade, ou seja, do direito de exercer sua cidadania, uma vez que somos todos iguais, sendo o reconhecimento disso expresso por Lei<sup>2</sup>, desta feita, todas as pessoas devem receber tratamento igualitário de todos que vivem na cidade e fazem parte da produção dela.

Conforme Carlos (1992, p. 45), “a cidade é construção humana, produto social materializado e trabalhado, o modo de ocupar determinados lugares da cidade se dá partindo da necessidade de realização de determinadas ações, sendo elas: produzir, consumir, habitar, de viver [...]”. Isto nos leva a compreender que a cidade, enquanto construção humana, necessita que os cidadãos nela inseridos possam produzir, ocupando esse espaço e desfrutando

---

<sup>2</sup> Constituição Brasileira de 1988, Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, ver Capítulo 1, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

das condições oferecidas pelo mesmo, ou seja, eles precisam ter condições de exercerem seus direitos de cidadania.

Como reflexo da diversidade da sociedade que a compõe, a paisagem citadina reflete a heterogeneidade daqueles que produzem e habitam este espaço.

Partindo do pressuposto de que todos são iguais, a produção e o ordenamento do espaço devem permitir a todos a acessibilidade, a mobilidade e a segurança, destacando-se as pessoas que se locomovem pela cidade nos espaços públicos de uso comum.

Cabe ressaltar que a cidade é o espaço de convívio entre as pessoas, onde os indivíduos, especialmente aqueles com deficiência, têm o direito de usufruir do espaço com total equidade. Outro ponto importante e que merece ser destacado é a questão da sensibilização de toda a sociedade quanto à necessidade de respeitar o direito do outro, não impedindo e obstruindo o acesso das pessoas que possuem mobilidade reduzida aos espaços e equipamentos públicos que são dotados, total ou parcialmente, das adaptações necessárias para promover o acesso de pessoas com deficiência física, permitindo a todos os cidadãos gozarem do direito à cidade.

Trabalhar essa temática da acessibilidade urbana é de suma importância, pois contribui para a construção da cidadania, sendo que quando o educando é sensibilizado sobre os direitos do próximo, entendendo a acessibilidade sob o ponto de vista cidadão, isso poderá contribuir com suas ações envolvendo mudanças no espaço em que vive. Acreditamos que ao planejar as aulas de Geografia o professor deve levar em conta conteúdos atitudinais e valorativos. Sendo assim, no processo de ensino-aprendizagem o professor possui papel importante na condução das etapas para uma boa mediação.

A próxima seção aborda a discussão sobre a acessibilidade e a mobilidade urbana a partir da análise da política brasileira, fazendo uma reflexão sobre as políticas públicas e o papel da cidadania neste viés.

### **3-POLÍTICAS BRASILEIRAS VOLTADAS PARA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA**

Esta seção discute as políticas públicas voltadas para a acessibilidade urbana com ênfase no que dizem as leis, nos modos como essas políticas acontecem, lembrando que a participação ativa do cidadão na sociedade envolve ações como planejamento e gestão. Destacamos também que o conhecimento da importância de sua participação na sua elaboração dessas políticas é fundamental.

O indivíduo deve se envolver com qualidade participativa na sociedade enquanto cidadão, por isso se faz necessário trabalhar essa temática na escola, construindo conhecimento e instigando o aluno a viver a cidade, aprendendo a vê-la com um olhar geográfico e participando ativamente do direito a ela.

A atual situação que envolve a acessibilidade urbana e a sociedade resulta em algumas dificuldades que nos motivam a alguns questionamentos necessários para aprendermos a lidar com a diversidade, sobretudo, no que se refere às pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida.

Como são pensados e projetados de fato os espaços acessíveis? Quando a população vai respeitar a funcionalidade dos locais que são acessíveis, como, por exemplo, não estacionar o carro em frente à rampa que dá acesso à calçada? Como não destacar apenas as deficiências das pessoas e valorizar o potencial da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida? Como agir com respeito às pessoas com deficiências, do ponto de vista do direito à cidade? Todas essas questões reportam à liberdade, independência e autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, oferecendo às mesmas condições essenciais à sobrevivência no espaço com dignidade, lembrando que o direito ao acesso deve ser para todos, independentemente de se possuir alguma deficiência ou não.

Nesse contexto de questionamentos, no primeiro tópico da seção refletiremos sobre as políticas públicas que amparam e dão direito à acessibilidade urbana.

#### **3.1 As políticas públicas voltadas à acessibilidade e à mobilidade urbana**

O Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, Capítulo I, Art. 9, descreve a deficiência física como alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando no comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de

paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções, como vemos a seguir.

Quadro 2 - Definição das doenças físicas (Brasília, 2001)

<b>Tipos de Deficiência Física</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Definição</b>
Paraplegia	Perda total das funções motoras dos membros inferiores.
Paraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
Monoplegia	Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior).
Monoparesia	Perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior).
Tetraplegia	Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
Tetraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
Triplegia	Perda total das funções motoras em três membros.
Tri paresia	Perda parcial das funções motoras em três membros.
Hemiplegia	Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).
Hemiparesia	Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).
Amputação	Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.
Paralisia Cerebral	Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.
Ostomia	Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

Fonte: MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho - Brasília/DF - 2001.

Podemos afirmar que toda pessoa que tem qualquer tipo de deficiência física tem o direito de ser incluída no meio social e educacional, pois possui habilidades e capacidades, necessitando, portanto, de espaço adequado (acessível) para se locomover com liberdade.

É importante lembrar que a deficiência física pode ser adquirida no decorrer da vida do indivíduo, e o espaço deve estar adequado para atender às necessidades de quem vem a usufruir do mesmo. A norma ABNT-NBR nº 9050/2004 estabelece critérios e parâmetros técnicos aplicáveis a projetos ligados a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos para que os mesmos possuam condições de acessibilidade.

Com isso, permite a utilização, sem ou com segurança e autonomia, do espaço imobiliário, oportunizando ao cidadão ir e vir com dignidade. As lutas foram de suma importância para a mudança da exclusão para a inclusão, o que pode ser verificado a partir do levantamento de algumas leis que tratam do tema.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 trouxe grande contribuição para o processo de inclusão. Pereira (2013, p.14) afirma que esse documento “foi o começo de uma luta pelo respeito, igualdade e por uma sociedade mais justa e democrática”.

A declaração estabeleceu o direito à inclusão, fortalecendo a luta pelo direito igualitário. Um momento importantíssimo, no caso específico do Brasil, foi o da aprovação da Constituição Federal de 1988, marcando a história da inclusão em nosso país.

Outra declaração importante que contribuiu para a inclusão social foi a Declaração de Salamanca de 1994, que afirma o direito à educação para todos, independentemente de possuir uma deficiência ou não. Este documento defende a ideia de justiça e igualdade educacional, e reafirma “o direito de Educação para todos” (SALAMANCA, 1994, p. 2). O documento ainda defende a inserção das pessoas com deficiência física no espaço escolar oficial.

O sistema legislativo pode ser encarado como uma fonte primária para se estabelecer acessibilidade, de uma maneira ampla, a todos os cidadãos.

O Decreto nº 5.296, de 2 de novembro de 2004, regulamenta as leis de acessibilidade de 10.048 e 10.098. A Lei nº. 10.048, sancionada em 8 de novembro de 2000, dá prioridade:

**Art. 1º** As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta lei.

**Art. 2º** As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º. Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.

**Art. 3º** As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

**Art. 4º** Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

**Art. 5º** Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação desta lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência. § 1º (Vetado.) § 2º Os proprietários de veículos de transporte coletivo em utilização terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da regulamentação desta lei, para proceder às adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoas portadoras de deficiência.

Esta lei destaca o atendimento prioritário aos idosos, à pessoa com deficiência, gestante e lactante. Nesta perspectiva, é considerado o direito dos indivíduos à cidadania, pois essas pessoas possuem o direito de exercerem sua efetiva cidadania.

A Lei de Acessibilidade Urbana nº. 10.098, sancionada em 19 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência física e com mobilidade reduzida. Para fins de acessibilidade é considerado:

**Art. 1º** Esta lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

**Art. 2º** Para os fins desta lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em: a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados; c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes; d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento,



encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

A lei de 10.098 normatiza o direito das pessoas em relação à acessibilidade urbana, sendo que os equipamentos públicos devem estar acessíveis para atender à pessoa com deficiência física. É necessário que os espaços públicos ofereçam acessibilidade, não visando apenas os cadeirantes ou pessoas com deficiência, mas também as gestantes, os idosos, a locomoção de carrinhos de bebê entre outros.

A Norma Brasileira de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos públicos (NBR 9050) da ABNT, revisada em 2004, estabelece as normas técnicas a serem aplicadas nas edificações. A execução dessas normas possibilita a acessibilidade aos equipamentos públicos tornando o espaço acessível a todos.

Diante disso, as cidades, como espaço de convivência humana, têm necessidade de ser democráticas, permitindo o acesso de todos os cidadãos a todos os equipamentos urbanos.

Para Maricato (2011), a reforma urbana se estabelece no direito à cidade, caracterizado pela gestão democrática e participativa desta e pela efetivação de sua função social, garantindo, assim, justiça social e condições dignas ao cidadão, que é quem vive nesse espaço.

Quando pensamos em uma sociedade com equidade, devemos destacar a acessibilidade e a mobilidade urbana, que garantem o acesso à cidade.

Segundo o Ministério das Cidades (2006), uma das funções da cidade é assegurar a mobilidade urbana, referindo-se à facilidade de locomoção de pessoas e bens neste espaço.

A acessibilidade, por sua vez, segundo a Norma Técnica NBR 9050, é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos e elementos urbanos (ABNT, 2004). Complementando o conceito de acessibilidade, surge um novo elemento, a acessibilidade urbana, que pode ser entendida como a facilidade em tempo, distância e custo de se alcançar fisicamente os destinos desejados na cidade, direitos estes já garantidos pela

Constituição. A política urbana brasileira encontra-se preceituada na Constituição Federal de 1998, no Capítulo II do Título VII, que versa sobre a Ordem Econômica e Financeira, especificamente nos artigos 182 e 183, que assim determinam:

Art. 182 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183 - Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

A análise desses artigos contemplando a política urbana acontece em razão de, no Brasil, sempre encontramos cidades crescendo de forma legal e ilegal, ou seja, muitas vezes de forma totalmente desordenada, com carência de um planejamento urbano.

Não há como negar que as cidades brasileiras cresceram de forma desordenada e, em sua maioria, sem a adoção de medidas voltadas ao seu planejamento e ordenamento. Tal situação é ainda mais recorrente em muitas cidades pequenas ou em cidades médias, pois nestas é bastante comum se observar a ausência da adoção de medidas voltadas ao planejamento urbano. A expansão não planejada do espaço urbano acaba comprometendo os padrões estabelecidos por legislação específica para garantir a mobilidade e a acessibilidade.

De tal modo, entendemos que melhorar os aspectos da acessibilidade urbana deveria constituir-se em preocupação daqueles que atuam no ordenamento e planejamento das cidades.

Resende (2004, p. 40) afirma que:

As consequências de vivenciar uma “desestrutura organizada” são sentidas, sobretudo pelas pessoas com deficiência, pois elas fazem parte do conjunto populacional brasileiro e também ocupam os espaços da cidade, só que, terem dignidade em seus atos de vida diária, necessita de infraestrutura adequada, o que, habitualmente, já é complicado para a maior parte da população que vive na cidade ilegal e também na cidade legal.

Todos que participam da cidade, constituindo o conjunto populacional do Brasil, têm vivenciado e sentido na pele os problemas estruturais, ficando a desejar a possibilidade de ter dignidade em seus atos na vida diária. Para que todos façam parte da cidade, tendo acesso a este espaço, é necessária a existência de uma infraestrutura adequada relacionada ao seu planejamento.

Torna-se evidente a importância do planejamento urbano, tendo como foco então a acessibilidade urbana, visando uma melhor qualidade de vida do cidadão. Se as cidades forem planejadas de forma correta, com consciência social, muitos problemas sociais podem ser minimizados.

Uma cidade que oferece acessibilidade proporciona qualidade de vida a todos que estão nela inseridos. Desse modo, faz-se necessário pensar em um planejamento adequado, contendo toda infraestrutura que atenda às necessidades coletivas de todos.

Resende (2004, p.41) afirma que:

Por ser a cidade o espaço de convívio entre os indivíduos, aqueles com deficiência também devem interagir com os demais, pois fazem parte da mesma população e ali vivem. A grande luta desse seguimento é que as pessoas precisam ser consideradas, na cidade, como parte da diversidade humana. Porém, o que se pode notar, na prática, é que esse grupo social, muitas vezes, é excluído tacitamente pela forma ambiental dos edifícios, equipamentos, bens e serviços, que ignoram as diferenças entre os seres, além do estigma e do preconceito que ainda gravitam sobre tais pessoas.

Resende (2004) defende a necessidade da interação entre os indivíduos com deficiência física ou mobilidade reduzida com os demais que desfrutam do espaço, ou seja, torna-los pertencentes a esse espaço, sendo considerados participantes e usufruindo do direito à cidade. Infelizmente o que é presenciado na maior parte dos espaços urbanos ainda é a

exclusão dessas pessoas. Esse fato pode ser observado, por exemplo, nos próprios equipamentos públicos que estão no espaço e proporcionam exclusão. Diante disso, surge a necessidade de se pensar uma maneira para que todos possam ter acesso à cidade, partindo-se do planejamento da mesma.

Para Souza (2003), o planejamento deve promover o desenvolvimento social e espacial, resultando em mudanças sociais positivas e, conseqüentemente, em uma melhor qualidade de vida para todos os habitantes da cidade.

Desse modo, é importante salientar que o planejamento nos permite entender a importância de projetar a utilização do espaço no qual estamos inseridos. O planejamento deve visar uma melhor qualidade de vida, cidadania e dignidade a todos que participam da cidade.

Quando o mesmo acontece com consciência social, pensando e refletindo sobre as diferenças de cada indivíduo, pode contribuir para o exercício efetivo da cidadania. Vale enfatizar também que o direito à cidade inicia-se por um planejamento que possa alcançar a todos que estão inseridos nela.

Nesta perspectiva, Souza (2003) destaca que no caso dos portadores de paraplegia, a única forma de lhes garantir o acesso a vários equipamentos é reconhecer sua desigualdade específica e, ao mesmo tempo, reconhecer sua igualdade como cidadão merecedor de tratamento digno e respeitoso.

O autor afirma também a necessidade de meios de acesso diferenciados, tais como rampas, corrimões, banheiros apropriados etc., que permitam à pessoa com deficiência gozar do seu direito à cidade, ou seja, o direito de usufruir deste espaço com dignidade.

No segundo tópico da seção, discutimos a acessibilidade urbana, o papel dos municípios e sua importância em contribuir para uma cidade acessível, oportunizando condições para que os cidadãos tenham acesso à cidade.

### **3.2 Acessibilidades e o papel dos municípios**

Por mais que a acessibilidade urbana esteja amparada por uma lei federal, os municípios também possuem a função de garantir a efetivação da mesma.

Com isso, cidade acessível contribui para a efetivação do direito à cidade. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, consagrou-se o processo voltado

para a descentralização fiscal, administrativa e política do Estado, instituindo os municípios como entes federados, estabelecendo no Brasil uma federação trina, cooperativa e solidária.

O governo federal, enquanto agente que medeia a dinâmica federativa, é um órgão que tem a função de apoiar as políticas de promoção à acessibilidade e ao espaço urbano. Importante ressaltar que é no âmbito dos Estados e municípios que acontecerão as ações de execução dessas políticas.

Quando pensamos na acessibilidade dos municípios é necessário levar em conta que no Brasil há inúmeros deles que apresentam desigualdades espaciais, e essas desigualdades decorrem das próprias condições sociais e econômicas de cada lugar. Contudo, os municípios possuem suas peculiaridades infraestruturais que acabam, de certa forma, comprometendo a qualidade de vida das pessoas que estão ali inseridas.

Para Feijó (2003), o crescimento rápido e espontâneo das cidades no Brasil, em consequência do processo de urbanização da população, proporcionou o surgimento de barreiras arquitetônicas e sociais dificultando a acessibilidade, a mobilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Para que essas barreiras sejam reduzidas, o município deve executar seu papel de garantir o acesso.

No que tange ao poder dos municípios, é necessário que os mesmos desempenhem efetivamente seu papel no que se refere às questões da acessibilidade urbana, pois se faz pertinente que o município complemente o que é estabelecido pelas legislações federais e estaduais.

Para Resende (2004, p. 45):

O poder público existe exatamente para mediar os interesses e desejos individuais e garantir o equilíbrio de que se fala: é o poder estatal que irá refrear a cupidez, evitar e punir a violência e o esbulho e assegurar que todo e qualquer membro daquela comunidade humana tenha assegurado um grupo de direitos fundamentais independentemente de sua posição na escala social e econômica. Essa é a base do estado respeitador de direitos fundamentais das pessoas, como se conhece desde o século dezenove.

Os municípios têm o papel de se preocuparem com o acesso das pessoas que vivem no espaço urbano, proporcionando o direito à cidade.

O Estatuto da Cidade determina que seja elaborado o plano diretor: para municípios com população acima de 20.000 habitantes; para aqueles situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; para aqueles que se situam em áreas de interesse turístico; ou para

aqueles situados em áreas sob influência de empreendimentos de grande impacto ambiental (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 40).

O plano diretor possui a função de promover a ocupação responsável, tanto do ponto de vista social quanto ambiental, nisso se torna importante o seu uso na cidade com o intuito de efetivar a acessibilidade urbana. O plano diretor se constitui em um conjunto de regras orientadoras da ação dos agentes que constroem a cidade e usufruem do espaço urbano, sendo assim, oportuniza à cidade exercer sua função social oferecendo acessibilidade.

A gestão municipal possui regras estabelecidas pela legislação, podendo estas ser associadas à implantação de sistemas de acessibilidade urbana, contemplando uma infraestrutura acessível no planejamento urbano da cidade.

Para Souza (2003), o planejamento deve objetivar mais justiça social e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida ao cidadão, garantindo-lhe a efetivação de seus direitos. Quando se planeja com consciência social, pensando e refletindo sobre as diferenças de cada indivíduo, este planejamento poderá contribuir para o exercício da cidadania.

Filho e Carvalhed (2010) explicam que:

As conseqüências de vivenciar uma “estrutura urbana não acessível” são, sobretudo, sentidas pelas pessoas com mobilidade reduzida, pois elas fazem parte do conjunto populacional brasileiro e também ocupam os espaços da cidade, só que, para terem dignidade em seus atos de vida diária, necessitam de infraestrutura adequada, o que, habitualmente, já é complicado para a maior parte da população, que vive na cidade (FILHO; CARVALHÊD, 2010, p.2).

Para os autores, as pessoas com mobilidade reduzida acabam sentindo as conseqüências do ambiente não acessível, pois as mesmas também ocupam o espaço da cidade, necessitando de infraestrutura adequada.

Um espaço adaptado respeitando as diferenças oportuniza à pessoa com deficiência seu desenvolvimento pleno. Para que isso ocorra é preciso a inclusão de todas as pessoas numa perspectiva ampla, não deixando nenhum indivíduo sem acesso a esses direitos, envolvendo todos de forma igualitária, como a pessoa com deficiência, com mobilidade reduzida, o idoso, dentre outros.

Ressaltamos a necessidade de o Governo Federal, por meio também da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos, buscar oferecer às pessoas com deficiência a oportunidade de serem incluídas de forma integral na

sociedade, tornando-as independentes. Para tal resultado é importante um trabalho de parceria entre secretarias, governos estaduais e locais.

### **3.3 O papel da cidadania numa proposta de acessibilidade urbana para pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida**

A cidadania, vista como exercício dos direitos e deveres estabelecidos na Constituição, possibilita a construção de uma sociedade justa. De fato, como elencamos, a cidade e a acessibilidade urbana nos incitam a pensar em uma sociedade com equidade social, justa, onde todos que estão inseridos no espaço consigam ter direito à cidade.

Por outro lado, podemos observar, através de inúmeros dados fornecidos pelo IBGE, que em nosso país há um número elevado de pessoas com deficiência. Diante desta realidade, é importante perguntar: será que todas essas pessoas estão tendo direitos garantidos? O acesso aos espaços da cidade tem sido de forma igualitária?

Segundo o censo de 2010, cerca de 45,6 milhões de pessoas se declararam portadoras de alguma deficiência. Este número corresponde a 23,9% da população brasileira. No Quadro 3, a seguir, estão discriminados os tipos de deficiência declarados no Censo:

Quadro 3 - Tipos de deficiências declaradas segundo o IBGE-Brasil/2010

População residente por tipo de deficiência - Brasil – 2010	
Tipo de deficiência	População residente
Visual	35.774.392
Auditiva	9.717.318
Mental/intelectual	2.611.536

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organizado pela autora.

Da população residente no país, 23,9% possuem pelo menos uma das deficiências investigadas, que são: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. Isso confirma que no Brasil existe uma quantidade significativa de pessoas que necessitam de inclusão por parte da sociedade.

Essas pessoas também precisam de um espaço urbano inclusivo que permita o acesso independentemente da deficiência. Refletimos sobre a situação das pessoas com deficiência e analisamos o percentual de deficientes nas regiões brasileiras no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Deficiência por região do Brasil segundo o IBGE-Brasil/2010

Brasil e Grandes Regiões	Proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas	
	Total 2000	Total 2010
Brasil	14,5%	23,92%
Norte	14,7%	23,4%
Nordeste	16,8%	26,63%
Sudeste	13,1%	23,03%
Sul	14,3%	22,51%
Centro Oeste	13,9%	22,50%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organizado pela autora.

Notamos que as regiões como Centro Oeste e Sul são as que possuem os menores índices de pessoas declaradas com deficiência.

A deficiência pode atingir a pessoa em qualquer idade da vida, algumas nascem com a doença, outras a adquirem ao longo da vida. Podemos notar que o contingente populacional que possui pelo menos um tipo de deficiência é alto, conforme indica o Censo de 2010.

As pessoas que possuem algum tipo de doença ou mobilidade reduzida possuem direito ao espaço urbano garantido por lei. No entanto, essas pessoas nem sempre conseguem reivindicar seus direitos da mesma forma e nas mesmas condições que as pessoas sem deficiências. Na maioria das vezes existem desvantagens impostas pela própria sociedade através do preconceito e das barreiras físicas e de atitude.

Essas barreiras, de certa forma, trazem um distanciamento na realização dos direitos das pessoas com deficiência. É necessário eliminar tal distanciamento e equiparar as condições delas ao mesmo nível das pessoas sem deficiência no cumprimento dos direitos assegurados por lei.

Ainda no Censo de 2010 foi pesquisada a situação do entorno dos domicílios brasileiros buscando verificar a situação da acessibilidade urbana.

Essa temática é relevante para as pessoas deficientes, pois elas precisam se locomover diariamente pela cidade, circulando pelas calçadas, ruas, além dos lugares onde os serviços



são oferecidos, o trabalho e o lazer. No Quadro 5 podemos ver a situação da acessibilidade em nível nacional.

Quadro 5 - Situação da acessibilidade no âmbito nacional segundo o IBGE-Brasil/2010

Condição de Moradia	Rampas para Cadeirante	Calçada/Passeio	Meio fio/guia
Adequada	5,8%	80%	86,1%
Semiadequada	1,9 %	43%	55,6%
Inadequada	0,2%	9%	14,1%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organizado pela autora.

Os resultados mostram que no Brasil os espaços urbanos em geral não facilitam a mobilidade das pessoas. Os dados demonstram que dos domicílios brasileiros, em relação à rampa para cadeirante, as moradias consideradas adequadas constam um percentual de 5,8%, as rampas nas moradias consideradas semiadequadas configuram 1,9% e, em moradias inadequadas, 0,2%. No quesito calçada/passeio, das moradias adequadas 80% possuem calçadas/ passeio, nas semiadequadas 43% e das consideradas inadequadas apenas 9%. Sobre o meio fio/guia foram encontrados nas moradias adequadas 86,1%, nas semiadequadas 55,6% e nas inadequadas apenas 14, 1%. Através dessa análise notamos que, das pessoas de moradia inadequada, a maioria não possui as condições básicas de acesso.

Os dados discutidos evidenciam que para a pessoa com deficiência ter acesso ao espaço acessível faz-se necessária a sensibilização por parte de todos nós, cidadãos.

Para Chaveiro e Neto (2010, p. 04),

No caso das pessoas com deficiência, poder-se-ia pensar na formação de uma consciência de classe, ou ainda do reconhecimento da categoria social constituída por estes sujeitos, que permitisse a leitura das condições de existência e que conduzisse a mobilização e a ação política.

Para os autores, é primordial a sensibilização e o reconhecimento da sociedade em relação à condição de vida da pessoa com deficiência, e a mobilização de fato para a efetivação de ações políticas que visam à qualidade de vida.

A acessibilidade não deve ser concebida apenas do ponto de vista do planejamento urbano, mas também da perspectiva da cidadania, entendendo que o espaço da cidade é para

todos. Essa perspectiva possibilita ao indivíduo cumprir seu papel de cidadão e refletir sobre determinadas posturas, como não obstruir o espaço com um carro estacionado na rampa do cadeirante, e não construir calçadas que impossibilitem a mobilidade.

Quando refletimos sobre a cidadania associada à acessibilidade estão aí incluídas nossas atitudes no dia a dia e o que podemos fazer enquanto cidadãos para que amenizemos o problema da falta de acessibilidade urbana nos espaços da cidade, pensando em um espaço para todos.

O direito de circular, independente de se ter mobilidade reduzida ou não, permite-nos viver de fato em uma cidade de todos e vivida por todos. Diante da atual situação da acessibilidade urbana no Brasil reforçamos, portanto, a importância de trabalhar a cidadania em sala de aula, a partir da acessibilidade urbana.

Entendemos que quando o aluno recebe uma formação com foco também na cidadania, ele se torna um cidadão mais sensibilizado a essas situações, podendo futuramente ser um dos reivindicadores de direitos, inclusive do direito à cidade e à acessibilidade. Partindo dos problemas da acessibilidade urbana que são evidenciados nessa seção, foi realizada uma experiência com alunos de Ensino Médio através do desenvolvimento de um Projeto de Intervenção Pedagógica que visou trabalhar cidadania nas aulas de Geografia a partir de reflexões sobre acessibilidade urbana.

#### **4- A FORMAÇÃO DO CIDADÃO E A ACESSIBILIDADE URBANA**

Esta seção discute a formação cidadã e a acessibilidade urbana, com foco em uma experiência de participação, descrevendo o perfil da escola e dos alunos que participaram do projeto de Intervenção Pedagógica para realização da pesquisa. Discute também o contexto envolvido, como se deu o desenvolvimento do projeto e as etapas para a realização do mesmo. Enfocamos nessa seção, também, a situação da acessibilidade urbana em Iporá Goiás, com participação dos alunos envolvidos no projeto.

E, por fim, refletimos sobre a formação de conceitos por alunos do Ensino Médio em Iporá a respeito da acessibilidade urbana, sendo possível identificar os resultados alcançados através da realização do projeto. Além disso, foram discutidas algumas propostas que visam um melhor acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, construindo, assim, a sensibilização de todos por uma sociedade igualitária e conseqüentemente uma cidade acessível para os que estão inseridos nela.

##### **4.1 Uma experiência de participação cidadã, com foco na acessibilidade urbana**

A escolha dessa temática, como já dito no decorrer do trabalho, foi pensada a partir da experiência adquirida pela pesquisadora enquanto professora de Geografia e de ter trabalhado tanto em escolas públicas quanto privadas nesses últimos oito anos e, sobretudo, de sua relação com a escola pesquisada. Partindo da prática desenvolvida na escola e com os alunos, foi observada a necessidade de desenvolver um projeto que contribuísse com a formação de conceitos dos alunos sobre acessibilidade urbana, de modo que o desenvolvimento desse conceito possibilitasse a formação cidadã dos alunos.

Pensando nessa experiência, entendemos que seria melhor trabalhar com os alunos de Ensino Médio, tendo em vista que possuem maior conhecimento adquirido durante o Ensino Fundamental, o que permite aos mesmos procederem a uma leitura da cidade a partir de uma compreensão mais sistematizada.

Com base nisso, foi desenvolvido na escola campo o Projeto de Intervenção Pedagógica com os alunos de Ensino Médio.

Dessa forma, acreditamos que o desenvolvimento do projeto contribuiria, direta ou indiretamente, nas ações desses alunos na sociedade, principalmente quando os mesmos estivessem intervindo no ambiente onde atuarão no futuro. Quando o aluno possui

conhecimento sobre determinado assunto, isso pode direcionar suas práticas, sendo essas reflexivas e interferindo em suas ações no cotidiano enquanto cidadãos.

O projeto de intervenção pedagógica intitulado **Construindo cidadania por meio do estudo da acessibilidade urbana na cidade de Iporá-GO** foi realizado entre os meses de junho e outubro de 2016. Os participantes da pesquisa foram alunos de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, entre 15 e 17 anos, sendo 14 do sexo feminino e 13 do sexo masculino, totalizando 27 alunos. Para o desenvolvimento do projeto foi pensado um Plano de Ação que contemplasse a problematização, a sistematização e a síntese. Na problematização aconteceram algumas etapas que serão descritas a seguir.

**Primeira etapa:** Essa etapa foi realizada em sala de aula, e nela aconteceu a problematização sobre acessibilidade urbana. Nessa etapa, os alunos foram instigados a falarem sobre a temática e tiveram a oportunidade de descrever seus conhecimentos prévios sobre acessibilidade urbana, focando a cidade de Iporá.

**Segunda etapa:** Ainda buscando conhecer melhor os alunos foi aplicado a eles um questionário que depois foi tabulado e transformado em gráficos. O questionário visou um maior entendimento de como eles se relacionam com a cidade, como é o transporte deles, como se deslocam pelo espaço urbano, quais as dificuldades encontradas no passeio público e nas ruas de Iporá. E, por fim, como eles pensam uma cidade acessível, de modo geral, como veem a cidade do ponto de vista da acessibilidade urbana. Essa etapa foi realizada em uma aula.

Destacamos aqui que nessa etapa os alunos refletiram sobre a temática, acharam interessante, muitos disseram que nunca pararam para pensar na acessibilidade e nem como ela acontece na cidade em que moram.

Na sistematização do Plano de Ação aconteceram as seguintes etapas:

**Primeira etapa:** Nessa etapa aconteceu a apresentação do material que informou os alunos sobre a acessibilidade, sendo o mesmo constituído por leis de acessibilidade e vídeos que ressaltavam a importância de conhecer tal direito e como buscar o acesso a ele. Com duração de duas aulas, foi trabalhado em sala de aula o material sobre a acessibilidade. Em uma aula expositiva realizada pela pesquisadora/professora e com a participação dos alunos foram discutidas as leis de acessibilidade nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que constam em anexo. Trabalhamos a ABNT/NBR9050 e, logo

após essa explanação, foi apresentado um vídeo<sup>3</sup> sobre acessibilidade de maneira geral e outro vídeo<sup>4</sup> sobre acessibilidade em Uberlândia MG.

**Segunda Etapa:** iniciamos a preparação para ir ao trabalho de campo. Essa etapa da atividade foi realizada em uma aula. Analisamos, por meio do projeto, o centro comercial, as vias em que circulam veículos, pedestres e suas calçadas. A partir do recorte espacial os 27 alunos foram divididos por série e em cada série foram divididos em duplas, sendo que cada dupla ficou responsável por analisar a acessibilidade de uma rua ou avenida da área mapeada, demarcando os pontos com problemas de acessibilidade. Depois dos alunos divididos e antes de irem a campo, fizemos um passeio pelo espaço da escola, observando e analisando se seus espaços estavam acessíveis ou não. Em seguida, no contra turno, ou seja, o período da tarde, iniciamos o trabalho de campo, e, para elaboração do mapa com os problemas de acessibilidade ou obstrução nas calçadas, foi exportada uma carta-imagem com a delimitação da área comercial da cidade de Iporá, empregando-se o *Google Earth* e valendo-se da imagem mais atual disponível no *software* referente ao ano de 2016.

De posse da carta imagem impressa da área comercial da cidade de Iporá, os estudantes do Colégio Exato foram orientados a se deslocarem pela área e a demarcarem os pontos de interesse. Eles foram instruídos a olhar as calçadas, se estavam rebaixadas para cadeirante ou carrinho de bebê, o acesso às lojas e os estacionamentos. Os alunos levaram para o trabalho de campo celular e câmera digital para fotografarem e marcarem no mapa os pontos com problema. O período em que realizaram a coleta de dados foi de 15 a 30 de setembro de 2016.

**Terceira etapa:** se deu mediante a organização do material produzido pelos alunos e das fotos e a elaboração de uma síntese. Durante duas aulas os alunos tiveram a oportunidade de organizar esse material e logo após apresentaram em sala de aula, mostrando as fotos e contando suas experiências adquiridas durante a realização do trabalho de campo. Com a sistematização montamos o mapa mostrando os problemas de acessibilidade nas avenidas e ruas pesquisadas. Na última etapa do Plano de Ação foi realizada a síntese através de uma discussão geral com os alunos. Partindo dessa discussão foi elaborada uma “carta proposta” com sugestões de melhorias no que tange à acessibilidade urbana no centro comercial da cidade de Iporá. A discussão geral foi realizada em uma aula e a produção da “carta proposta”

---

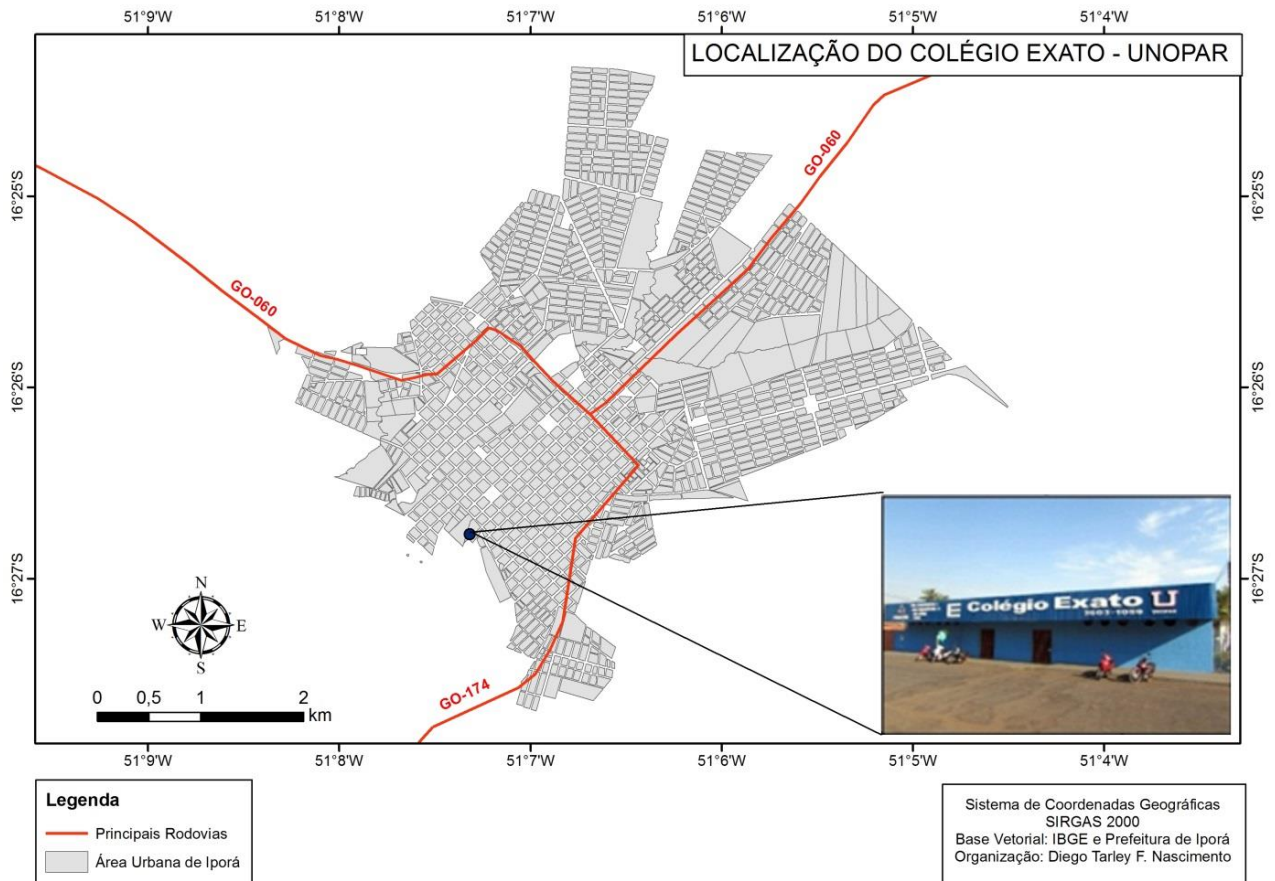
<sup>3</sup> ([www.youtube.com/watch?v=Zf5m4rkQikk](http://www.youtube.com/watch?v=Zf5m4rkQikk))

<sup>4</sup> ([www.youtube.com/watch?v=d3la1cTOJFQ](http://www.youtube.com/watch?v=d3la1cTOJFQ)).

foi em outra aula. Ressaltamos que a terceira e a última etapa foram realizadas com todos os alunos juntos, em que estavam reunidos o 1º, o 2º e o 3º ano do Ensino Médio.

A escola que fez parte do contexto da pesquisa foi o colégio Exato, escola privada, localizada na cidade de Iporá Goiás. Segue no Mapa 2 a localização geográfica da escola.

Mapa 2 – Localização Geográfica do Colégio Exato



Conforme o Projeto Político Pedagógico, Colégio Exato foi fundado em 18 de fevereiro de 1978, por Élcio Mota e “Tuca”, com a denominação de Colégio Carlos Chagas, situado à Avenida Goiás, número 57, onde funcionaram os cursos Ginásial e Colegial. Após um ano e meio de funcionamento, o colégio foi vendido para o Pastor Renato Cavalcante e Maura Antônia de Freitas Sousa, passando a se denominar Colégio Exato Ltda., e a oferecer os seguintes cursos: Ensino Primário, Ginásial e Colegial. Posteriormente, em virtude da grande procura, houve a necessidade de ampliar o espaço físico, ocorrendo a mudança de endereço para a Avenida Pio XII, Quadra B1, Lote 01-A, Centro - Iporá - GO.

Quanto à localização no Mapa 2, o Colégio Exato está situado no final da avenida, possuindo como vizinhos várias residências, a Prefeitura, o Cartório do 1º Ofício, o Fórum, a Câmara de Vereadores, o Colégio Integração e o Clube da AABB. O Colégio Exato oferece os cursos: Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e Ensino Médio nos turnos matutino e vespertino.

A área construída é composta por vinte e cinco salas, sendo: uma biblioteca, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala de coordenação, uma sala de direção, um banheiro para professores; todas estas dependências são situadas na parte superior do prédio, ficando um saguão no centro.

Após a análise dos documentos oficiais da escola, como PPP, por exemplo, notamos que o que tem sido trabalhado em sala de aula são conteúdos para atender aos exames de ingresso nas universidades, como Exame Nacional do Ensino Médio. Portanto, além desses conteúdos, o colégio tem se preocupado e buscado trabalhar e desenvolver projetos com temáticas voltadas para cidadania e inclusão.

O Projeto Político Pedagógico da escola (2015, p. 13) contempla:

A proposta pedagógica da Escola privilegia o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social utilizando, para isso, os conteúdos curriculares da base nacional comum e os temas transversais, trabalhados em sua contextualização. Todas as séries estão comprometidas com a democracia e a cidadania (PPC, 2015, p. 13).

Notamos que a escola prioriza o desenvolvimento dos alunos e sua vivência no ambiente em que estão inseridos, comprometendo, assim, as ações democráticas e a cidadania. Ainda no Projeto Político Pedagógico (2015, p. 19) afirma-se que “Assentada nesses valores, a educação do Ensino Médio desenvolve no estudante a formação de valores e o fortalecimento da autonomia, necessários para a participação cidadã”. Através da análise do documento da escola podemos perceber que a formação cidadã está incluída em todo processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, quanto à inserção da cidadania nesse processo, a mesma oportuniza ao aluno conquistar sua autonomia enquanto cidadão, tornando-o participativo na gestão da cidade da qual faz parte. Sobre a estrutura curricular, quanto ao número de aulas semanais do Ensino Médio do colégio há as seguintes informações descritas conforme os quadros a seguir (Quadros 6, 7 e 8).

Quadro 6 - 1ª Série do Ensino Médio, Colégio Exato, Iporá-GO/2016

<b>Disciplina</b>	<b>Número de aulas semanais proposto na Matriz Curricular</b>	<b>Número de aulas semanais dadas</b>
Língua Portuguesa	02	02
História	02	02
Geografia	02	02
Biologia	03	04
Física	03	04
Química	03	04
Matemática	03	05
Arte	01	01
Educação Física	02	02
Líng. Estr. Mod. Inglês	02	02
Líng. Estr. Mod. Espanhol	02	02
Sociologia	01	01
Filosofia	01	01
Literatura	02	02
Redação	02	02
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>36</b>

Fonte: PPP do Colégio Exato, 2016. Organizado pela autora.

Quadro 7 - 2ª Série do Ensino Médio, Colégio Exato, Iporá-GO/2016

<b>Disciplina</b>	<b>Número de aulas semanais proposto na Matriz Curricular</b>	<b>Número de aulas semanais dadas</b>
Língua Portuguesa	02	02
História	02	02
Geografia	02	02
Biologia	03	04
Física	03	04
Química	03	04
Matemática	04	05
Arte	01	01
Educação Física	02	02
Líng. Estr. Mod. Inglês	02	02
Líng. Estr. Mod. Espanhol	02	02
Sociologia	01	01
Filosofia	01	01



Literatura	02	02
Redação	02	02
TOTAL	32	36

Fonte: PPP do colégio Exato, 2016. Organizado pela autora.

Quadro 8 - 3ª Série do Ensino Médio, Colégio Exato, Iporá-GO/2016

<b>Disciplina</b>	<b>Número de aulas semanais proposto na Matriz Curricular</b>	<b>Número de aulas semanais dadas</b>
Língua Portuguesa	02	02
História	02	02
Geografia	02	02
Biologia	03	05
Física	03	06
Química	03	06
Matemática	04	08
Arte	01	01
Educação Física	02	02
Líng. Estr. Mod. Inglês	02	02
Líng. Estr. Mod. Espanhol	02	02
Sociologia	01	01
Filosofia	01	01
Literatura	02	02
Redação	02	02
TOTAL	32	44

Fonte: PPP do colégio Exato, 2016. Organizado pela autora.

Podemos observar que nas séries do Ensino Médio são ministradas duas aulas de Geografia durante a semana.

No que se refere à Inclusão e estando a mesma explícita no PPP da instituição, a escola está embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no Artigo 59, o qual define que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos e recursos que garantam o atendimento as necessidade especiais dos mesmos.

O Colégio entende que a inclusão remete às diferenças no meio social em que os alunos estão inseridos e estabelece relações, sendo necessário que se pense a inclusão numa perspectiva de inserção social, em que o aluno veja na escola um lugar de acolhida. Para que ocorra o processo de inclusão importante se faz que haja: planejamento, reflexão e ação em todos os departamentos da escola, pois só assim esta garantirá aos alunos seus direitos assegurados pela constituição.

#### **4.2 Contexto das experiências e a Proposta de Intervenção**

O estudo da Geografia envolve a relação do homem com a natureza, tendo como objeto de estudo o espaço geográfico. A partir desse contexto, este estudo se pautou na dimensão educativa do espaço urbano, a cidade, produto da ação do homem no meio em que está inserido.

Com base nisso, buscamos refletir junto aos alunos do colégio Exato sobre o estudo da cidade, em sala de aula, numa relação pautada na acessibilidade urbana, visando à formação cidadã destes e, assim, contribuindo para sua sensibilização crítica em relação ao espaço vivido e às experiências adquiridas por eles. O projeto desenvolvido trouxe como título **Construindo cidadania através da Acessibilidade urbana na cidade de Iporá-GO**, e objetivou a valorização da acessibilidade e a proposta de soluções que garantam os direitos dos cidadãos e, ao mesmo tempo, a sensibilização dos alunos. O projeto propôs integrar alunos e comunidade, objetivando construir regras de convivência baseadas nos princípios da democracia, inclusão social e respeito aos direitos humanos e às diferenças.

Nesse sentido, Libâneo (2001, p. 111) afirma que “O encargo das escolas, hoje é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais e morais (...) no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania e na formação ética”.

Com este projeto pretendemos trabalhar a sensibilização, observando que nos dias atuais a escola é uma das instituições responsáveis por incentivar, no ambiente escolar, ações que visem ao exercício da cidadania. **Como objetivo Geral**, tencionamos contribuir com a formação cidadã dos alunos, oportunizando a eles serem cidadãos conscientes, participativos e multiplicadores de ações solidárias no que tange à acessibilidade urbana. **E, como objetivos Específicos**, elencamos: sensibilizar os alunos sobre a importância dos direitos e deveres de cidadão num contexto em que o espaço é para todos de forma compromissada e respeitosa,

realizando ações que promovam a cidadania e o despertar para a solidariedade e o respeito às pessoas.

A metodologia do projeto teve como **etapas:** problematização das questões relacionadas à acessibilidade, realizada em sala de aula com a finalidade de conhecer os conceitos dos alunos sobre a temática; apresentação do material que informava ao aluno sobre a acessibilidade, buscando que ele desenvolvesse um conceito de acessibilidade com elementos que, no cotidiano, não tinham se manifestado; realização do trabalho de campo para analisarem *in loco* essa temática em uma área delimitada, que foi o centro comercial da cidade, onde os mesmos tiveram a oportunidade de registrar com fotos para investigarem sobre essa temática; organização do material pelos alunos e apresentação em sala de aula dos resultados em uma síntese elaborada por eles; e elaboração da “carta proposta” com sugestões de melhorias no que se refere à acessibilidade urbana em Iporá, com a finalidade de entregá-la à Câmara dos Vereadores da cidade.

Como já dito anteriormente, o projeto de intervenção pedagógica foi realizado entre os meses de junho e outubro de 2016. Os participantes da pesquisa foram alunos de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, de 15 a 17 anos, sendo 14 do sexo feminino e 13 do sexo masculino, totalizando 27 alunos. Para o desenvolvimento do projeto foi realizado um Plano de Ação composto por problematização, sistematização e síntese. Na problematização aconteceram algumas etapas que serão descritas a seguir.

**Primeira etapa:** Essa etapa foi realizada em sala de aula, com duração de uma aula; nela aconteceu a problematização sobre a acessibilidade urbana. Nessa etapa, a partir de perguntas norteadoras, os alunos foram instigados a falarem sobre a temática e tiveram a oportunidade de descrever seus conhecimentos prévios sobre acessibilidade urbana, focando a cidade de Iporá.

O roteiro para problematização se pautou nas seguintes questões:

**1) Ao se deslocarem pela cidade, como vocês se sentem, enquanto pedestres, pensando na situação da acessibilidade urbana? É acessível ou não? O que vocês acham?**

Por unanimidade, os alunos responderam que a cidade é parcialmente acessível, tendo alguns pontos acessíveis e outros não.

**2) Vocês acham que as pessoas com mobilidade reduzida, o idoso, a pessoa com deficiência física têm acesso à cidade com facilidade? Justifique.**

Os alunos destacaram que essas pessoas têm dificuldade em se locomoverem por alguns lugares da cidade. Eles elencaram os seguintes problemas: calçadas deterioradas, com desníveis e materiais de construção nas mesmas. Para eles, esse problema impede o cidadão de se locomover por esses locais. Outros problemas apontados foram: ausência de faixa de pedestre em alguns lugares da cidade; falta de rampa após a faixa de pedestre (nos locais que têm faixa); imprudência no trânsito; árvores ocupando toda a calçada; falta de sensibilização do cidadão que estaciona o carro em frente às rampas de acesso às calçadas; rampas muito íngremes. Observamos, portanto, que não há acessibilidade para todos.

### **3) Como os alunos veem a acessibilidade urbana na cidade de Iporá.**

Por unanimidade, os alunos responderam que a cidade de Iporá não se encontra totalmente acessível, pois há inúmeros problemas no espaço urbano que impedem a cidade de contemplar a acessibilidade. Os órgãos como as agências bancárias, por exemplo, são acessíveis, porém, nas lojas nem todos estão preocupados com a acessibilidade urbana. Lugares lembrados no momento da discussão:

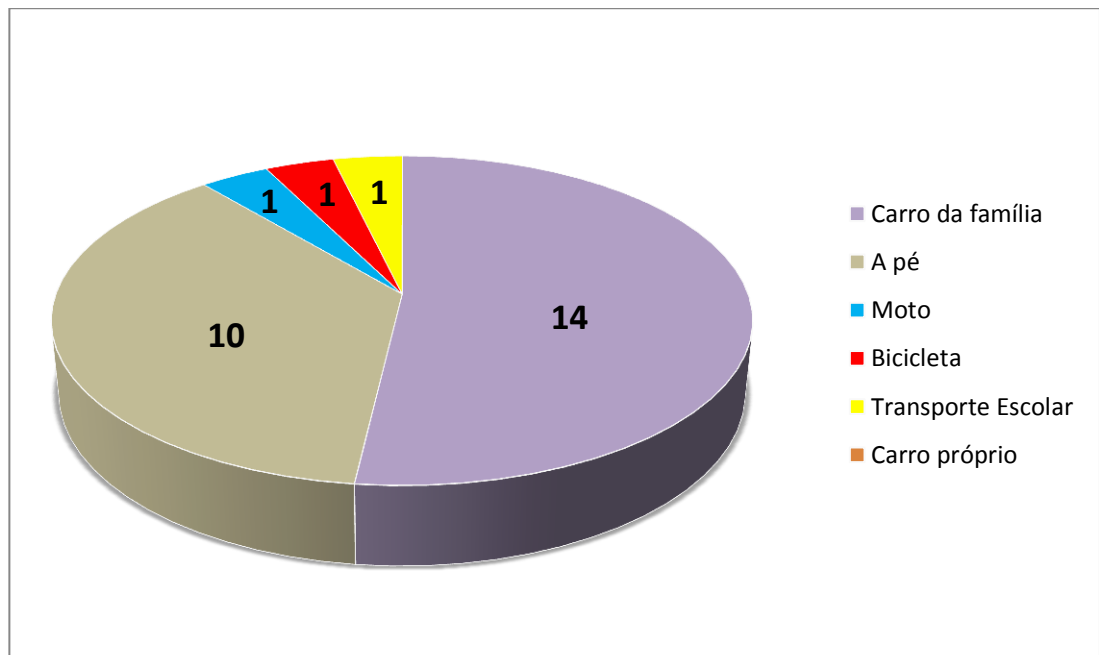
- Postos de Saúde, Hospital Municipal (Adão Pereira da Silva) Lago Por Sol, Praças (da Liberdade e do Trabalhador). Para os alunos, um dos maiores problemas está relacionado à falta de sensibilização do cidadão iporaense, pois muitas vezes são as pessoas que deixam entulhos nas calçadas, estacionam em frente a locais de rampas, dentre outros problemas. Isso mostra que além da responsabilidade pelo planejamento urbano, há necessidade também do cidadão fazer sua parte, pois ele é integrante da cidade. Essa problematização aconteceu em uma aula e foi realizada no mês de junho.

Destacamos aqui que, nessa etapa, os alunos refletiram sobre a temática, acharam-na interessante, muitos disseram que nunca haviam pensado na acessibilidade e nem em como a mesma acontece na cidade em que moram.

**Segunda etapa:** Ainda buscando conhecer melhor os alunos foi aplicado a eles um questionário que depois foi tabulado e transformado em gráficos. O questionário visou um maior entendimento de como eles se relacionam com a cidade, como é o transporte dos mesmos, como se deslocam pelo espaço urbano, quais as dificuldades encontradas no passeio público e nas ruas de Iporá. E, por fim, como eles veem uma cidade acessível, de modo geral, como veem a cidade do ponto de vista da acessibilidade urbana. Essa etapa foi realizada em uma aula e ocorreu no mês de junho de 2016. Diante disso, apresentamos os gráficos a seguir.

O Gráfico 1 mostra qual meio de transporte os alunos utilizam para se deslocarem até a escola.

Gráfico 1 - Meio de transporte utilizado para ir à escola- Iporá -GO/2016

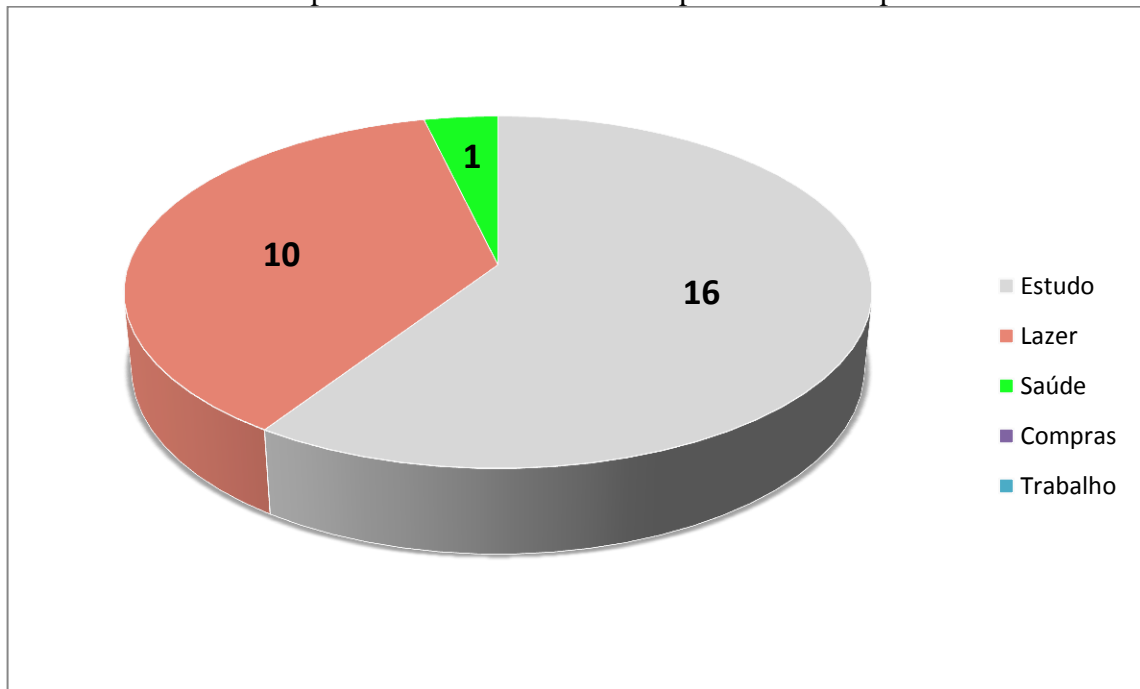


Fonte: Pesquisa de campo, 2016. Organizado pela autora.

Observamos que o principal meio de transporte utilizado para o deslocamento até a escola é o carro da família e outra parte significativa dos alunos vão à escola a pé. Isso evidencia que, de certa forma, o aluno vivencia o espaço da cidade, dentre eles, uma minoria utiliza moto, bicicleta e transporte escolar.

O Gráfico 2, a seguir, mostra o principal motivo dos deslocamentos pela cidade.

Gráfico 2 – Principal motivo de deslocamento pela cidade de Iporá -GO/2016

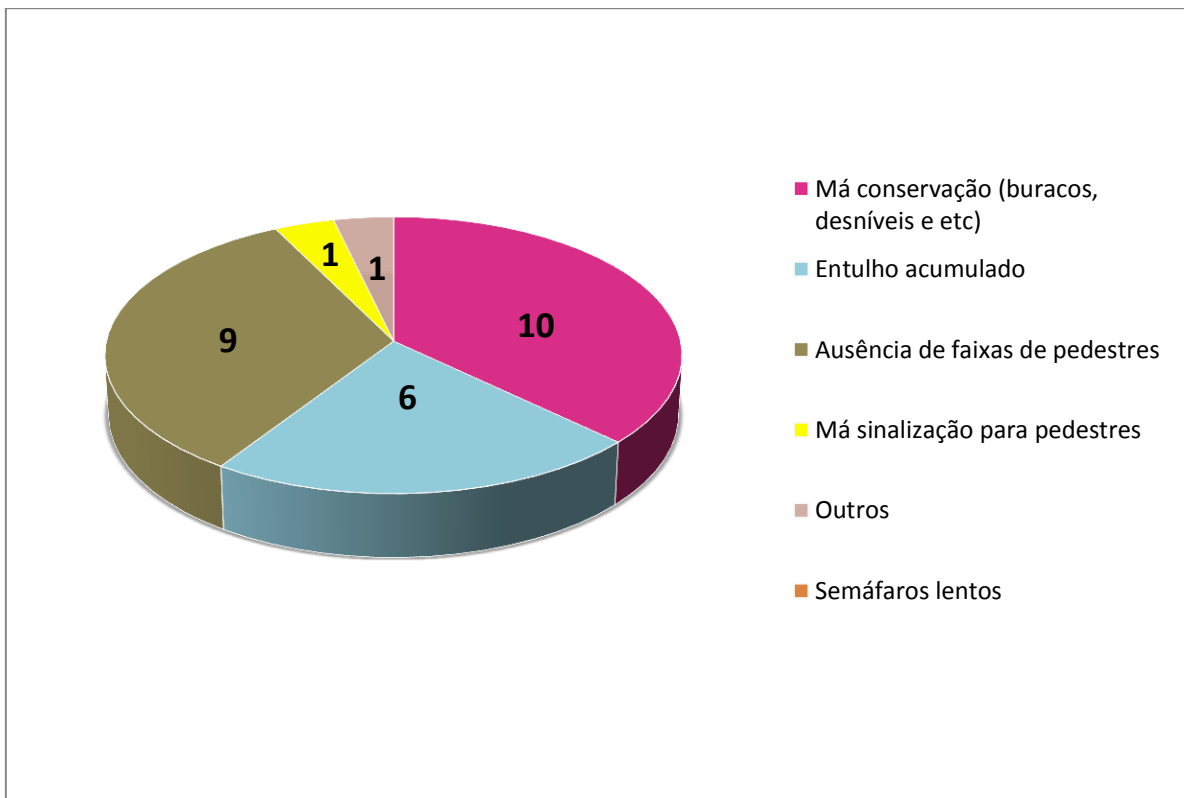


Fonte: Pesquisa de campo, 2016. Organizado pela autora.

Este gráfico evidencia que o principal motivo de deslocamento pela cidade é o estudo, outro grupo de alunos se desloca com a finalidade de lazer. Notamos que os alunos, independentemente do motivo pelo qual se locomovem pela cidade, vivenciam o espaço da cidade de Iporá, e, de certa forma, vivem a cidade.

O Gráfico 3 demonstra como o aluno se sente como pedestre, e as principais dificuldades encontradas.

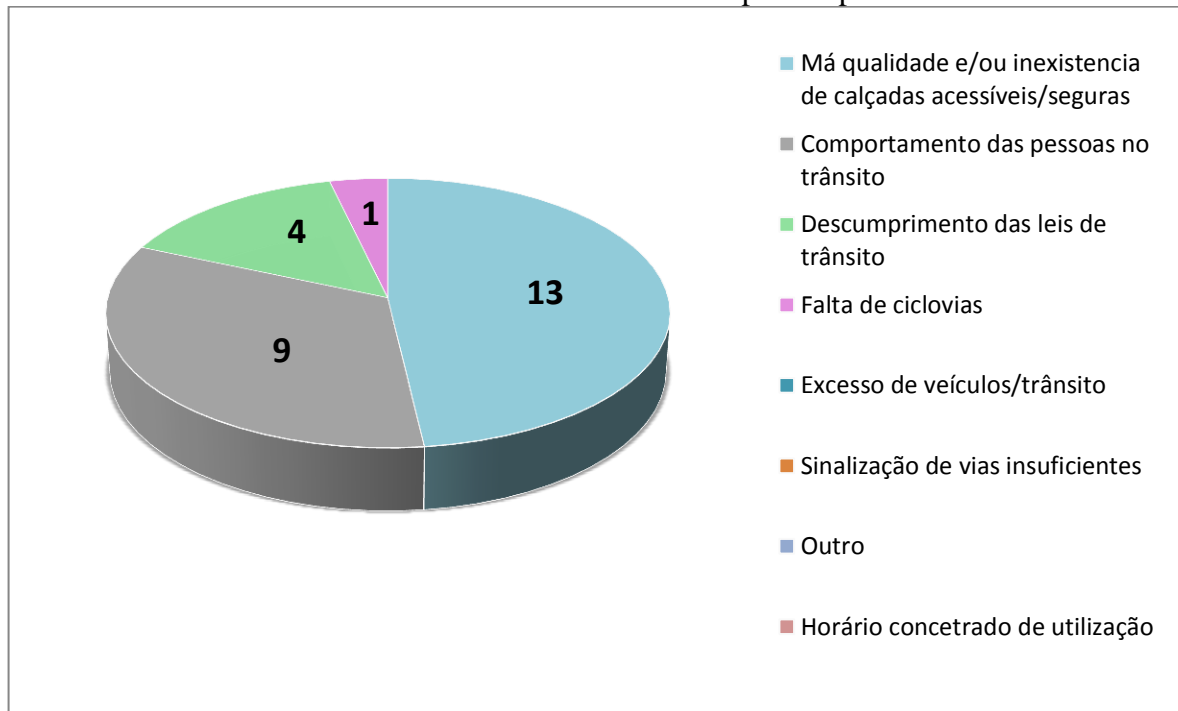
Gráfico 3 - Principal dificuldade encontrada nas ruas da cidade durante o passeio público (como pedestre)- Iporá GO/2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016. Organizado pela autora.

Evidenciamos, no Gráfico 3, que uma das maiores dificuldades encontradas pelos alunos é a má conservação das vias, como buracos, desníveis. Outra dificuldade encontrada foram entulhos acumulados nas vias e calçadas, ausência de faixas para pedestres, entre outros problemas. O Gráfico 4, a seguir, mostra as considerações dos alunos quanto aos problemas relacionados à acessibilidade urbana.

Gráfico 4 - Acessibilidade urbana no Município de Iporá GO/2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016. Organizado pela autora.

O Gráfico 4 revela que um dos maiores problemas destacados pelos alunos está relacionado à má qualidade das calçadas, o que as torna inacessíveis. Outro problema destacado pelos alunos está relacionado ao comportamento das pessoas no trânsito, ou seja, falta de sensibilização das pessoas que usufruem do espaço da cidade. Diante disso, notamos que de certa forma não existe acessibilidade para todos que habitam a cidade, independentemente de possuírem algum tipo de deficiência ou não. Vale ressaltar que mesmo sendo alunos da pesquisadora, há alguns aspectos identificados por eles que ainda eram desconhecidos pela mesma.

O Plano de Ação aconteceu em agosto de 2016 e teve as seguintes etapas:

**Primeira etapa:** apresentação do material sobre acessibilidade urbana, constituído pelas leis e vídeos sobre acessibilidade como dito no decorrer do trabalho.

Nessa etapa, os alunos se mostraram surpresos, pois muitos não tinham conhecimento sobre a acessibilidade urbana, principalmente como esta é descrita nas leis. Eles acharam importante o vídeo sobre Uberlândia, que mostrou ser possível uma cidade acessível.

Após essa etapa, iniciamos a preparação para o trabalho de campo. Os alunos foram divididos e, antes de irem a campo, fizemos um passeio pelas dependências da escola, observando e analisando se seus ambientes estavam acessíveis ou não.



Entendemos que a acessibilidade é um fator essencial para a inclusão. A adequação física do espaço permite a todos circular e exercerem suas atividades diárias na escola.

Com base nas observações dos alunos quanto à acessibilidade do espaço escolar, foi identificado que o colégio Exato possui um espaço acessível, que oportuniza a todos os alunos que possuem deficiência ou mobilidade reduzida ou não se movimentarem pelas dependências. Podemos ver a seguir fotos do espaço da escola retiradas pelos alunos para destacarem as conclusões a que chegaram.

Foto 1 - Espaço da escola pesquisada-Iporá Goiás/2016



Fonte: Alunos do colégio Exato, 2016. Organizado pela autora.

Conforme mostrado nas fotos, a escola possui seu espaço físico acessível, com rampas de acesso aos corredores e as salas de aula não possuem degraus. O colégio já recebeu alunos cadeirantes e com mobilidade reduzida. Ressaltamos aqui também que, de 2015 a 2016, foi realizada uma reforma no colégio, e os espaços que ainda não eram acessíveis foram adaptados para promoção da acessibilidade, tornando a escola totalmente acessível.

Sabemos que a infraestrutura da escola é um fator importante para promoção da acessibilidade, pois é preciso que os espaços físicos sejam planejados, organizados e bem estruturados, tornando-se acessíveis. A acessibilidade é de suma importância no processo de inclusão educacional, nesse sentido, o ambiente escolar tem a capacidade de proporcionar e aproximar a comunicação e promover a convivência entre as pessoas. Essa visita à escola possibilitou à pesquisadora saber que os alunos já conseguiram demonstrar uma assimilação sobre o que havia sido trabalhado em sala de aula anteriormente, já conheciam as leis, e identificaram os espaços acessíveis ou não.

A escola, por se tratar de um espaço público, é acessível quando suas dependências são utilizadas por todos, principalmente pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para o Ministério da Educação (ME), o Programa Escola Acessível indica o compromisso do Brasil em garantir o direito de acesso às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a um espaço educacional inclusivo. No entanto, não podemos deixar de citar que tal evolução, principalmente a criação do Programa, é resultado de pressões e movimentos sociais nacionais, que lutam para garantir o direito de acesso ao espaço da pessoa com deficiência, e conseqüentemente ao espaço escolar.

Nesse sentido, em 2007, foi instituído o Programa Escola Acessível, que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). De acordo com o Programa (2013), um dos objetivos é promover a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência física ou mobilidade reduzida. Para a escola ter o espaço acessível é essencial a participação plena de todos os alunos nas atividades que a mesma oferece.

Após analisar o espaço escolar, os alunos alvo da pesquisa iniciaram o trabalho de campo, que aconteceu durante as tardes no contra turno; eles ficaram livres para escolher o dia que pudessem ir, desde que fosse entre 15 e 30 de setembro.

Nessa atividade, analisaram o centro comercial, as vias em que circulam veículos, pedestres e suas calçadas. Foram instruídos a observarem toda a paisagem identificando se as calçadas estavam rebaixadas para cadeirante ou carrinho de bebê, se havia acesso às lojas e

aos estacionamentos. Os alunos levaram para o trabalho de campo celular e câmera digital para fotografarem e marcarem no mapa os pontos não acessíveis.

Para a construção do mapa com os problemas de acessibilidade urbana e obstrução das calçadas foi fornecida aos alunos uma carta-imagem da área comercial da cidade de Iporá.

De posse do recorte da imagem de satélite impresso da área comercial da cidade de Iporá, os estudantes do Colégio Exato foram orientados a se deslocarem pela área e a demarcarem os pontos de interesse. Nessa atividade, os alunos se demonstraram empolgados, pois para muitos era algo novo, haja vista que ainda não tinham analisado o espaço da cidade sob o ponto de vista da acessibilidade. Outra questão também que pareceu atraente a eles foi o fato de ser um trabalho fora da sala de aula, mesmo eles já havendo trabalhado outras atividades práticas, como analisar os impactos ambientais na cidade, mas nada tão sistematizado quanto o estudo da acessibilidade urbana.

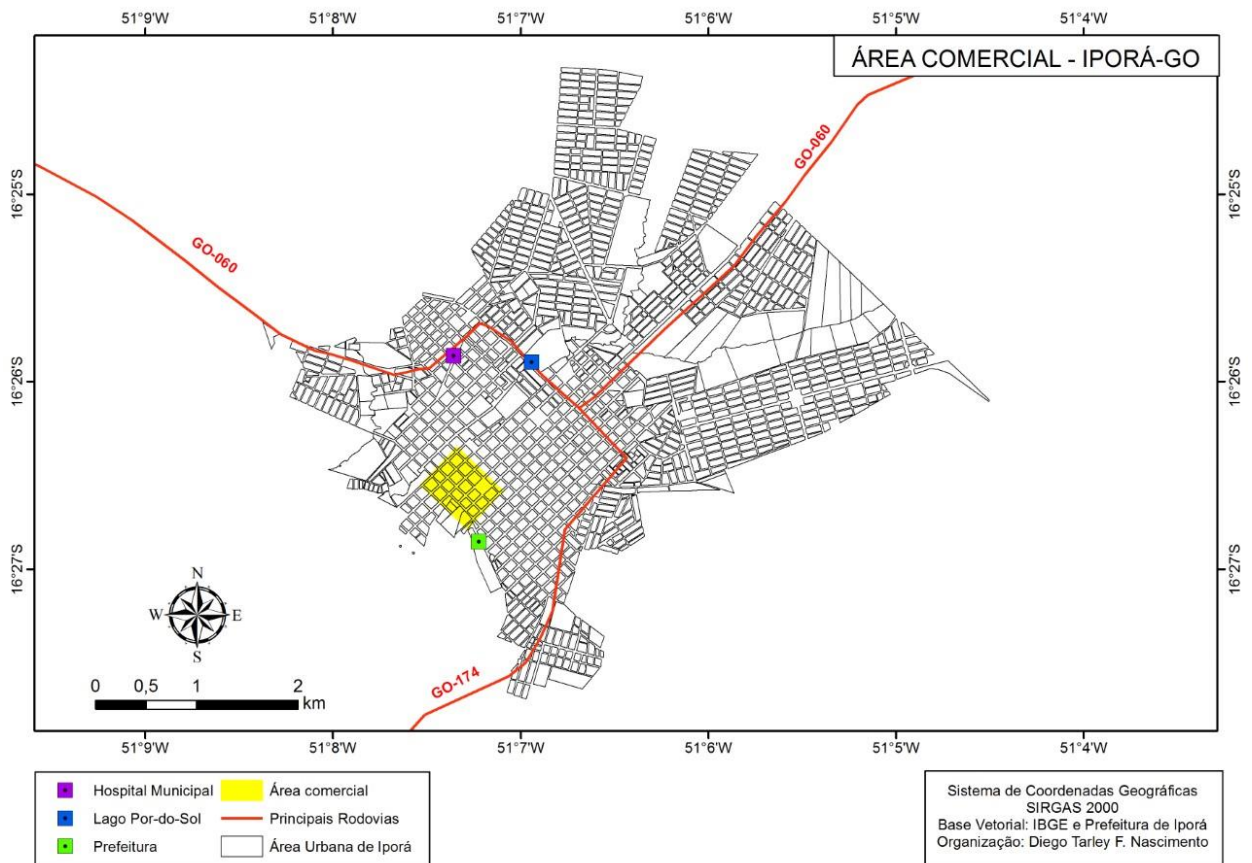
Ao finalizar o trabalho de campo, foi realizada a organização do material produzido pelos alunos, como fotos, e a produção da síntese. Eles apresentaram o material em sala de aula e relataram suas experiências adquiridas durante a atividade. Como dito no decorrer do trabalho, na parte de sistematização, foi abordado o mapa da acessibilidade, mostrando os problemas evidenciados nas ruas e avenidas pesquisadas.

No final desta etapa, os alunos se mostraram insatisfeitos com a situação encontrada durante o trabalho de campo, pois eles disseram que imaginavam encontrar inúmeros problemas, mas não tantos como verificaram, e principalmente que comprometessem tanto a acessibilidade das pessoas que habitam a cidade. O tópico a seguir mostra o resultado do trabalho realizado pelos alunos.

### **4.3 Espaço urbano de Iporá e a Acessibilidade no trabalho de campo realizado pelos alunos**

O objetivo da atividade, a partir do projeto de intervenção pedagógica, foi analisar a acessibilidade em Iporá Goiás, e se havia o efetivo exercício da cidadania. O recorte espacial delimitou apenas o centro comercial de Iporá, como mostra o Mapa 3, a seguir.

Mapa 3 - Localização do centro comercial, no município de Iporá-Goiás/2017



A adoção de tal delimitação se justifica em função de ser esta a área da cidade onde se concentra a maior quantidade dos equipamentos públicos, comércios, agências bancárias, ou seja, os equipamentos e serviços que todos os cidadãos precisam no dia a dia.

É oportuno ressaltar, como dito anteriormente, que o espaço urbano deve proporcionar o acesso a todos que habitam a cidade, concretizando, assim, a sua função social. Com isso, queremos dizer que para que todos tenham acesso de forma igualitária há a necessidade de planejamento urbano. O Estatuto da Cidade foi elaborado a partir desses referenciais que visam direcionar os municípios no processo de ocupação do espaço de forma adequada.

O poder público, em sua essência, deve proporcionar a toda sociedade, independentemente de classes sociais e econômicas, a infraestrutura básica necessária para o bem-estar do cidadão, seja de forma individual ou coletiva. Contudo, devem constar explicitamente no plano diretor as ações referentes à infraestrutura que serão básicas para a garantia do acesso aos locais da cidade.

A realidade de Iporá não é diferente de outros municípios no Brasil quando nos referimos ao problema de efetivação da infraestrutura, que consiste no planejamento urbano. O Plano Diretor de Iporá, no Artigo 2º, afirma que ele:

[...] tem por finalidade orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada, prevendo políticas, diretrizes e instrumentos para assegurar o adequado ordenamento territorial, a melhoria das políticas sociais e os desenvolvimentos sustentáveis do Município, tendo em vista as aspirações da população (PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE IPORÁ-GO, 2007).

E essa situação de não efetivação de certa forma compromete a mobilidade e a acessibilidade dos habitantes.

Buscamos, então, por meio desse trabalho com acessibilidade conhecer e analisar a acessibilidade urbana no centro da cidade, e em específico o centro comercial de Iporá, com o intuito de descobrir se o cidadão iporaense está, de fato, tendo as condições necessárias de deslocamento nessa área da cidade. Quando analisamos a acessibilidade urbana de um determinado espaço utilizamos vários critérios, entre eles podemos destacar: número de itens que afirmam a acessibilidade; a falta deles; e alguma adaptação que os torna acessíveis.

Para realizar a atividade, delimitamos o centro comercial, as vias em que circulam veículos, pedestres e suas calçadas. A calçada, parte integrante da via pública, é elemento importante da acessibilidade, é um espaço destinado à circulação das pessoas, o cidadão tem direito de usá-la livremente, exercendo seu direito de ir e vir. A construção da mesma é de responsabilidade dos proprietários dos imóveis, devendo seguir normas técnicas estabelecidas por órgão nacional ou até mesmo legislações municipais.

Para entendermos acerca do dimensionamento, pavimentação, circulação horizontal e inclinação das calçadas, é útil conhecermos a definição de calçada segundo a Lei nº 9.503/1997, que a define da seguinte forma: “Calçada é a parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins” (BRASIL, 1997).

As calçadas devem ser livres para circulação, sem obstáculos, permitindo a circulação segura de todos os cidadãos, inclusive da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, como mostra a foto a seguir.

Figura 1- Modelo de calçada acessível

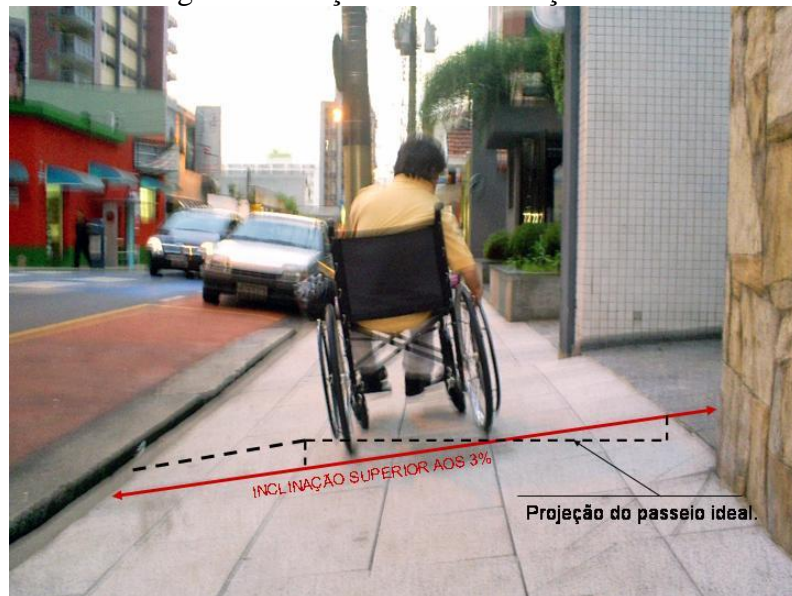


Fonte: Trabalho de campo. Organizado pela autora (2017)

Segundo a NBR-9050, a calçada acessível deve conter a faixa para elementos da urbanização, que é a área localizada próxima ao meio fio, com elementos como: lixeiras, parada de ônibus, vegetação. A faixa acessível é a área destinada à circulação de pessoas, com elementos como piso tátil, piso antiderrapante. A faixa de acesso e serviços é o local remanescente da calçada localizado entre a faixa acessível e o alinhamento predial, contendo elementos como: restaurantes, área de estacionamento e acesso às edificações.

Ressaltamos também que a inclinação transversal não pode ser maior do que 3%, sendo recomendado 1,50 m, como evidenciado na figura a seguir.

Figura 2 - Calçada com inclinação ideal



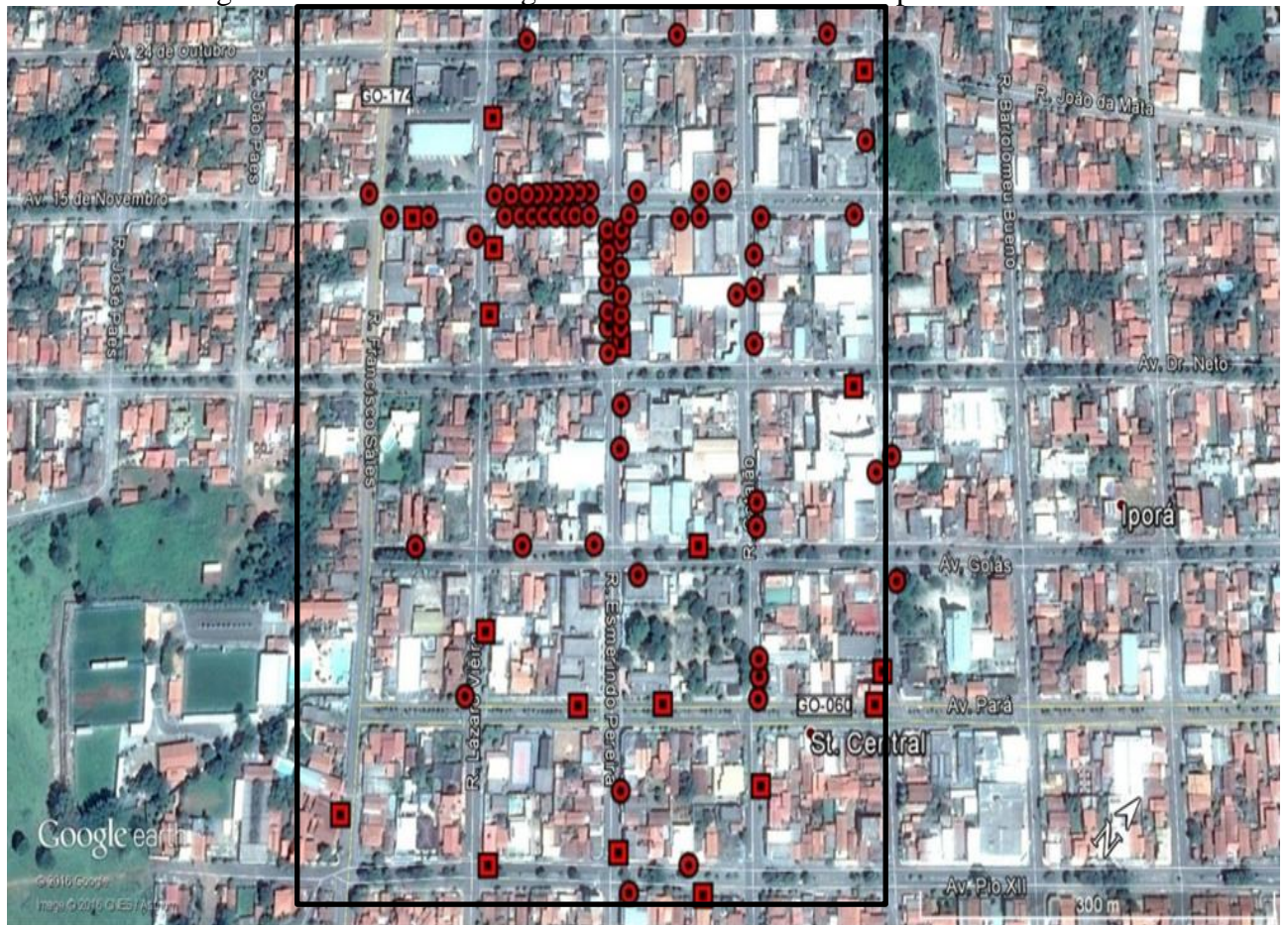
Fonte: Trabalho de campo. Organizado pela autora (2017).

Somos levados a refletir sobre a acessibilidade, como ela ocorre e se faz presente nestas situações. A partir do recorte espacial, os alunos analisaram a acessibilidade de uma rua ou avenida da área mapeada, demarcando os pontos com problemas de acessibilidade.

Para marcação dos problemas de acessibilidade ou obstrução nas calçadas na área comercial da cidade de Iporá, de posse do recorte da imagem satélite os estudantes do Colégio Exato foram responsáveis por se deslocarem pela área e demarcarem os pontos de interesse. Posteriormente, os locais demarcados foram vetorizados pela ferramenta “Adicionar marcador”, disponível no *Google Earth*, por meio da qual são inseridos arquivos de pontos acima da imagem de satélite no programa, como mostra a Figura 3, a seguir.



Figura 3 – Recorte de imagem de satélite da cidade de Iporá/2016



● Locais com problemas de acessibilidade

■ Locais com obstruções na calçada

Fonte: Trabalho de campo. Organizado pela autora (2016)

Com a realização do trabalho de campo pelos alunos participantes do projeto foi possível constatar que alguns equipamentos públicos são acessíveis e outros não. Foi evidenciado que a Rua Esmerindo Pereira e a Avenida XV de Novembro são onde estão os casos mais críticos referentes ao tema abordado, com inúmeros problemas de acessibilidade e obstrução de calçadas. Foram identificadas diversas situações que não são condizentes com as recomendações estabelecidas pela legislação brasileira e pela ABNT na NBR-9050.

Em relação às calçadas, foi pesquisado somente se havia rampa, ou seja, rebaixamento da calçada destinado especificamente ao acesso ao cadeirante, servindo também para carrinho de bebê e outros.

Não foram consideradas rampas para acesso de veículos. Foi levado em conta também se a calçada estava acessível à pessoa com mobilidade reduzida, ou mesmo se havia a possibilidade de circulação da população de maneira geral. Na área mapeada pelos alunos



podemos identificar algumas ruas e avenidas a que daremos destaques a seguir. Para sistematização do trabalho de campo foram trabalhadas algumas categorias para a avaliação da acessibilidade, dentre elas: a situação das calçadas, o acesso às lojas e os estacionamentos.

A primeira categoria a ser analisada se refere às calçadas, em especial, às inadequadas ao uso dos pedestres de forma geral. Observemos a figura a seguir:

Foto 02 - Avenida 24 de Outubro- Iporá-Goiás/2016



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Podemos verificar a obstrução das calçadas, o que está em desacordo com as legislações vigentes. Ressaltamos também que essa avenida é uma das que possuem menos problemas, destacando alguns pontos com obstrução das calçadas. Vemos nas calçadas a presença de entulhos ocupando as passagens. Diante disso, a situação das calçadas não permite a livre circulação do pedestre e nem da pessoa com mobilidade reduzida, impedindo o direito das pessoas de circularem.

Outro problema encontrado foi areia de construção nas calçadas, desnível, como apontado nas fotos a seguir.

Foto 3-Avenida Goiás e Rua Lázaro Vieira-Iporá-Goiás/2016



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Além das calçadas com materiais impedindo a locomoção do pedestre, temos também calçadas obstruídas por estarem quebradas, impossibilitando o acesso a elas.

Foto 4- Avenida Pará e Rua Goiânia Iporá-Goiás/2016



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Foi verificado outro problema além das calçadas quebradas, que são as calçadas sem rebaixamento, ou seja, que não permitem o acesso de um cadeirante, dos carrinhos de bebê, e até mesmo da pessoa com mobilidade reduzida, o que pode ser verificado nas fotos a seguir:



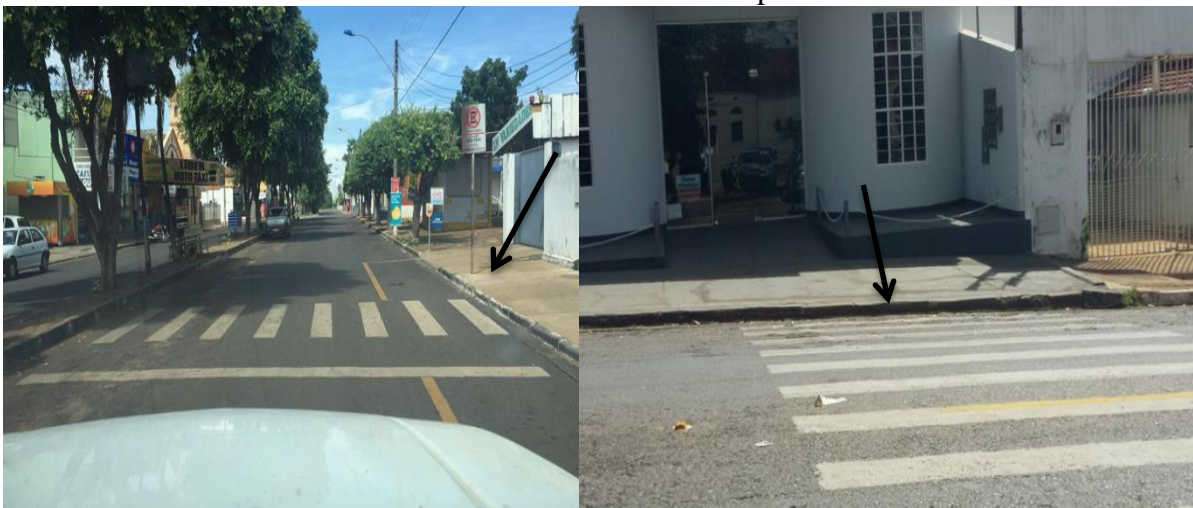
Foto 5- Avenida XV de novembro Iporá-Goiás/2016



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Foi evidenciado nas fotos a seguir calçadas que não possuem rampas no fim da faixa de pedestres, isso compromete a locomoção, não somente do pedestre na condição de cadeirante, mas do idoso, da gestante, da pessoa que está utilizando carrinho de bebê, dentre outros.

Foto 6- Avenida Goiás e Rua Goiânia -Iporá-Goiás/2016



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Outro ponto analisado se refere às calçadas que são rebaixadas, possuindo rampas de acesso, possibilitando o acesso da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Essas calçadas são acessíveis permitindo ao cidadão o efetivo direito ao espaço da cidade, como mostram as Fotos 7 e 8.

Foto 7- Avenidas Goiás e Pará - Iporá-Goiás/2016



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Foto 8 - Ruas Goiânia e Pio XII – Iporá –Goiás/2017



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Outro aspecto analisado durante a visita dos alunos foi o acesso às lojas; eles observaram se elas são acessíveis ou não. No estudo, foi possível identificar inúmeros estabelecimentos que possibilitam o acesso do cidadão ao seu espaço, como podemos verificar nas fotos a seguir.



Foto 9 - Avenida Pio XII e Rua Goiânia - Iporá –Goiás/2017



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Continuando a analisar algumas as lojas, nas fotos a seguir percebemos que o acesso ao espaço interno das mesmas é efetivo, possuindo linha-guia e rampa.

Foto 10 - Rua Esmerindo Pereira e Avenida Pio XII - Iporá –Goiás/2017



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Foram evidenciados também lugares que não possibilitam o acesso das pessoas com algum tipo de deficiência física, cadeirante ou com mobilidade reduzida, conforme a Foto 11:

Fotos 11 - Rua Esmerindo Pereira - Iporá –Goiás/2017



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Analisando a situação do acesso às lojas evidenciamos a falta de sensibilização do cidadão iporaense, que desrespeita o direito da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. Nas fotos das avenidas Pará e Pio XII a seguir continuamos a confirmar a falta de respeito com a pessoa com deficiência, pois são estabelecimentos reconhecidos na cidade e no mercado, e, no entanto, não estão acessíveis.

Fotos 12 - Avenidas Pará e Pio XII - Iporá –Goiás/2017



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)



Outro critério avaliado durante o trabalho de campo realizado pelos alunos foi a questão do estacionamento.

Foram flagradas pelos alunos inúmeras situações que mostram motoristas estacionando seus veículos em frente às rampas de cadeirantes impedindo o acesso à calçada, como podemos verificar nas fotos a seguir.

Fotos 13 - Rua Esmerindo Pereira - Iporá – Goiás/2017



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016).

Foi observada a falta de bom senso dos motoristas em relação às leis de trânsito, pois é necessário bom senso no momento de estacionar para que ninguém seja prejudicado, haja vista que o espaço é um direito de todos.

Fotos 14- Rua Lázaro Vieira e Esmerindo Pereira - Iporá –Goiás/2017



Fonte: Alunos do E.M do colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016)

Diante das situações registradas é preciso ter consciência de que aquela rampa é essencial para algumas pessoas, principalmente aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida. Destacamos aqui também os idosos e mães com carrinhos de bebês.

No geral, foi apontado pelos alunos que a cidade é parcialmente acessível e foi percebido, através do trabalho de campo, que o problema está além do planejamento urbano da cidade, incluindo também a responsabilidade do próprio cidadão.

Um dos elementos destacados pelos alunos foram as péssimas condições de conservação das calçadas, o que é dever dos proprietários dos imóveis e a competência de fiscalização é das prefeituras. Na maioria das vezes não são respeitadas normas de padronização estabelecidas pela NBR 9050:2004.

Como as prefeituras não vistoriam o suficiente, as calçadas se transformam em armadilhas para pedestres, idosos, gestantes, mães com carrinhos de bebê, obesos e pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. E existe ainda descarte de entulhos variados, o que leva o cidadão a andar pela rua e não pela calçada.

As observações permitiram conhecer alguns pontos da cidade que não contemplam e outros em que há acessibilidade. Foi identificado que os cadeirantes possuem dificuldade em utilizar o espaço da cidade, pois apesar de alguns lugares - bancos, agências lotéricas - serem acessíveis, as calçadas que dão acesso a estes locais apresentam barreiras arquitetônicas que limitam o trânsito dos mesmos.

Com a observação dos alunos na área delimitada e a realização dos registros, foi possível a eles estabelecerem uma relação entre o conteúdo trabalhado em sala de aula e a acessibilidade urbana. Nesse contexto, a aula campo foi um facilitador de aprendizagem, pois quando trabalhamos com nossos alunos além da sala de aula também oportunizamos aos mesmos a construção do conhecimento, e possibilitamos a criação de um elo entre o conhecimento construído e sua importância.

#### **4.4 Formações de conceitos sobre acessibilidade urbana: Momento da Síntese**

Na última etapa do Plano de Ação, foi realizada a síntese através de uma discussão geral entre/com os alunos. Partindo desse momento foi elaborada uma “Carta Proposta” com sugestões de melhorias no que tange à acessibilidade urbana no centro comercial da cidade de



Iporá. A reflexão foi realizada em uma aula e a produção da carta proposta ocorreu em outra aula. Essa atividade foi realizada no início de outubro de 2016.

Os alunos vivem a cidade de forma diferente, uns moram no centro, outros mais distantes, portanto, todos vivem o espaço da cidade e possuem suas percepções. Eles se sentem pertencentes ao espaço da cidade onde desenvolvem suas relações cotidianas. Vejamos algumas falas durante a discussão geral com os alunos:

*“com o projeto, percebemos que na cidade de Iporá, nem todos são conscientes, pois, deixam carro estacionado em vaga de deficiente, estaciona em local de rampa.”* (2ºano)

*“Aqui em Iporá tinha que ter uma fiscalização severa por parte da prefeitura, pois não adianta ter rampas, lugares acessíveis, se o próprio cidadão não está sensibilizado de que é necessário que a cidade esteja acessível a todos.”* (1ºano)

*“Observamos que a cidade de Iporá não é uma cidade totalmente acessível, pois há muitos problemas, não somente voltado ao planejamento da cidade, mas falta de educação das pessoas e de certa forma, falta de cidadania.”* (3ºano)

Após a discussão com os alunos foi escrita por eles uma Carta Proposta com sugestões que visam à qualidade de vida do cidadão iporaense.

Na Carta Proposta os alunos destacaram alguns pontos, como: sensibilização do cidadão e uma fiscalização mais severa por parte do poder público com aplicação de multas.

As outras sugestões foram: a realização de uma campanha de sensibilização, inclusive com a criação de uma cartilha explicativa sobre o assunto; a criação de uma melhor sinalização para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida; e que a prefeitura se responsabilizasse pelas calçadas, tendo em vista que estas não possuem um padrão, por isso cada proprietário faz a sua da forma como achar melhor.

No decorrer das atividades realizadas foi resgatada a importância dos alunos viverem e verem a cidade para além de um espaço físico, reconhecendo as relações sociais, pois cada indivíduo que está na cidade possui um modo de vida e é pertencente ao espaço, portanto, cada um deve fazer sua parte enquanto cidadão.

Bento (2011) afirma que:

Pensar o ensino de Geografia partindo do espaço mais próximo do aluno não quer dizer que acreditamos somente nessa forma de trabalhar o espaço, segundo uma sequencia única e rígida, em que partimos de uma realidade mais próxima para uma mais distante, até porque se entende que o eu vivemos em um espaço específico este diretamente ligado a influências decorrentes de contextos nacionais e internacionais (BENTO, 2011, p.72).

A autora reforça a importância de trabalhar o conteúdo de Geografia partindo do espaço mais próximo do aluno, de uma escala local para um escala global. Com base nisso, trabalhamos os conteúdos levando o aluno a uma reflexão sobre o espaço vivido e a pensar sobre suas ações no espaço do qual faz parte.

Bento (2011, p. 73) ressalta que “o estudo de um bairro permite um olhar sobre os fluxos diferentes, pois existem pessoas que ali trabalham, moram em outro e ainda buscam lazer fora do local de trabalho e moradia”. A autora se remete à importância de estudar os bairros da cidade dos quais os alunos fazem parte, haja vista que esta é uma possibilidade de aprendizagem a partir das experiências vivenciadas no dia a dia.

Durante o desenvolvimento do trabalho de campo um dos momentos que ficou marcado para os participantes é mostrado na Foto 15, a seguir.

Fotos 15- Rua Esmerindo Pereira Iporá –Goiás/2017



Fonte: Alunos do E.M do Colégio Exato (2016). Organizado pela autora (2016).

Durante o trabalho de campo foi encontrado um carro obstruindo a rampa de acesso, sendo esse espaço acessível com piso tátil e linha-guia que dá acesso a uma galeria de lojas. Diante de tal situação os alunos tomaram a iniciativa de conversar com o proprietário do carro que ainda estava no local, explicando que o veículo estava obstruindo o acesso, e pediram que o proprietário o retirasse do local.

Imediatamente o dono do carro atendeu ao pedido dos alunos e retirou o carro do local. Com isso, observamos que os alunos estão sensibilizados quanto ao conceito de

acessibilidade. Essa ação evidencia que o objetivo principal do projeto foi alcançado, ou seja, sensibilizar os alunos para a efetivação de sua cidadania, lutando pelos direitos dos que estão inseridos na cidade. Por meio do trabalho realizado com os alunos foi percebido que estes desenvolveram conhecimentos e construíram conceitos com a temática da acessibilidade.

Notamos que as situações que as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida enfrentam são problemas que concernem a todos nós, brasileiros. A Constituição Federal garante ao cidadão direito à igualdade, à oportunidade, e à segurança.

Diante disso, destacamos a importância da disciplina Geografia ir além do livro didático e dos recursos pedagógicos a que temos acesso no ambiente escolar. É preciso que o professor vá, além disso, trabalhando uma Geografia que está estritamente relacionada ao cotidiano do aluno. Sobre a cidadania, Yazigi (2013) afirma:

O principal problema da potencialização da cidadania brasileira é que os cidadãos e as autoridades não lutam para que a cidade seja a casa de todos. O cidadão comum costuma cuidar de sua casa com brilho, mas jamais considera que sua responsabilidade deve ir além de seu muro com a rua (YÁZIGI, 2013, p.311).

O autor relata a importância do elo que o cidadão deve ter com sua cidade, cuidando da mesma como se fosse parte de sua casa. Quando o cidadão vive a cidade e se sente pertencente à mesma há uma possibilidade maior de se tornar um cidadão sensibilizado diante de todos os desafios que norteiam o espaço do qual faz parte.

Santos (2014, p. 19) nos traz uma reflexão importante, quando afirma que “o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais.”

Pelo simples fato de nascer o indivíduo já ingressa na sociedade humana, trazendo consigo prerrogativas sociais, mas será que todos são de fato cidadãos? Todos são participantes do espaço do qual fazem parte? Todos possuem o efetivo direito à cidade? Ao analisar os resultados da pesquisa, observamos que muitas vezes a pessoa, na condição de cidadã, não usufrui do espaço, nem todos possuem o direito à acessibilidade, principalmente no tocante à acessibilidade urbana. Na Constituição todos são cidadãos, mas nem todos estão envolvidos na luta pelo espaço e há pessoas que não se sentem pertencentes ao mesmo.

Concluimos que o problema de acessibilidade nem sempre está relacionado à gestão e ao planejamento da cidade. Inúmeras vezes o problema está na própria postura do cidadão,

pois existem situações em que há a existência da acessibilidade no espaço, mas alguns indivíduos não respeitam esse espaço como de todos. Será que essas pessoas não estão educadas para viverem uma cidade para todos, e acima de tudo compartilharem uma vida coletiva em sociedade? Seria uma questão cultural? Destacamos aqui a importância da escola na formação de nossos alunos, por isso ela precisa formar para a vida também, instruindo os jovens a serem mais solidários, humanos e sensibilizados a viverem em uma cidade para todos.

É preciso que pensemos práticas pedagógicas voltadas para a formação cidadã, pois só assim contribuiremos com a formação de pessoas que pensam em uma cidade para todos, pessoas que participam da cidade com a conscientização de que esta deve ser compartilhada coletivamente.

Quando temos a oportunidade de trabalhar cidadania a partir da acessibilidade e da mobilidade urbana em sala de aula oportunizamos a nossos alunos uma formação cidadã, além de associarmos ao espaço urbano a análise de como a cidade está organizada e que situações a mesma oferece ao cidadão, possibilitando o desenvolvimento da sensibilização crítica e política dos alunos. Com o desenvolvimento do projeto foi possível observar que, de forma geral, os alunos conseguiram construir o conceito de acessibilidade e cidadania, pois no final do projeto eles estavam sensibilizados no que se refere à acessibilidade urbana e seu papel de cidadão.

Acreditamos que essa atividade também contribuiu para sua formação cidadã, dentro de uma perspectiva de viver e participar do espaço da cidade de forma coletiva. Outro ponto importante a se ressaltar é a preocupação de repensar a prática docente em sala de aula, haja vista que, por mais que haja o conteúdo a ser trabalhado, temos que pensar na forma como trabalhar esse conteúdo de maneira significativa para o aluno. É importante e essencial trabalhar o livro didático ou o material apostilado sim, mas, no entanto, podemos, a partir deles, preparar aulas prazerosas ao aluno.

E como elaborar uma aula prazerosa para os alunos? Acreditamos que em primeiro lugar temos que pensar em uma aula em que podemos relacionar o conteúdo e o cotidiano do aluno, levando-o a entender que a Geografia é importante para o nosso cotidiano, que ela faz parte do nosso dia a dia.

Destacamos a importância do conteúdo de cidade no ensino de Geografia, pois este contribui para a formação cidadã do aluno, e, a partir desse conteúdo, podemos trabalhar atividades voltadas não somente para a acessibilidade urbana, como foi trabalhado nessa

pesquisa, mas podem ser analisados assuntos como os impactos ambientais urbanos, trânsito, dentre outras temáticas que contribuirão com a sensibilização deles para viverem e participarem de uma vida coletiva na cidade.

Entendemos como essencial a realização do trabalho de campo durante as aulas de Geografia, mesmo mediante as dificuldades encontradas. Podemos afirmar com essa experiência a importância da efetivação deste tipo de trabalho com os alunos.

Vale lembrar que no dia a dia de sala de aula o professor tem conteúdos a serem trabalhados, avaliação de bimestre, preparação de alunos para avaliações externas, ENEM entre outras, e muitas vezes ele acaba deixando de organizar uma atividade que envolva os alunos e até mesmo de repensar sua prática.

E sobre acessibilidade e mobilidade urbana, reforçamos a importância de trabalhar esse conteúdo associado ao ensino de cidade para a formação cidadã, pois quando trabalhamos o conteúdo de cidade e permitimos aos nossos alunos uma reflexão sobre o conteúdo estudado em sala e seu cotidiano promovemos um envolvimento deles como os problemas existentes no espaço geográfico, formando, assim, jovens cidadãos que lutarão por melhorias na cidade e, conseqüentemente, exercerão sua cidadania de forma efetiva.

Enfim, a pesquisa proporcionou à pesquisadora um olhar mais inovador visando sempre despertar o entusiasmo do aluno pelo conteúdo da Geografia. Outro despertar enquanto professora foi enxergar a importância do trabalho de campo e do desenvolvimento de projetos que contribuam com a formação cidadã dos alunos. Quando nós, professores, pararmos e repensarmos nossas práticas aí sim estaremos contribuindo com a formação de pessoas para a vida.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação cidadã é abordada pelas políticas educacionais, mas percebemos que dentro da escola existem outras questões a serem consideradas, como o conteúdo a ser trabalhado, a metodologia usada pelo professor visando o ensino-aprendizagem do aluno, e, ao mesmo tempo, preparando-o para viver e participar coletivamente na sociedade.

Essa formação deve se iniciar durante a vida escolar, e se prolongar ao longo da sua trajetória de vida, influenciando em sua postura sobre como viver coletivamente, participar e reivindicar o direito à participação da cidade.

Diante disso, reforçamos a necessidade de nós, professores, refletirmos e repensarmos nossas práticas pedagógicas, pois estamos todos os dias em sala de aula contribuindo com a formação de nossos alunos. O que temos trabalhado em sala de aula leva o aluno a refletir sobre seu cotidiano? Isso não significa ignorar os conteúdos programáticos que estão inseridos no currículo escolar, mas pensar e descobrir como conduzir os alunos a compreenderem o espaço em que vivem (sua cidade, seu bairro, o clube), oportunizando a eles transformar esse espaço.

A escolha da temática trabalhada na pesquisa, como já dito no decorrer do trabalho, foi pensada a partir da experiência da pesquisadora enquanto professora de Geografia e de sempre ter trabalhado em escolas de Educação Básica nesses últimos oito anos.

Durante a trajetória profissional da pesquisadora, surgiram algumas inquietações e uma delas decorreu do fato de ser professora de Geografia, trabalhar com jovens, e perceber que a acessibilidade urbana é uma temática que não é discutida nas aulas de Geografia, nem nas escolas de modo geral.

Dessa forma, por que não trabalhar essa temática durante as aulas de Geografia? Outra inquietação foi a experiência de sempre trabalhar acessibilidade urbana voltada para o ponto de vista do planejamento urbano. A partir disso, percebemos que muitas vezes o problema de acessibilidade nem sempre está associado à gestão da cidade, mas, sim, à ação do cidadão que não respeita a acessibilidade e o espaço das pessoas.

Essas observações nos levaram a pensar no que estava acontecendo. Por que o cidadão se comporta de tal maneira? Será que esse cidadão está de fato exercendo sua cidadania? E o papel da escola enquanto espaço de formação e sensibilização cidadã? O que seria possível fazer para resolver esse problema? No que a escola e o ensino de Geografia poderiam

contribuir para que nossos alunos se tornem cidadãos sensibilizados e com uma postura cidadã, e que realizem ações que visem um espaço de todos, com direito a todos?

A pesquisa realizada objetivou desenvolver o trabalho docente para a formação de conceitos dos alunos de Ensino Médio sobre acessibilidade urbana na cidade de Iporá-Goiás.

Os objetivos específicos traçados foram: identificar as principais contribuições teóricas e normativas atuais sobre acessibilidade urbana; avaliar a atual situação da acessibilidade urbana na cidade de Iporá Goiás, com base na legislação e orientação de planejamento; investigar, junto com os alunos, as condições de acessibilidade no centro urbano da cidade de Iporá-GO, segundo a delimitação da pesquisa; experimentar atividades de ensino-aprendizagem com os alunos sobre o tema da acessibilidade urbana, utilizando o projeto de intervenção pedagógica com o tema em pauta; analisar as concepções dos alunos após ao trabalho; e apresentar resultados do trabalho, contribuindo com a abordagem da acessibilidade no ensino de Geografia, juntamente com os alunos.

Inicialmente foi realizada uma revisão teórica com análise das principais abordagens sobre Educação, ensino de Geografia e cidadania. Enfatizamos também a acessibilidade urbana e o direito à cidade.

Foi utilizada a pesquisa documental, que buscou coletar informações e dados oficiais sobre acessibilidade urbana, informações estas pesquisadas em páginas eletrônicas de órgãos governamentais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria de Planejamento Urbano e Obras da cidade, de modo a verificar no plano diretor as políticas públicas que contemplam a acessibilidade urbana. Além destes, foram pesquisados os PCNs de Geografia e a LDB 9394/96.

Visando atingir os objetivos desta investigação foi desenvolvido na escola campo um projeto de Intervenção Pedagógica com os alunos de Ensino Médio.

A escolha dessa temática do projeto foi pensada a partir da experiência adquirida enquanto professora de Geografia, sobretudo, com a escola pesquisada. Notamos a necessidade de desenvolver um projeto que contribuísse com a formação de conceitos dos alunos sobre acessibilidade urbana e que o desenvolvimento desse conceito possibilitasse a formação cidadã dos alunos. Pensando nos sujeitos entendemos que seria melhor trabalhar com os alunos de Ensino Médio, pois são alunos que possuem maior conhecimento e experiência da cidade.

No decorrer do desenvolvimento das atividades relativas ao projeto com os alunos foi observado também que a acessibilidade continua sendo um desafio para a sociedade atual, e

Iporá não possui uma realidade diferente das de outras cidades brasileiras. Um dos problemas observados se relaciona às péssimas condições de conservação das calçadas, o que é dever dos proprietários dos imóveis, sendo que a competência pela fiscalização é das prefeituras.

Na maioria das vezes não são respeitadas normas de padronização estabelecidas na NBR 9050:2004. Por falta de fiscalização nesses espaços, as calçadas se transformam em barreiras para pedestres, idosos, gestantes, mães com carrinhos de bebê, obesos e pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. E existe ainda descarte de entulhos, o que leva o cidadão a perder seu direito de se locomover pela calçada e a andar somente pelas ruas da cidade, muitas vezes concorrendo pelo espaço com os carros.

O desenvolvimento do trabalho possibilitou conhecer alguns pontos da cidade de Iporá/GO que não contemplam e outros que contemplam a acessibilidade. Com o trabalho de campo realizado com os alunos observamos que os cadeirantes possuem dificuldade de utilizarem o espaço da cidade, pois, apesar de alguns serem acessíveis, as calçadas que dão acesso a estes locais apresentam barreiras arquitetônicas que limitam o acesso deles.

Com a observação dos alunos na área delimitada e a realização dos registros foi possível os alunos relacionarem seu cotidiano com o conteúdo trabalhado em sala de aula referente à acessibilidade urbana. Nesse contexto, o trabalho de campo realizado com eles foi um facilitador de aprendizagem, pois quando trabalhamos com nossos alunos além da sala de aula também oportunizamos a eles a construção do conhecimento, possibilitando a criação de um elo entre o conteúdo e o cotidiano.

A partir dos resultados a pesquisa identifica que nem sempre a falta de acessibilidade está associada ao planejamento urbano ou à ausência de ação do próprio gestor da cidade, haja vista que vemos inúmeras vezes o cidadão com posturas que não estão de acordo com uma efetiva cidadania, e que nem todas as pessoas possuem sensibilização de um espaço para todos, deixando carros estacionados em frente a rampas, entulhos nas calçadas, móveis velhos na calçada, dentre outros comportamentos que dificultam a circulação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Diante desta situação priorizamos trabalhar cidadania em sala de aula a partir da acessibilidade urbana visando à formação cidadã dos alunos para que, no futuro, sua postura seja diferente da de muitos cidadãos.

Reforçamos que a Geografia como disciplina escolar tem destaque significativo, haja vista que seu conhecimento engloba fenômenos espaciais, sendo que as pessoas têm poder decisivo na produção do espaço. Daí a relevância da educação para preparar cidadãos cada



vez mais conscientes para participarem, modificarem e melhorarem a sociedade da qual fazem parte, na perspectiva de conquistarem seus direitos, efetivarem seus deveres e exercerem a cidadania.

Por meio do trabalho realizado percebemos que os alunos desenvolveram conhecimento e construíram conceitos com a temática da acessibilidade.

Certamente, ainda há muito que se refletir sobre a temática tratada na pesquisa e os possíveis caminhos a se pensar sobre a formação do aluno para a cidadania.

Os resultados evidenciaram que o ensino de Geografia, com enfoque na formação cidadã, é de suma importância e pode contribuir para a sensibilização de nossos jovens, promovendo uma reflexão sobre suas ações na sociedade da qual fazem parte. Nesse sentido, a presente pesquisa pôde contribuir com a reflexão sobre a necessidade do professor pensar sua prática docente e em uma Geografia que seja significativa aos nossos alunos, formando-os não somente para ingressarem nas universidades, mas também para a vida.

No que diz respeito à importância desta pesquisa, esperamos que ela possa contribuir com os profissionais que trabalham Geografia e que estão envolvidos no processo de ensino/aprendizagem. Destacamos que esse profissional deve refletir sobre sua prática pedagógica e buscar novas formas de trabalhar a disciplina Geografia em sala de aula de forma que pense não somente no conteúdo que está no currículo que precisa trabalhar, mas também em metodologias que levem o aluno a uma reflexão, ou seja, relacionando o conteúdo ao cotidiano do aluno. Enfim, educar para vida cotidiana.

## REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2004:** Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BENTO, Izabella Peracini. Estudar cidade e seus sujeitos para aprender Geografia. In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa; CAVALCANTI, Lana de Souza. **A cidade e seus sujeitos.** Goiânia: Ed. Viera, 2011.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

Lei Federal Nº **9503, de 23 de setembro de 1997**, ANEXO I.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.048, de 08 de novembro de 2000.** Dá prioridade ao atendimento de pessoas que específica, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária do Ensino Médio. **Parâmetros curriculares nacionais - Ensino Médio.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf> . Acesso em: 20 de junho de 2016.

CALLAI, Helena Copetti. Temas e conteúdos no ensino de Geografia. In: RABELO, K. S.; BUENO, M. A. **Currículo, políticas públicas e ensino de geografia.** Goiânia: Ed. PUC, 2015.

\_\_\_\_\_. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no cotidiano.** 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CAMARA, M. A. B. **Mobilidade urbana e acessibilidade em Jataí-GO:** Em busca do efetivo exercício do direito à cidade. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFG- Jataí, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÁ. **Plano Diretor do Município de Iporá-GO,** 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a Geografia).

\_\_\_\_\_. Apresentando a metrópole em sala de aula. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASSAB, Clarice. De casa para a rua: a dimensão espacial da juventude. In: CAVALCANTI, L.S; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Ed. PUC, 2015.

CASTELLAR, Sônia. Ensinar Geografia por meio da cartografia escolar: O raciocínio espacial. In: RABELO, K.S; BUENO, M. A. **Currículo, políticas públicas e ensino de geografia**. Goiânia: Ed. PUC, 2015.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no cotidiano**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

\_\_\_\_\_. Antônio Carlos. Espaço Geográfico Escola e seus arredores- descobertas e aprendizagens. In: CALLAI, Helena Copetti. **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2011.

\_\_\_\_\_. Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no cotidiano**. 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial, EGAL, Costa Rica, p. 1-18, 2011.

\_\_\_\_\_. **Geografia Escolar e a Cidade: Ensaio Sobre o Ensino De Geografia Para A Vida Urbana Cotidiana**. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

\_\_\_\_\_. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia/GO: Alternativa, 2002.

\_\_\_\_\_. **O ensino de Geografia na escola**. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

\_\_\_\_\_. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

CHAGAS, Frank Luiz Rosa. **Caracterização do espaço urbano de Iporá no período de 1970 a 2010**. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFG- Jataí, 2014.

CUNHA, Hermeneilce Wasti Aires Pereira. **Lugar de cadeirante é em casa?** Mobilidade, acessibilidade no transporte coletivo e o espaço da diferença em São Luís. 2012. 213 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

DAMIANI, Amélia Luísa. A Geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2016.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR.

ESTATUTO DA CIDADE: **Guia para a Implantação pelos Municípios e Cidades**. 2 ed. Brasília: Câmara dos deputados, coordenação de publicações, 2002.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão. **Direitos humanos e proteção jurídica da pessoa portadora de deficiência**: normas constitucionais de acesso e efetivação da cidadania à luz da Constituição Federal de 1988. Brasília: Ministério da Justiça, 2003.

FILHO, Vitor Ribeiro; CARVALHÊDO Wlisses dos Santos. Acessibilidade em Palmas: uma análise da mobilidade urbana. XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Porto Alegre, 2010. **Anais...** Porto Alegre, 2010.

GALLO, Sandra. **Cidade e ensino de geografia**: contribuição a uma educação da e para a cidade. 2008. 213f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNIR- Porto Velho, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. A Pesquisa Qualitativa e sua Utilização em Administração de Empresas. **Revista de Administração de Empresas**, nº 4, p. 65-71, Jul – Ago/1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/38261/36976>. Acesso em: 17/06/2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, nº 3, p. 20-29, Mai – Jun/1995. Disponível em: [http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392\\_pesquisa\\_qualitativa\\_godoy2.pdf](http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy2.pdf). Acesso em: 17/06/2015.

GOMES, Paulo Cesar da costa. **A condição urbana**: ensaios geopolíticos da cidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOMIS, Moysé Alexandre. **Uma viagem de Pilões a Iporá**. UEG, 1998.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo)>. Acesso em: 26 de março. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Renato da Silva. **Expansão urbana e acessibilidade**: caso das cidades médias brasileiras. 1998. 91 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes)- Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MARICATO, Ermina. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO (PPP) do Colégio Exato, 2015.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Nuria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RESENDE, Ana Paula Crosara. **Todos na cidade: O direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. 6 ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da USP, 2014.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Usp, 2014.

SASSAKI, Romeu. **Como se chegou ao conceito de uma sociedade inclusiva**. Digitado em SP por Maria Amélia (Diretoria para Assuntos Internacionais) em 12 de Março de 2006.

SCHAFFER, Neiva Otero. A cidade nas aulas de geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia** 19.1 (1998).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YÁZIGI, Eduardo A. Município e planejamento: reparações. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 309-312, jul./dez. 2013.

## APÊNDICE A - QUESTIONARIO DE PERFIL SÓCIOECONÔMICO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL JATAÍ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**Projeto de Pesquisa:** acessibilidade Urbana e o Ensino de Geografia: Formação de conceitos de alunos de alunos do ensino médio em Iporá Goiás

**Mestranda:** Edna Maria Ferreira de Almeida

### QUESTIONÁRIO DE PERFIL SOCIOECONÔMICO

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino      Idade \_\_\_\_\_  
Serie: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_      Cidade: \_\_\_\_\_  
Endereço:-

---

#### 1. Qual o meio de transporte que você utiliza para ir à escola?

- ( ) A pé  
( ) Carro próprio  
( ) Carro da família  
( ) Moto  
( ) Bicicleta  
( ) Transporte escolar (ônibus, van, micro-ônibus)

#### 2. Com quem você mora atualmente?

- ( ) Sozinho  
( ) Em república  
( ) Em pensão  
( ) Em entidade assistencial  
( ) Com os pais  
( ) Com os avós  
( ) Com amigos  
( ) Outros \_\_\_\_\_

#### 3. Qual é a sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?

- ( ) Não trabalho, apenas estudo  
( ) Trabalho para o meu próprio sustento  
( ) Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas  
( ) Trabalho, sou responsável pelo meu sustento e contribuo parcialmente para o sustento da família  
( ) Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família

#### 4. Se respondeu que trabalha, diga onde e a função exercida.

Local:

---

Função:

---

**5. Além do deslocamento de casa para escola, quantos deslocamentos faz em média por dia dentro da cidade? (Considerando os finais de semana, passeios, etc)**

- Nenhum
- 01 ou 02
- 02 ou 03
- 04 ou 05
- Mais de 05

**6. Principal Motivo para os Deslocamentos**

- Trabalho
- Estudo
- Saúde
- Compras
- Lazer
- Outros \_\_\_\_\_

**7. Você se desloca sozinho pela cidade?**

- sim
- não

**8. Se possui na sua família veículo (automóvel), com qual frequência o utiliza?**

- 05 dias por semana ou mais
- De 03 a 05 dias por semana
- De 01 a 03 dias por semana.

**9. Utilizando veículo (automóvel), qual a principal dificuldade encontrada no dia a dia?**

- Excesso de veículos nas vias
- Difícil local para estacionar
- Falta de rotas alternativas
- Lentidão nas principais Avenidas
- outro (s). Qual (is): \_\_\_\_\_

**10. Como pedestre, qual a principal dificuldade encontrada nas ruas da cidade durante o passeio público?**

- Má conservação (buracos, desníveis, etc...)
- Entulho acumulado ..
- Má sinalização para pedestres
- Semáforos lentos
- Ausência de faixa de pedestre
- Ausência de semáforos para pedestres
- outro (s). Qual (is): \_\_\_\_\_

**11. Na sua opinião, qual o principal problema de acessibilidade urbana no Município de Iporá:**

- ( ) Má qualidade e/ou inexistência de calçadas acessíveis/seguras
- ( ) Excesso de veículos / trânsito;
- ( ) Falta de ciclovias
- ( ) Sinalização insuficiente de vias
- ( ) Comportamento das pessoas no trânsito
- ( ) Descumprimento das leis de trânsito
- ( ) Horário concentrado de utilização das vias
- ( ) outro (s). Qual (is): \_\_\_\_\_



## **APÊNDICE B – PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

Colégio Exato

Disciplina: Geografia

Professora: Edna Maria Ferreira de Almeida

**Projeto: Construindo cidadania através da Acessibilidade urbana na cidade de Iporá-  
GO.**

Iporá, Goiás- 2016

Colégio Exato

## **Projeto de Intervenção Pedagógica**

### **IDENTIFICAÇÃO**

Título: Construindo a cidadania através da acessibilidade urbana na cidade de Iporá-Go.

**Resumo:** O projeto intitulado Construindo a cidadania através da acessibilidade urbana na cidade de Iporá-Go, objetiva ensinar cidadania a partir da acessibilidade urbana em Iporá. O projeto será realizado nas turmas de Ensino Médio, contemplando as séries de 1º, 2º e 3º ano.

### **Apresentação:**

A temática da Acessibilidade tem sido amplamente discutida na sociedade contemporânea, dada a atual necessidade de promover iguais oportunidades a distintos sujeitos, respeitando as suas diferenças. Na sociedade atual, este é um aprendizado muito importante e deve ser valorizado principalmente nas escolas, pois conviver é uma necessidade, e saber conviver é fundamental.

Vale ressaltar que o ensino de geografia é de suma importância na formação do jovem cidadão, pois leva o aluno a compreensão do lugar em que vive, oportunizando ao mesmo a conscientização sobre seus direitos e deveres enquanto cidadão participante da cidade, destacando assim, um entendimento geográfico voltado para participação do aluno na sociedade, oferecendo-lhe a possibilidade de aplicar na prática o conhecimento adquirido em sala de aula.

Partindo, desse pressuposto será desenvolvido o projeto **Construindo cidadania através da acessibilidade urbana na cidade de Iporá-Go**, com o intuito de desenvolver sensibilidade de solidariedade, objetivando a valorização da acessibilidade, mobilizando o poder público para a efetivação das políticas públicas que garantem os direitos dos cidadãos. O projeto objetiva integrar alunos e comunidade, com o intuito de construir regras de convivência baseadas nos princípios da convivência democrática, inclusão social e respeito aos direitos humanos e às diferenças. Segundo Libâneo (2001, p. 111) “O encargo das escolas, hoje é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais e morais(...) no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania e na formação ética”.

Com este projeto, pretendemos trabalhar a conscientização, observando que nos dias atuais a escola é uma das instituições responsável para incentivar, no ambiente escolar, ações que visem ao exercício de cidadania.

Para Cavalcanti “é papel do professor estabelecer relações cognitivas, afetivas e sociais com os jovens escolares, visando à formação de conceitos abrangentes sobre a espacialidade contemporânea, com a contribuição dos conhecimentos veiculados pela geografia escolar”. Daí a relevância deste projeto pedagógico para nossos educandos e para a comunidade.

### **Objetivo Geral:**

Contribuir com a formação cidadã dos alunos, oportunizando aos mesmos serem cidadãos conscientes, participativos e multiplicadores de ações solidárias, no que tange acessibilidade urbana.

### **Objetivos Específicos**

- sensibilizar os alunos sobre a importância dos direitos e deveres de cidadão de forma compromissada e respeitosa.
- Promover ações que promovam a cidadania
- Despertar para a solidariedade e respeito ao próximo

### **Metodologia**

O projeto **Construindo a cidadania através da acessibilidade urbana na cidade de Iporá-Go** será desenvolvido na Unidade Escolar durante o ano 2016 envolvendo alunos e comunidade local.

### **Etapas:**

No decorrer do desenvolvimento do projeto acontecerão os seguintes momentos:

- 1- Problematização das questões relacionadas à acessibilidade. (em sala de aula)
- 2 – Apresentar o material que informa o aluno sobre a acessibilidade, buscando que ele desenvolva um conceito de acessibilidade com elementos que eles, no cotidiano, não tinham se manifestado.
- 3- Os alunos farão trabalho de campo para analisarem *in loco* essa temática em uma área delimitada, que será o centro comercial da cidade, onde os mesmos terão a oportunidade de registrarem com fotos para investigarem sobre essa temática.

4 - Os alunos organizarão o material que apresentarão em sala de aula, os resultados, em uma síntese elaborada por eles.

5- Entregar na câmara dos vereadores a “carta proposta” com sugestões de melhorias no que tange a acessibilidade urbana em Iporá.

### Cronogramas das Ações

Ações	Mai o	Ju nho	Ago sto	Set embro
-Início do projeto de Intervenção Pedagógica - problematização das questões relacionadas à acessibilidade (sala de aula)	X			
- Apresentar material que informa ao aluno sobre a acessibilidade, buscando que ele desenvolva um conceito de acessibilidade com elementos que eles, no cotidiano, não tinham se manifestado.	X			
- trabalho de campo com os alunos		X		
- Produção da síntese pelos alunos		X		
- Divulgação da pesquisa na rádio com os alunos		X	X	X
- Entrega da Carta proposta pelos alunos			X	

### Avaliação

A avaliação se dará continuamente durante e após o desenvolvimento do projeto, enfatizando principalmente as atitudes dos alunos, através de observação e trabalhos. Para tanto é necessário que o educador contextualize a temática trabalhada com o cotidiano escolar.

**Referências**

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de Geografia na escola. Campinas SP.Papirus.2012

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo. Cortez.

## APÊNDICE C - CARTA PROPOSTA

Iporá, 28 outubro de 2016.

### Carta Proposta

À

Câmara Municipal de Iporá

Prezados Vereadores,

Acreditamos que, para ter o direito de exercer a cidadania, uma das dimensões essenciais é a garantia da acessibilidade urbana. Todas as pessoas que habitam na cidade possuem direitos iguais perante a constituição, assim, as pessoas com deficiência física e os que possuem mobilidade reduzida têm direito à acessibilidade urbana e, conseqüentemente, direito ao espaço da cidade, exercendo, assim, sua cidadania.

Partindo deste pressuposto, realizamos um projeto de Intervenção Pedagógica com os alunos do Ensino Médio do colégio Exato, intitulado **Construindo a cidadania através da acessibilidade urbana na cidade de Iporá-Go** e, através dele, fizemos uma pesquisa sobre acessibilidade urbana no centro comercial da cidade Iporá . Através da pesquisa realizada junto aos alunos participantes do projeto, foi possível constatar que alguns espaços públicos são acessíveis e outros não. Foi evidenciado que a Rua Esmerindo Pereira e a Avenida XV de Novembro são onde estão os casos mais críticos referentes ao tema abordado, com inúmeros problemas de acessibilidade e obstrução de calçadas. Foram identificadas diversas situações que não são condizentes com as recomendações estabelecidas pela legislação brasileira e pela ABNT na NBR-9050.

Em relação às calçadas, foi pesquisado somente se havia rampa, ou seja, rebaixamento da calçada destinado especificamente para dar acesso ao cadeirante, servindo também para carrinho de bebê e outros. Foi percebido que os cadeirantes possuem dificuldade em utilizar o espaço da cidade, pois apesar de alguns lugares - bancos, agências lotéricas - serem acessíveis, as calçadas que dão acesso a estes locais apresentam barreiras arquitetônicas que limitam o acesso aos mesmos. Pensando nesses problemas, temos o prazer e honra de submeter a vossa apreciação a presente proposta:

- sensibilização do cidadão e uma fiscalização mais severa por parte do poder público com aplicação de multas.
- a realização de campanhas de conscientização, inclusive com a criação de uma cartilha explicativa sobre o assunto;
- a criação de uma melhor sinalização para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
- e que a prefeitura talvez se responsabilizasse pelas calçadas, tendo em vista que estas não possuem um padrão, por isso cada proprietário faz a sua da forma que achar melhor, e isso dificultam muitas vezes a mobilidade do cidadão.

Seguem os problemas encontrados conforme a pesquisa:




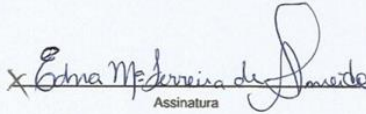
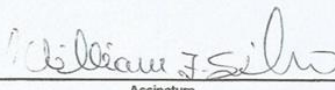
● Locais com problemas de acessibilidade      ■ Locais com obstruções na calçada

Afirmamos que esse trabalho foi de suma importância para os alunos, pois acreditamos que foi possível contribuir com a formação cidadã dos educandos, oportunizando eles, serem cidadãos conscientes, participativos e multiplicadores de ações solidárias, no que se refere à acessibilidade urbana.

Atenciosamente,

Professora Edna de Almeida e Alunos do Ensino Médio do Colégio Exato de Iporá Goiás

## ANEXO A- FOLHA DE ROSTO DA PLATAFORMA BRASIL

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP <b>FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS</b>			
1. Projeto de Pesquisa: ACESSIBILIDADE URBANA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: CONSTRUINDO CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM IPORÁ-GOIAS SOBRE A CIDADE			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 30			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Edna Maria Ferreira de Almeida			
6. CPF: 964.857.101-59		7. Endereço (Rua, n.º): Av. Quintino Vargas nº 1111 Mato Grosso IPORA GOIAS 76200000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (64) 8424-9181	10. Outro Telefone:
		11. Email: edna_ipo@hotmail.com	
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 17 / 03 / 2016		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal de Goiás - UFG		13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: Universidade Federal de Goiás - UFG
15. Telefone: (62) 3521-1000		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>William Ferreira Silva</u>		CPF: <u>688.842.221-68</u>	
Cargo/Função: <u>Chefe UAEEGEO</u>			
Data: 19 / 03 / 2016		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.		William Ferreira da Silva <small>Assinatura do(a) Responsável pelo Projeto</small>	



## ANEXO B- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ACESSIBILIDADE URBANA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: CONSTRUINDO CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM IPORÁ-GOIÁS SOBRE A

**Pesquisador:** Edna Maria Ferreira de Almeida

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 54487416.1.0000.5083

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Goiás - UFG

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.620.066

#### Apresentação do Projeto:

Acessibilidade Urbana e o Ensino de Geografia: construindo concepções de alunos do ensino médio em Iporá-Goiás sobre a cidade. Pesquisadora: Edna Maria Ferreira de Almeida. Encontra-se instruído com os seguintes documentos: folha de rosto do CONEP, cronograma e orçamento, projeto, anuência da instituição, termos de compromisso dos pesquisadores, modelo de TCLE e de TALE, questões norteadoras.

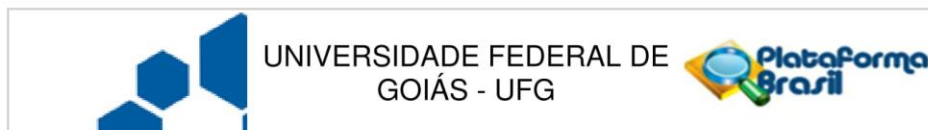
#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa será compreender concepções dos alunos de ensino médio sobre acessibilidade urbana na cidade de Iporá-Go levando em conta sua prática cidadã cotidiana. Para o desenvolvimento metodológico do trabalho foi adotado a pesquisa ação, onde a mesma oportuniza a identificação do problema dentro de um contexto social. Pretende-se com os resultados da pesquisa, instigar os alunos a exercer seu papel de cidadão com mais consciência a partir da acessibilidade urbana, e que esta pesquisa possa ser levada ao conhecimento do poder público local, auxiliando na tomada de decisões no que concerne adoção de medidas que auxiliem na resolução do problema.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Ao que se refere a participação dos alunos, o único pode ser o fato do aluno se sentir

**Endereço:** Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131  
**Bairro:** Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.620.066

tímido no decorrer do projeto, haja vista que os mesmos estarão envolvidos no projeto de intervenção pedagógica que será realizado na escola, e nos momentos que os alunos estiverem analisando a acessibilidade urbana da cidade de Iporá, os mesmos estarão acompanhados pela professora. Benefícios: esta pesquisa científica, além de um diagnóstico explicativo da realidade da acessibilidade no centro urbano de Iporá, sirva como instrumento político para a sociedade, como suporte para reivindicações de melhores condições de vida no espaço urbano. Além destas contribuições, temos a oportunidade de ensinar o aluno à cidadania, como ser cidadão, através da acessibilidade urbana, contribuindo assim, com a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

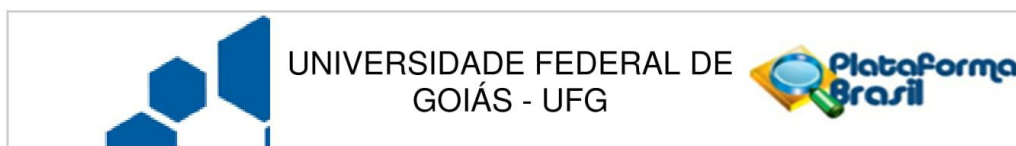
#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa ação compreendendo a identificação do problema dentro de um contexto social. Será realizada também uma revisão teórica de políticas públicas para acessibilidade urbana. Serão buscados dados e informações em páginas eletrônicas de órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), secretaria de planejamento urbano e obras da cidade, verificar no plano diretor as políticas públicas que contemplam a acessibilidade urbana. Pesquisa de campo: Durante o trabalho de campo serão realizadas: -

Levantamento dos elementos atrativos desses espaços (comércio, serviços,azer, equipamentos públicos, mobiliário).- mapeamento da área de estudo que será o centro urbano comercial, objetivando um contato a vivência da realidade pesquisada.-

Discutir com os alunos, através do projeto pedagógico. Projeto de intervenção pedagógica -Será desenvolvido na escola campo um projeto de intervenção pedagógica com os alunos de ensino médio. No decorrer do desenvolvimento do projeto acontecerão os seguintes momentos:1- problematização das questões relacionadas à acessibilidade (em sala de aula).2 - apresentação de material que informa o aluno sobre a acessibilidade, buscando que ele desenvolva um conceito de acessibilidade com elementos que eles no cotidiano não tinham se manifestado. 3- Para analisarem in loco essa temática em uma área delimitada, o centro comercial da cidade, os alunos terão a oportunidade de registrarem com fotos (feitas pela pesquisadora) e com entrevista que farão a moradores da cidade, sendo um deficiente ou com mobilidade reduzida, e outro sem nenhuma deficiência ou mobilidade reduzida. 4 - Organização pelos alunos do material e exposição para a escola dos resultados em uma síntese elaborada por eles. 5- Apresentação na escola da síntese da pesquisa. 6- Divulgação do projeto na rádio Educativa no programa "Cidade em debate". 7 – Entrega da "carta proposta" a "carta proposta" na

<b>Endereço:</b> Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131	
<b>Bairro:</b> Campus Samambaia	<b>CEP:</b> 74.001-970
<b>UF:</b> GO	<b>Município:</b> GOIANIA
<b>Telefone:</b> (62)3521-1215	<b>Fax:</b> (62)3521-1163 <b>E-mail:</b> cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.620.066

câmara dos vereadores, com sugestões de melhorias no que tange acessibilidade urbana em Iporá.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O TCLE dirigido aos pais, e o TALE aos alunos apresenta: objetivos da pesquisa, etapas e formas de participação voluntária, sem ônus ou gratificação financeira aos participantes. Garante a possibilidade de se recusar a participar ou deixar a pesquisa a qualquer momento. As 7 etapas da participação dos menores estão descritas no TCLE. Transcrevemos a que prevê trabalho de campo dos participantes: "3- Os alunos farão trabalho de campo, com tarefas diferentes, como entrevistas a moradores da cidade, sendo um deficiente ou com mobilidade reduzida, e outro sem nenhuma deficiência ou mobilidade reduzida.

Comprometendo-se o pesquisador a acompanhar os alunos durante toda execução do projeto de intervenção pedagógica e informando que todas as etapas do projeto serão fotografadas pela própria pesquisadora com uso de câmara fotográfica. Em relação à confidencialidade dos dados e não identificação dos participantes, a pesquisadora inclui no TCLE, as seguintes opções: autorização para captura e divulgação de imagens, e manifestação de interesse na publicação do nome nos resultados publicados. Foram apresentadas as questões norteadoras de entrevistas, sobre cidadania e acessibilidade.

Foi anexado no TCLE o que se segue:

Autorização para captura e divulgação de imagens:

- Permito a captura e divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
- Não permito a captura e publicação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
- Permito ser fotografado de costa

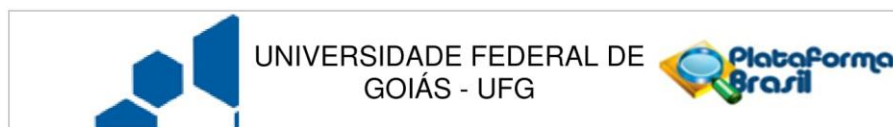
Manifestação de interesse na publicação do nome nos resultados publicados:

- Gostaria de ser identificada na publicação dos resultados da pesquisa. Autorizo.
- Não gostaria de ser identificada na publicação dos resultados da pesquisa. Não autorizo.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após análise dos documentos postados somos favoráveis à aprovação do presente protocolo de pesquisa, smj deste comitê.

<b>Endereço:</b> Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131	
<b>Bairro:</b> Campus Samambaia	<b>CEP:</b> 74.001-970
<b>UF:</b> GO	<b>Município:</b> GOIANIA
<b>Telefone:</b> (62)3521-1215	<b>Fax:</b> (62)3521-1163 <b>E-mail:</b> cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.620.066

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para fevereiro de 2017.

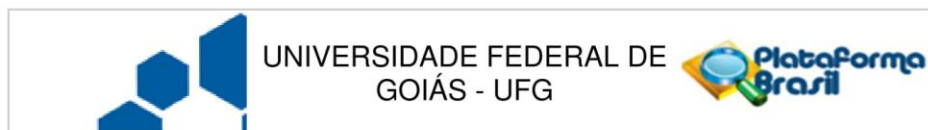
**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_666443.pdf	03/07/2016 12:08:50		Aceito
Outros	carta.jpg	03/07/2016 12:08:32	Edna Maria Ferreira de Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/07/2016 12:07:57	Edna Maria Ferreira de Almeida	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	05/06/2016 18:32:21	Edna Maria Ferreira de Almeida	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	05/06/2016 18:30:20	Edna Maria Ferreira de Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEMenores.docx	05/06/2016 18:30:04	Edna Maria Ferreira de Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEparapais.docx	05/06/2016 18:28:59	Edna Maria Ferreira de Almeida	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termodecompromisso.pdf	23/03/2016 19:20:30	Edna Maria Ferreira de Almeida	Aceito
Outros	anuencia.pdf	23/03/2016 19:20:02	Edna Maria Ferreira de Almeida	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	23/03/2016 19:14:01	Edna Maria Ferreira de Almeida	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

<b>Endereço:</b> Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
<b>Bairro:</b> Campus Samambaia <b>CEP:</b> 74.001-970
<b>UF:</b> GO <b>Município:</b> GOIANIA
<b>Telefone:</b> (62)3521-1215 <b>Fax:</b> (62)3521-1163 <b>E-mail:</b> cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.620.066

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

GOIANIA, 04 de Julho de 2016

---

**Assinado por:**  
**João Batista de Souza**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131  
**Bairro:** Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



**ANEXO C – LEIS DE NÚMERO 10.048 E 10.098****Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000.**

[Mensagem de Veto](#)  
[Regulamento](#)  
[Regulamento](#)

Dá prioridade de atendimento às  
pessoas que especifica, e dá outras  
providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional  
decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência física, os idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.~~

~~Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)~~

Art. 1º As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.

Art. 3º As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Art. 4º Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Art. 5º Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º (VETADO)

§ 2º Os proprietários de veículos de transporte coletivo em utilização terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da regulamentação desta Lei, para proceder às adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 6º A infração ao disposto nesta Lei sujeitará os responsáveis:

I – no caso de servidor ou de chefia responsável pela repartição pública, às penalidades previstas na legislação específica;

II – no caso de empresas concessionárias de serviço público, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por veículos sem as condições previstas nos arts. 3º e 5º;

III – no caso das instituições financeiras, às penalidades previstas no [art. 44, incisos I, II e III, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964](#).

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo serão elevadas ao dobro, em caso de reincidência.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de novembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

## LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

- a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;



VI - ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

## **CAPÍTULO II DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO**

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 5º O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 6º Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Art. 7º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

*Parágrafo único.* As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

## **CAPÍTULO III DO DESENHO E DA LOCALIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO**

Art. 8º Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

Art. 9º Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Art. 10. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

## **CAPÍTULO IV DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO**

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

*Parágrafo único.* Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I - nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III - pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV - os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

## **CAPÍTULO V DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS DE USO PRIVADO**

Art. 13. Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

I - percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;

II - percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;

III - cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

Art. 15. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

## **CAPÍTULO VI DA ACESSIBILIDADE NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO**

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

## **CAPÍTULO VII DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO**

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

## **CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES SOBRE AJUDAS TÉCNICAS**

Art. 20. O Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

- I - à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;
- II - ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;
- III - à especialização de recursos humanos em acessibilidade.

## **CAPÍTULO IX DAS MEDIDAS DE FOMENTO À ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS**

Art. 22. É instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Acessibilidade, com dotação orçamentária específica, cuja execução será disciplinada em regulamento.

**CAPÍTULO X**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 23. A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

*Parágrafo único.* A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei.

Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

Art. 26. As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.



